

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

2017/2018



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM OPERAÇÕES DE PAZ E
HUMANITÁRIAS: O CONTRIBUTO DA CPLP**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU
AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS
ARMADAS PORTUGUESAS.**

**Jacy Barbosa Junior
Coronel de Comunicações (BRASIL)**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM OPERAÇÕES
DE PAZ E HUMANITÁRIAS: O CONTRIBUTO DA CPLP.**

COR COM BRASIL Jacy Barbosa Junior

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2017/2018

Pedrouços 2018



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM OPERAÇÕES
DE PAZ E HUMANITÁRIAS: O CONTRIBUTO DA CPLP**

.

COR COM BRASIL Jacy Barbosa Junior

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2017/2018

Pedrouços 2018

Declaração de Compromisso Antiplágio

Eu, Jacy Barbosa Junior, declaro por minha honra que o documento intitulado "O Emprego das Forças Armadas em Operações de Paz e Humanitárias: O Contributo da CPLP" corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do Curso de Promoção a Oficial General 2017/2018 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Lisboa, 02 de maio de 2018

COR COM Jacy Barbosa Junior

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem a preciosa colaboração do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, do Ministério da Defesa Brasileiro, do Comando de Operações Terrestres brasileiro (COTER), do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), do Instituto Universitário Militar e de diversos camaradas que me proporcionaram os elementos de informação necessários, seja por meio de entrevistas, contactos por correio eletrónico ou pessoalmente.

Gostaria de nomear o CMG Walter Marinho de Carvalho Sobrinho, chefe da Seção de Operações Complementares do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Brasileiras e o Exmo. Sr. Embaixador Brasileiro da CPLP Gonçalo Mello Mourão com especial voto de sincera gratidão pelo tempo dedicado a apoiar, discutir e contribuir diretamente com o trabalho.

Agradeço a minha irmã, Giovana, pela disponibilidade em ler, revisar e discutir as ideias comigo ao longo desta pesquisa.

Uma palavra especial de agradecimento ao Cor PILAV Rui Matos Tendeiro, orientador e companheiro, pela permanente disponibilidade e pelo apoio essencial e incondicional, auxiliando a investigação e contribuindo com esclarecidos e sólidos conhecimentos académicos e práticos para que este trabalho se tornasse realidade.

Por último, mas o mais relevante agradecimento a Márcia, minha esposa e às minhas filhas Mariana e Letícia, pela compreensão e apoio incondicional que possibilitaram a minha dedicação a este trabalho.

A todos, bem hajam!



Índice

Introdução	1
Enquadramento e Justificação do Tema.....	1
Identificação do Contexto e Base Concetual	2
Objeto da Investigação e sua Delimitação	3
Objetivos da Investigação	4
Questão Central e Questões Derivadas	4
Metodologia Seguida	4
Organização do Trabalho.....	6
1. CPLP no Cenário Atual.....	7
1.1. O Cenário de Conflitos e Tensões no Mundo Atual	7
1.2. CPLP no contexto das Organizações Internacionais.....	10
1.2.1. Representatividade em Organizações Internacionais.....	10
1.2.2. A CPLP na Organização das Nações Unidas.....	12
1.2.3. A CPLP noutras Organizações Internacionais.....	15
1.3. Síntese Conclusiva	19
2. A Defesa na CPLP – Estrutura e Preparação para atuar em Operações de Paz e Humanitárias	21
2.1. Políticas de Defesa dos países-membros	21
2.2. O Domínio da Defesa da CPLP	22
2.2.1. A Estrutura de Defesa dos países da CPLP	22
2.2.2. A Cooperação em Defesa.....	24
2.2.2.1. Cooperções bilaterais	26
2.2.2.2. Cooperções multilaterais.....	26
2.3. A capacidade da CPLP para atuar em Operações de Paz e Humanitárias	28
2.3.1. Operações de Paz e Humanitárias.....	28
2.3.2. Os Exercícios Felino	29
2.4. Síntese Conclusiva	33
3. Contributos para o fortalecimento da atuação da CPLP em Operações de Paz e Humanitárias	36
3.1. Um modelo para missões de paz.....	36
3.2. Análise da CPLP face ao <i>Framework</i> de Melhoria.....	38



3.2.1.	Mudança de Postura.....	38
3.2.2.	Aumento da Capacidade Militar	40
3.2.3.	Preparação Orientada para o Risco	42
3.2.4.	Aumento da Fiabilidade das Tropas Empregadas.....	44
3.3.	Síntese Conclusiva	46
	Conclusões	47
	Bibliografia	54

Índice de Anexos

Anexo A – Estrutura de Forças-Tarefa de Exercícios Felino	An A- 1
---	---------

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Corpo de Definições e Conceitos.....	Apd 1-1
Apêndice 2 – A Área de Influência dos países da CPLP	Apd 2-1
Apêndice 3 - Consolidação Entrevistas.....	Apd 3-1
Apêndice 4 - O Brasil e a Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti – MINUSTAH.....	Apd 4-1

Índice de Figuras

Figura 1 - <i>Fragile States Index 2007</i>	8
Figura 2 - <i>Fragile States Index – 2017</i>	8
Figura 3 - Representatividade em Organizações Internacionais - cenário ideal x cenário real	11
Figura 4 - Efetivos de tropas Países CPLP – ONU.....	13
Figura 5 - Contribuição Percentual Países CPLP - Tropas ONU	13
Figura 6 - Efetivos Países CPLP - Tropas ONU.....	14
Figura 7 - Missões da CSDP (por ano de início).....	15
Figura 8 - Participação da União Africana em Operações d Paz.....	16
Figura 9 - ECOWAS - países participantes	17
Figura 10 - Participação dos países da CPLP em OI com estruturas de defesa.....	18



Figura 11 - <i>Framework</i> de Hofstede - Semelhanças Culturais (Guiné Equatorial e Timor Leste não possuem dados).....	25
Figura 12 - Operações de Paz - Fatalidades por ano - 1948 a 2017.....	36
Figura 13 – <i>Framework</i> do Relatório <i>Improving Security Peacekeepers Project</i>	37
Figura 14 - Mudança de Postura	38
Figura 15 - Aumento da Capacidade Militar	40
Figura 16 - Modelos de partilha operacional	41
Figura 17 - Preparação Orientada para o Risco	42
Figura 18 - Aumento da Fiabilidade	44
Figura 19 – Consolidação Modelo de Análise e <i>Framework</i> de Melhoria	48
Figura 20 - Estrutura da FTCPLP – Felino 2010.....	An A-1
Figura 21 - FTCC CPLP – Felino 2013	An A-1
Figura 22 - CPLP e Comunidades Económicas Regionais que seus membros fazem parte	Apd 1-2
Figura 23 - União Europeia, Espaço Schengen e Candidatos a adesão à EU	Apd 2-1
Figura 24 - Crises Europeias – desemprego (<i>chômage</i>), refugiados (rotas nas linhas pontilhadas) , náufragos mortos no Mediterrâneo, imigrantes bloqueados em fronteiras.....	Apd 2-2
Figura 25 - Missões das Nações Unidas em 2016	Apd 2-3
Figura 26 - Indicadores Demográficos da África em 2010 por região e previsão populacional para 2050	Apd 2-4
Figura 27 - Refugiados provenientes do Congo	Apd 2-5
Figura 28 - Localização Geográfica de Cabo Verde.....	Apd 2-5
Figura 29 - Mapa Guiné Equatorial	Apd 2-6
Figura 30 – Entorno regional e Zona Económica Exclusiva - São Tomé e Príncipe..	Apd 2-8
Figura 31 - Conflitos em África - Evolução 1997-2006-2016.....	Apd 2-9
Figura 32 - Nr de Conflitos Armados em África - 1960-2014 (por tipo e por milhão de pessoas)	Apd 2-9
Figura 33 - Conflitos e Tensões em América do Sul.....	Apd 2-10
Figura 34 - Índices de Instabilidade - situação Brasil - 2006-2017	Apd 2 -11
Figura 35 - Colonização sudeste asiático.....	Apd 2-12



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Modelo de Análise.....	3
Tabela 2 - Objetivos Geral e Específicos.....	4
Tabela 3 - Questão Central e Questões Derivadas.....	4
Tabela 4 - Gastos e efetivos militares dos países da CPLP.	22
Tabela 5 - Sede Exercícios Felino	30
Tabela 6 - Inovações e Contributos das Operações Felino 2005 - 2009.....	31
Tabela 7 - Inovações e Contributos das Operações Felino 2010-2013.....	32
Tabela 8 - Inovações e Contributos das Operações Felino 2015-2017.....	33
Tabela 9 - Modelo de Análise - Dimensão Militar 1/2	50
Tabela 10 - Modelo de Análise - Dimensão Militar 2/2	51
Tabela 11 - Modelo de Análise - Dimensão Político-Estratégica.....	52



Resumo

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reúne países de quatro continentes, diferentes, assimétricos e com pesos estratégicos distintos. Partilham, no entanto, uma língua e valores comuns, que incentivam a cooperação e o trabalho conjunto. Isto pode tornar-se uma mais-valia no aumento da relevância individual e da comunidade no contexto internacional, agregando valor aos países.

No âmbito da defesa, existem iniciativas deste trabalho conjunto, particularmente na capacitação de forças para atuar em operações de paz e humanitárias.

Dimensionar o alinhamento destas iniciativas com o interesse nacional dos países-membros e o contributo efetivo que elas vêm a trazer para as forças armadas dos países da CPLP não é simples. Por este motivo, procurou-se modelar fatores objetivos de eficiência desejada nestes tipos de operação para enquadrar as ações já em curso, os contributos isolados de alguns dos países e as iniciativas de sucesso que se observa em outras organizações.

Desta forma, montou-se um panorama do ponto onde se encontra a CPLP e os caminhos viáveis, tanto na dimensão militar como na dimensão político-estratégica para o seu fortalecimento, com redução de custos e aumento de relevância e prestígio internacionais.

Palavras-chave: CPLP, operações de paz e humanitárias, cooperação, prestígio.



Abstract

The Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) brings together countries from four different continents, asymmetrical and with different strategic weights. They share, however, a common language and values that encourage cooperation and joint work, which can become a value asset to increase individual and collective relevance in the international context.

In Defense area, there are initiatives of this joint effort, particularly in the training of forces for peacekeeping and humanitarian operations.

It is not easy to assess the alignment of these initiatives with the countries' national interest and their effective contribution to the armed forces of CPLP members.

For this reason, objective factors of desired efficiency in these types of operation was chosen to frame the actions already in progress, the isolated contributions of some of the countries and the successful initiatives that are observed in other organizations.

In this way, an overview of the CPLP's positioning and viable paths was set up, both in the military and in the political-strategic dimensions for its strengthening with cost reduction and increase of international relevance and prestige.

Key words: CPLP, peacekeeping and humanitarian operations, cooperation, prestige.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

An - Anexo

AFISMA – *Africa led International Support Mission in Mali*

AFRICOM – *United States Africa Command*

AMIB – *African Union Mission in Burundi*

AMIS – *African Union in Sudan*

AMISEC – *African Union Mission for Support to the Elections in the Comoros*

AMISON – *African Union Mission in Somalia*

Apd - Apêndice

ASF – *African Standby Force*

B

BRABAT – *Brazilian Battalion*

C

CAE – Centro de Análise Estratégica

C2 – Comando e Controlo

CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CDEAO – Comunidade Económica dos Estados de África Austral

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CIMIC – *Civil Militar Co-Operation* – Cooperação Civil Militar

COTER – Comando de Operações Terrestres (Brasil)

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CS – Conselho de Segurança da ONU

CSDP - *Common Security and Defense Policy* da União Europeia

D

DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

DFS – *Department of Field Support*

DPDN – Diretor de Política de Defesa Nacional

DPKO – Departamento de Operações de Paz da ONU



E

EB – Exército Brasileiro

ECPF – *ECOWAS Conflict Prevention Framework*

ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados de África Ocidental

EMCFA – Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (Brasil)

EMGFA - Estado-Maior-General das Forças Armadas

END – Estratégia Nacional de Defesa

EOP – Estágio de Operações de Paz

ESPEXE – Especificações de Exercício

EUA – Estados Unidos da América

F

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo

FFAA – Forças Armadas

FFE – Força de Fuzileiros da Esquadra (Brasil)

FFP – *Fund For Peace*

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOMUC – *Force Multinationale en Centre Afrique*

FT – Força Tarefa

FTTC – Força Tarefa Conjunta e Combinada

FSM – Fórum de Saúde Militar

G

GT-CPTT-CPLP – Grupo de Trabalho Conceitos, Procedimentos Operacionais, Táticas e Técnicas da CPLP

GptOpFuzNav – Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

I

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

IUM – Instituto Universitário Militar

I&D – Investigação e Desenvolvimento

L

LDN – Lei da Defesa Nacional



M

MARAC – *Mécanisme d'Alert Rapide em Afrique Centrale*

MD – Ministério da Defesa

MDN – Ministério da Defesa Nacional

MNJTF – *Multinational Joint Task Force against Boko Haram*

MINUSCA – *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic*

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

MISCA - *Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine*

MISSANG - Missão de Angola em Guiné-Bissau

MONUSCO – *Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en République Démocratique du Congo*

MOU – *Memorandum of Understanding*

N

NEP – Normas de Execução Permanente

NN/CAE – Núcleo Nacional do Centro de Análise Estratégica

O

OE – Objetivo Específico

OEA – Organização dos Estados Americanos

OG – Objetivo Geral

OI – Organização Internacional

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PDT – *Pre-Deployment Training*

PIB – Produto Interno Bruto

PMS – Problemas Militares Simulados

PND – Política Nacional de Defesa

PKO – A – *Peacekeeping Operations - Americas* - Exercício de Posto de Comando de Operação de Manutenção da Paz - Américas

PSOD - *Peace Support Operations Division*



Q

QC – Questão Central

QD – Questão Derivada

R

RCA – República Centro Africana

RCI-LRA – *Regional Coordination Initiative against the Lor Resistance Army*

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

RDC – *Rapid Deployment Capability*

RDTL – República Democrática do Timor Leste

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

ROE – *Rules of Engagement*

S

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community*)

SIPRI - *Stockholm International Peace Research Institute*

SOFA – *Status of Force Agreement*

T

TII – Trabalho de Investigação Individual

U

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNAMID – *United Nations/African Union Hybrid Mission in Dafur*

UNASUL – União de Nações Sulamericanas

UNIFIL – *UN Interim Force in Libano*

UNMOGIP - *UN Military Group Observer in India and Pakistan*

UNTSO – *UN Truce Supervision Organization*

W

WFP – *World Food Programme*

Z

ZTC – Zona de Tensões e Conflito



Introdução

Enquadramento e justificação do tema

A motivação para escrever o trabalho de investigação: “O Emprego das Forças Armadas em Operações de Paz e Humanitárias: o contributo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)” decorre do facto de diversos países da CPLP estarem hoje envolvidos em atividades de Operações de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de outras organizações internacionais (OI). Além deste envolvimento, as suas Forças Armadas (FFAA) são ainda chamadas a atuar em operações humanitárias e de apoio em casos de calamidade pública. Este facto leva à necessidade de estarem preparados para atuar em ambientes muito diversos, num espectro que varia de conflitos bélicos de baixa intensidade e longa duração a situações com pouco tempo de preparação e elevada necessidade de pronta resposta.

As operações de paz conduzidas pela ONU e por outros OI tornaram-se mais complexas, evoluindo do antigo modelo de interposição entre forças (*classical peacekeeping*) para modelos multidisciplinares, com grande presença de civis, atividades dispersas em amplo espectro de atuação, da separação de forças em conflito, passando pelo desarmamento, apoio a processos eleitorais, gestão de refugiados, etc (ONU, 2000).

As operações clássicas de combate são a base onde se formaram as estruturas das FFAA de forma geral. Para este tipo de atividade há vasto material de estudo, cenários passíveis de serem reproduzidos em jogos de guerra (cada vez mais realistas) e que podem ser treinados em campos de instrução. A maior parte das FFAA já dispõem de boa estrutura para treinar estes ambientes operacionais. No entanto, as operações de contrainsurgência, de pacificação e de reconstrução são muito mais difíceis de simular, pois os treinos eficientes precisam, além de um ambiente físico complexo, de uma interação das forças militares com os habitantes locais. Grandes desastres, inundações e terremotos são também ambientes de complexa reprodução e com um componente de stress momentâneo não facilmente reproduzível em campos de instrução.

Neste sentido, preparar e qualificar soldados para estas “guerras” exige treino prolongado em campos de conhecimento diversos e muitas vezes distantes das técnicas, táticas e procedimentos puramente militares. Pode-se citar como exemplos de desafios o conhecimento de áreas da psicologia, sociologia, antropologia, direito internacional, interação com a imprensa, a preparação dos pequenos escalões para agir com autonomia e liberdade, pois precisam atuar em ambientes descentralizados.



O tema proposto procura analisar o ganho objetivo que atividades da vertente Defesa tem trazido ao treino e capacitação das FFAA dos países da CPLP, nomeadamente para seu emprego em operações de paz e humanitárias. Além disso, procura-se identificar oportunidades que mostrem como o trabalho conjunto pode aumentar o peso da participação e do poder de influência nas OI.

Foram analisados os contributos que o ambiente CPLP e participações recentes em Operações de Paz da ONU (especialmente a recém-terminada missão de 13 anos do Brasil no Haiti) e em outras OI trouxeram para as FFAA dos países da comunidade.

Dos caminhos que estão a ser trilhados, procurou-se identificar evoluções, novas oportunidades, evitando generalizar soluções regionais, mas antes analisar o conceito global que pode atender diferentes forças armadas.

Considerando que o assunto é pouco estudado no mundo académico, particularmente no meio civil na América do Sul e em África, a abordagem tencionou trazer luz ao assunto para aos decisores de nível estratégico sobre a importância da participação das FFAA em operações de paz e humanitárias, tanto no aspeto militar como nos aspetos estratégicos de dissuasão e projeção de poder.

Identificação do Contexto e Base Concetual

O presente trabalho enquadra-se, dentro das Ciências Militares, no domínio dos Elementos Nucleares, área de investigação Operações Militares, subárea de investigação do Planeamento Operacional.

Os países da CPLP são diversos em termos de extensão territorial, recursos naturais, posição geográfica e problemas regionais, mas todos procuram, nas suas políticas de defesa, estar preparados para dissuadir potenciais ameaças externas e subsidiariamente apoiar em situações de calamidade.

Estas missões e ambições das nações esbarram frequentemente na falta de recursos humanos e materiais, e esta foi a motivação da pesquisa.

Por mais que os riscos, hipóteses de emprego e cenários operacionais de cada um dos países da CPLP sejam diferentes, a preparação das FFAA tem muito em comum, e encontrar formas de apoio mútuo podem maximizar os efeitos finais. Esta união de esforços pode ter a capacidade de mostrar à comunidade internacional o comprometimento das várias nações em torno de objetivos comuns: promover a paz, a democracia e o desenvolvimento.



A base conceitual de desenvolvimento do trabalho é a cooperação, entendida como a atuação de pessoas ou de organizações com interesses ou ideais comuns e que visam os mesmos objetivos (Ribeiro, 2008). Este conceito e as definições dos grandes temas que compõem o trabalho estão explicados no Apêndice 1 e servirão de base para o desenvolvimento do raciocínio.

Objeto da Investigação e sua Delimitação

O objeto de investigação é a avaliação das iniciativas de cooperação e o alinhamento destas com os objetivos de participação da CPLP e dos seus países-membros nas operações de paz e humanitárias.

A partir deste ponto inicial, procurou-se mapear o que se faz e as oportunidades que se apresentam. Foi analisado o cenário regional e a atual dimensão e estrutura das diversas FFAA, contextualizando as diferenças entre as nações, para apresentar possibilidades de cooperação viáveis para os diferentes países. Procurou-se, assim, apresentar propostas para ampliar a operacionalidade das FFAA dos estados-membros, seguida do desejável aumento do peso político das nações constituintes da CPLP nos cenários locais e regionais.

O modelo de análise utilizado baseou-se no conceito de cooperação militar, sob a ótica de duas dimensões: militar e político-estratégica. Contributos e oportunidades foram analisados a partir da atitude, capacidade, confiança (fiabilidade) e treino, usando como indicadores o aumento da capacidade, o decréscimo dos custos e o aumento da relevância. Este modelo pode ser resumido no quadro a seguir.

Tabela 1 - Modelo de Análise

Conceitos	Dimensões	Variáveis	Indicadores
Cooperação	Militar (Operações Militares) (Planeamento Operacional)	Atitude	- Criação ou incremento de capacidade - Decréscimo de custos - Aumento do Prestígio (relevância)
		Capacidade	
		Fiabilidade	
		Treino	
	Político-Estratégica (Segurança e Defesa)	Atitude	- Criação ou incremento de capacidade - Aumento do Prestígio (relevância)
		Capacidade	
		Fiabilidade	
		Treino	

Os parâmetros de delimitação foram:

- (1) delimitação temporal: a partir do ano 2000, ano de início das Operações Felino, até os dias atuais;
- (2) delimitação espacial: os países da CPLP;



- (3) delimitação de conteúdo: conteúdos de natureza militar, mas também segurança e defesa na dimensão político-estratégica.

Objetivos da Investigação

Tabela 2 - Objetivos Geral e Específicos

Objetivo Geral	✓ Analisar o contributo da CPLP no treino/preparação das FFAA para a participação em Operações de Paz e Humanitárias
OE 1	✓ Descrever a situação atual das FFAA da CPLP, sua representatividade nas diversas OI e as atividades de cooperação em curso
OE 2	✓ Identificar os ganhos objetivos que as atividades em curso estão a trazer para a melhoria da capacidade operacional das FFAA dos países membros
OE 3	✓ Apresentar possíveis evoluções e novas formas de cooperação que impactem positivamente as FFAA dos países membros, individualmente e em conjunto

Questão Central (QC) e Questões Derivadas (QD)

Tabela 3 - Questão Central e Questões Derivadas

Questão Central	✓ Em que medida as atividades de cooperação entre as FFAA da CPLP podem contribuir para o fortalecimento de cada uma das FFAA, particularmente através do aumento da capacidade de atuar em operações de paz e humanitárias?
QD 1	✓ De que forma a CPLP se posiciona no contexto internacional?
QD 2	✓ Qual o impacto das atuais atividades de cooperação na preparação das FFAA?
QD 3	✓ Quais atividades conjuntas podem contribuir para aumentar a capacidade de atuação e a relevância das FFAA nas OI ?

Metodologia Seguida

A investigação seguiu uma filosofia epistemológica positivista e ontológica objetivista, procurando analisar as ciências sociais objetivamente, por considerar que as mesmas seguem regras que podem ser mensuradas, com a possibilidade de gerar leis genéricas o suficiente para inferir resultados a partir de factos presentes e passados. Foi utilizada uma abordagem indutiva e uma estratégia de investigação qualitativa.

De acordo com método indutivo, definiu-se uma QC a partir de pesquisa bibliográfica inicial. Da QC, que orientou a investigação a ser desenvolvida, surgiram três questões derivadas, que orientaram a busca dos dados e sua análise para responder à questão central.



A estratégia de investigação qualitativa foi empregue na fase exploratória, onde se procedeu à leitura de documentação produzida ao longo dos diversos exercícios Felino, condução de questionários e entrevistas, complementada por um estudo de caso. Esta recolha de dados foi tratada de forma qualitativa, compilando as ideias principais que pudessem fornecer respostas às questões colocadas. Esta estrutura reuniu os pré-requisitos do método científico, na medida em que se respeitou as exigências metodológicas de possuir um objeto reconhecível, analisar este objeto sob uma perspetiva original e fornecer os elementos para confirmação das questões de pesquisa. (Santos & Lima, 2016, pp. 13-14)

Esta metodologia está de acordo com as Normas de Execução Permanente/Académicas (NEP/ACA) nº 010 e 018, do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) (IESM, 2015) (IESM, 2015a), complementadas pelas Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação, do IESM. (Santos & Lima, 2016)

O percurso metodológico seguiu as etapas do método científico, nomeadamente: fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva.

Na fase exploratória procedeu-se o levantamento do estado da arte sobre o assunto, por intermédio de leituras preliminares e da identificação de fontes; identificação do problema e análise do objeto de estudo; elaboração do modelo de análise; definição do procedimento metodológico e elaboração do plano de trabalho.

Na fase analítica procedeu-se à recolha de dados em fontes primárias e secundárias, a análise documental e a condução de um estudo de caso. A análise documental e a pesquisa bibliográfica foram complementadas por entrevistas e questionários a um universo pré-selecionado de militares e entidades representativas das atividades relativas à condução do preparo e emprego das forças armadas nos países da CPLP, nomeadamente representantes do Ministério da Defesa do Brasil, do Centro Conjunto de Operações de Paz Brasileiro (CCOPAB) e dos Núcleos Nacionais do Centro de Análise Estratégica da CPLP (NN/CAE). Foi realizado ainda um Estudo de Caso da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), incidindo sobre os aspetos mais relevantes na preparação para este tipo de atividade.

Na fase conclusiva foram conduzidas as tarefas de avaliação e discussão dos dados levantados, apresentação das conclusões, implicações futuras e contributos para o conhecimento.



Organização do Trabalho

O estudo seguiu a lógica de identificar e contextualizar, em um primeiro capítulo o cenário atual da conflitualidade e as diversas OI relevantes ao tema. Em seguida, no capítulo dois, caracterizou-se a vertente de defesa da CPLP, o papel dos seus membros, a cooperação militar e as atividades de preparação para participação em missões de paz, com ênfase nas operações Felino. O terceiro capítulo enquadra e organiza estas ações em um modelo do que se espera hoje de tropas em missões de paz e humanitárias, identifica lacunas e propõe ações que melhoram a efetividade dos desafios encontrados. Todos estes aspetos estão sintetizados na conclusão, que apresenta os contributos já consolidados no treino para atuar em missões de paz e humanitárias e as oportunidades que podem trazer melhorias.



1. CPLP no Cenário Atual

1.1. O Cenário de Conflitos e Tensões no Mundo Atual

O mundo está a mudar radicalmente, a uma velocidade sem precedentes. Ao mesmo tempo que o padrão de vida do homem médio cresce a taxas não comparáveis a nenhuma outra época da história, ainda se observam desigualdades abissais de desenvolvimento entre regiões e mesmo dentro dos países, o que gera um permanente estado de tensão, não bilateral, como no pós 2ª Guerra Mundial, mas multilateral e por motivações diversas.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em estudos, elenca alguns dos pontos de instabilidade mais expressivos para os tempos atuais: o desafio do acesso e uso dos recursos comuns globais (energia, petróleo, água, etc), o impacto disruptivo da migração, a ameaça cibernética, o caos provocado por desastres de larga escala e as crises em megacidades. Todos estes eventos estão à frente, em termos de probabilidade e impacto, ao conflito entre estados e os riscos das armas de destruição em massa. (OTAN, 2015)

O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), em recente relatório apresenta similares pontos de instabilidade, incluindo ainda o ihadismo¹, a pirataria e o crime organizado. (SIPRI, 2015) Apresenta, complementarmente, outro aspecto a ser analisado: a multipolaridade². Este facto, à primeira vista benéfico, pois representa o crescimento mais igualitário de diversas nações, precisa ser visto sob o prisma das relações internacionais. A crescente multipolaridade do mundo aumenta as tensões regionais e tende a criar conflitos em áreas onde se sobrepõem esferas de influência de diferentes potências (EUA, China e Rússia, mais especificamente). Estas regiões, nomeadamente o Médio Oriente, a Ásia Central, o sul do mar da China e a África, em função de sua localização e dos recursos naturais que dispõem, provocam divergências entre os membros permanentes do Conselho de Segurança (CS) da ONU, que possuem direito de veto nas resoluções deste órgão, responsável pela definição de sanções a países e autorização da criação de Missões de Paz. Em outras palavras, o que se coloca é que o conflito de interesses entre estes membros dificulta ou mesmo impede a intervenção preventiva da ONU³. Observa-se que a multipolaridade tem permitido o renascimento de movimentos separatistas em diversas

¹ Corrente do salafismo (movimento ortodoxo ultraconservador dentro do islamismo sunita) nascida no Afeganistão durante a ocupação soviética que propugna o recurso à chamada 'guerra santa' como forma de impor aquela conceção religiosa aos não muçulmanos. (Alves, 2014)

² Processo de redistribuição global do poder entre um número crescente de atores com influência além de suas áreas regionais e que são capazes de produzir ordem ou gerar desordem. (Laidi, 2017)

³ Pode-se citar como exemplos de paralisia provocada pelo conflito de interesses: a falta de definição para a crise de Dafur, os vetos sucessivos à intervenção na Síria.



regiões. Já foram vistos na antiga Jugoslávia, no Sudão do Sul e continuam a ser vistos na região Iraque-Síria-Turquia em movimento pela criação do “Curdistão”⁴. Os motivos destes movimentos podem ser ainda reflexos das demarcações de fronteiras realizadas ao fim da 1ª e 2ª guerras mundiais, que não levaram em conta os diferentes povos que viviam no local ou serem apenas motivações econômicas atuais e de disputa por recursos naturais. Quaisquer que sejam, o facto de não haver consenso e mesmo conflito de interesses entre as potências regionais hoje existentes pode frustrar a habilidade destas em lidar com a situação e permitir a escalada de instabilidades.

Os conflitos intra-estados possuem ainda outro catalisador, que é o crescente número de estados falhados ou, como usualmente se coloca, “estados frágeis”. Pode-se confirmar o aumento do número de estados frágeis a partir da análise do Instituto *Fund For Peace* na projeção das figuras a seguir, com um intervalo de 10 anos.

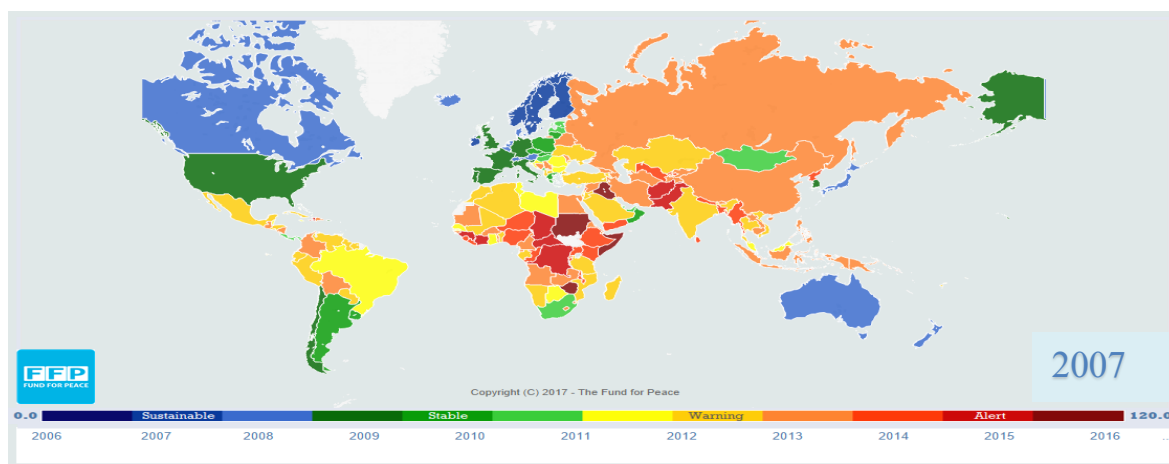


Figura 1 - Fragile States Index 2007

Fonte: (FFP, 2017)

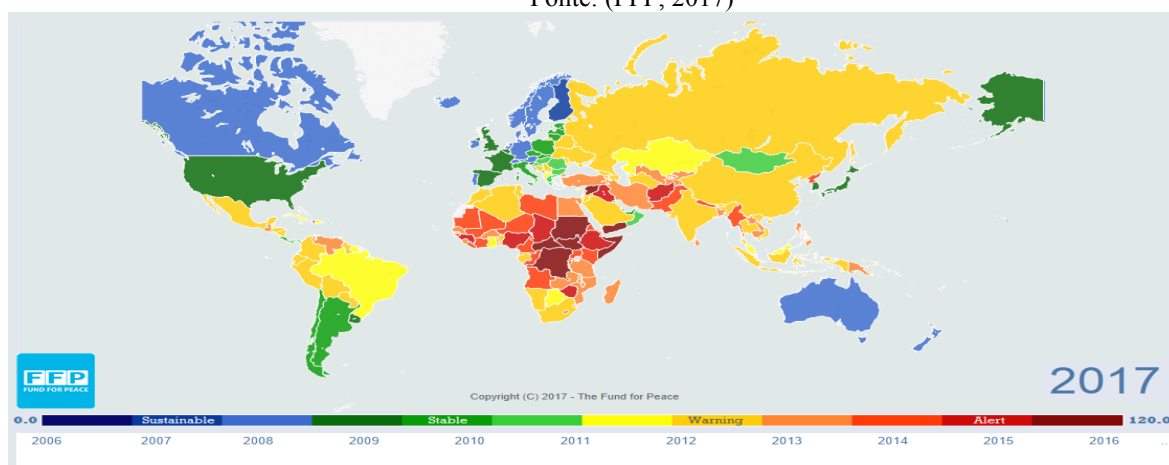


Figura 2 - Fragile States Index – 2017

Fonte: (FFP, 2017)

⁴ Curdistão: área formada por partes da Síria, do Iraque e da Turquia, onde parte da população, de origem curda, age por vezes politicamente e por vezes de forma violenta para formar um país independente.



Nestes locais, com a ausência efetiva do poder do estado, cresce a instabilidade com atores não estatais que não respeitam fronteiras e criam conflitos interligados. (SIPRI, 2015, p. 13)

Este cenário tem reflexos distintos de acordo com a região do mundo que se observa. Por isso, os países da CPLP estão caracterizados, no Apêndice 2, dentro de suas Zona de Tensões e Conflitos (ZTC) regionais. As conclusões deste estudo foram usadas para identificar as condicionantes contextualizadas que servem de motivação para estes países atuarem em operações de paz.

O que se pode extrair do estudo do Apêndice 2 é que em todas estas zonas há conflitos em curso ou latentes, o que significa dizer que não há regiões do globo livres de tensões ou dos reflexos das mesmas. Ao analisar os entornos regionais dos países da CPLP verifica-se que as tensões estão dispersas, com motivações distintas e os possíveis resultados e consequências, na maior parte das vezes, não se restringem ao país beligerante, mas a todo o seu entorno estratégico. Verifica-se a existência de conflitos, seja por estados frágeis, seja por crimes transnacionais, ondas disruptivas de migração ou por disputas por recursos naturais. Múltiplos fatores, mas que afetam o desenvolvimento regional de todas as ZTC analisadas.

É este ambiente que se apresenta como o desafio aos países da CPLP. Não há soluções rápidas ou fáceis, e os problemas de segurança trazem consigo desafios de desenvolvimento. Não são, portanto, apenas de interesse da área de segurança ou defesa, mas problemas nacionais. A busca por mecanismos de solução e estabilização regional são um caminho natural para todos. A CPLP, para ser relevante, precisa ser percebida como uma comunidade comprometida com as estabilidades regionais, com voz ativa na discussão dos problemas de seus membros e que se torne fator de dissuasão.

Uma vez que o cenário que se apresenta para a CPLP é de quatro continentes, quatro ZTC distintas, uma primeira abordagem nos levaria a procurar cenários de emprego mais prováveis para atuação. Para responder a esta pergunta, foi trazido o estudo de Mullenbach (2013, p. 118), que nos apresenta panorama abrangente ao estudar 202 missões de paz (da ONU e de outras OI) ao longo de 66 anos (1946 a 2012). Observa-se que 47% delas ocorreram na África e no Médio Oriente. Se olharmos mais setorialmente, 33% de todas as missões de paz até hoje ocorreram na África Subsaariana (uma em cada três missões).

Estes números podem constituir-se um indicador da prevalência dos problemas em África, e portanto, levar à conclusão que há grande probabilidade de as próximas missões



serem nesta área. Entretanto, ao olhar estes mesmos números por outro prisma, conclui-se que mais de 50% das missões não ocorreu em África (25% na Europa/Ásia Central, 21% no restante da Ásia, e 7% nas Américas).

Conclui-se, portanto, que a África, seja pelo facto de grande parte dos Estados Membros estarem neste continente, seja pela série histórica, é o cenário mais provável de emprego de tropas em missões de paz e humanitárias, mas não se pode descartar outros, uma vez que as prioridades dos estados-membros são pressionadas por situações específicas em suas áreas de influência (observe-se o caso do Brasil no Haiti e de Portugal no Afeganistão).

Não há regiões do mundo isentas de problemas e que possam prescindir de apoio internacional. Esta assertiva corrobora a incerteza dos cenários futuros, que continua a exigir às tropas preparação para atuar em cenários dos mais diversos e multiculturais.

1.2. CPLP no contexto das Organizações Internacionais

1.2.1. Representatividade em Organizações Internacionais

As OI são uma realidade cada vez mais presente nas relações diplomáticas. Evoluíram de simples fóruns entre países para organizações multilaterais com o objetivo de administrar a crescente complexidade do sistema internacional. Os períodos pós-guerras são onde se observa o maior empenho das nações em minimizar as disputas (legítimas, mas conflituosas) em busca de períodos de paz que permitam o progresso. Foi a origem da Liga das Nações, da ONU, e de outras organizações para o mesmo fim. A maior parte dos países participa das OI em busca de estabilidade global ou regional, mas sempre movidos pelo esforço de atingirem seus objetivos nacionais permanentes. Neste ponto, as metas de suas políticas nacionais são o contraponto ao esforço a ser empreendido em cada OI (Sterian, 2013).

A participação em operações de paz e de ajuda humanitária, portanto, alinha-se com os objetivos de seus países e garante o necessário comprometimento político das nações. O “custo” desta participação é sempre balanceado politicamente com os benefícios advindos. A estabilidade regional em sua área de influência normalmente é o aspeto mais fácil para um país identificar como estrategicamente vantajoso, pois garante boas condições de desenvolvimento económico dos vizinhos (e conseqüente incremento do comércio). Comércio que é influenciado não apenas pelos vizinhos próximos, mas em toda área de interesse (de onde se compra, para onde se vende e as linhas de comunicação entre eles). Neste cenário, fazer parte de uma comunidade de países comprometidos com a segurança



regional é fator de dissuasão⁵ e de estabilidade regional, pois, combina a capacidade, a determinação e a sinalização de sua vontade (Harris, 2016).

Quando se trata de participar de operações em regiões distantes de sua área de influência, os Estados precisam ter fortes motivações para investir. Há diversos fatores que normalmente são analisados, mas, o mais comum é aumento de prestígio⁶.

A busca por prestígio torna-se mais importante ainda se observarmos o papel que as organizações multilaterais estão a desempenhar no mundo atualmente, dentro da lógica das soberanias e do jogo do poder. É indiscutível que estes organismos multilaterais procuram dar estabilidade às dinâmicas entre os países e foram criados para reduzir conflitos. Fernandes (2015, p. 106), no entanto, nos apresenta um contraponto à visão de Reuter⁷ em que o papel ideal destas organizações seria trazer uma visão federalista, onde todos os representantes possuem representatividade isonômica. Argumenta que, na prática, a representatividade da diversidade nestas organizações não estaria conforme a figura a seguir da esquerda (ideal), mas conforme a figura da direita (real). O peso específico das nações continua a refletir-se nas OI, sendo utópico julgar que os interesses nacionais de um país serão considerados fora do espectro de seu poder de influência

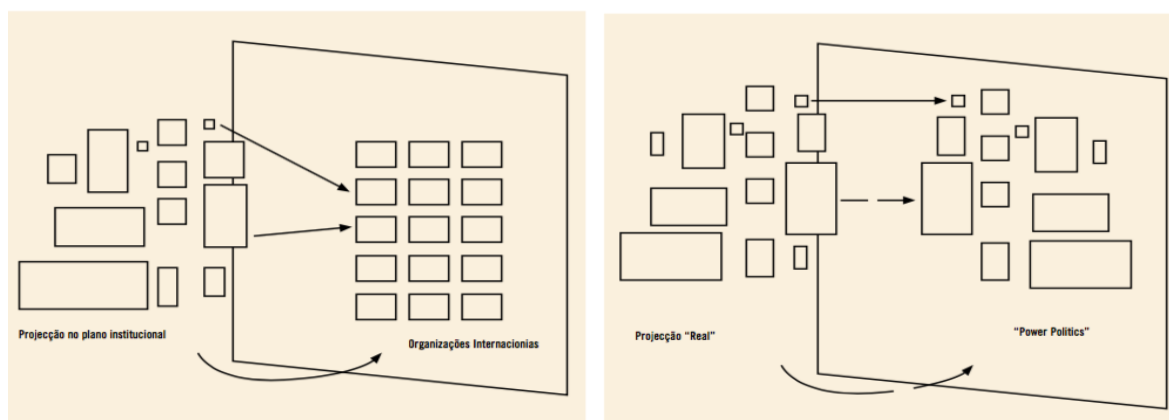


Figura 3 - Representatividade em Organizações Internacionais - cenário ideal x cenário real

Fonte: (Fernandes, 2015)

Uma alternativa a esta visão é usar a OI como um catalisador de sua presença. Aumentar seu prestígio dentro destas organizações, portanto, equivale a maximizar sua

⁵ Dissuasão, segundo Harris pode ser definido por: Capacidade x Determinação x Sinalização, explicado em maiores detalhes no Apêndice 1 – Corpo de Definições e Conceitos, onde somente todos estes fatores juntos geram os efeitos desejados de prevenir e mesmo evitar conflitos.

⁶ Prestígio - reconhecimento da força de uma nação sem ter que usá-la. Para maiores detalhes ver Apd 1

⁷ Paul Reuter e Jean Combaucou em seu livro *Institutions et Relations Internationales* (1980) apresentam a lógica do multilateralismo, ou seja, agrupamentos de Estados em organismos multilaterais com a finalidade de reorganizar o ordenamento das relações internacionais, diminuindo as diferenças entre as nações para dar mais estabilidade à ordem mundial.



presença internacional e sua voz nas questões ali tratadas. Outro ponto a destacar é que estas OI criam personalidade própria, através de seus secretários-gerais, que se tornam interlocutores, e não apenas executantes das decisões de seus membros. Observa-se aí um risco para atingir os objetivos nacionais dos países em fóruns cada vez mais multilaterais, mas também uma oportunidade pois, ao incrementar sua representatividade em postos-chave nestes organismos pode garantir um aumento de relevância por vezes desproporcional ao seu peso estratégico.

É necessário, pois, identificar a relevância da OI, além da relevância dos países que a compõem. Neste ponto cabe trazer a percepção dos representantes dos NN CAE⁸ sobre as ameaças visualizadas por eles para a CPLP. Estas correspondem ao cenário exposto no item anterior em relação ao terrorismo, tráfico internacional, etc. Entretanto, foram ainda levantadas como possíveis ameaças à relevância da CPLP, a desvalorização da língua e consequente aumento da influência de outros atores na região, a falta de uma liderança forte na organização, particularmente conduzida por Brasil, Portugal e Angola, as tensões atuais na Guiné Bissau e Moçambique e possíveis consequências internas de tensões nos países limítrofes (especificamente República Centro Africana e Congo). Isto corrobora a percepção da existência de personalidade própria do OI e consequente existência de ameaças específicas às OI, que influenciam as decisões dos países.

Ao olhar objetivamente para a representatividade e relevância dos países da CPLP em OI, é necessário quantificar de alguma forma o peso político que se pode esperar nestes ambientes.

1.2.2. A CPLP na ONU

Usando uma métrica numérica simples, os países da CPLP, em sua vertente defesa, não possuem regularidade na sua participação nos diversos OI, sendo esta bastante condicionada por fatores económicos. Pode-se extrair um retrato desta situação a partir do quadro a seguir, que mostra os efetivos militares e policiais envolvidos em operações de paz da ONU de 2000 a 2015.

⁸ Consolidação de entrevistas realizadas com representantes dos Núcleos Nacionais do Centro de Análise Estratégica da CPLP, que se encontra no Apêndice 4

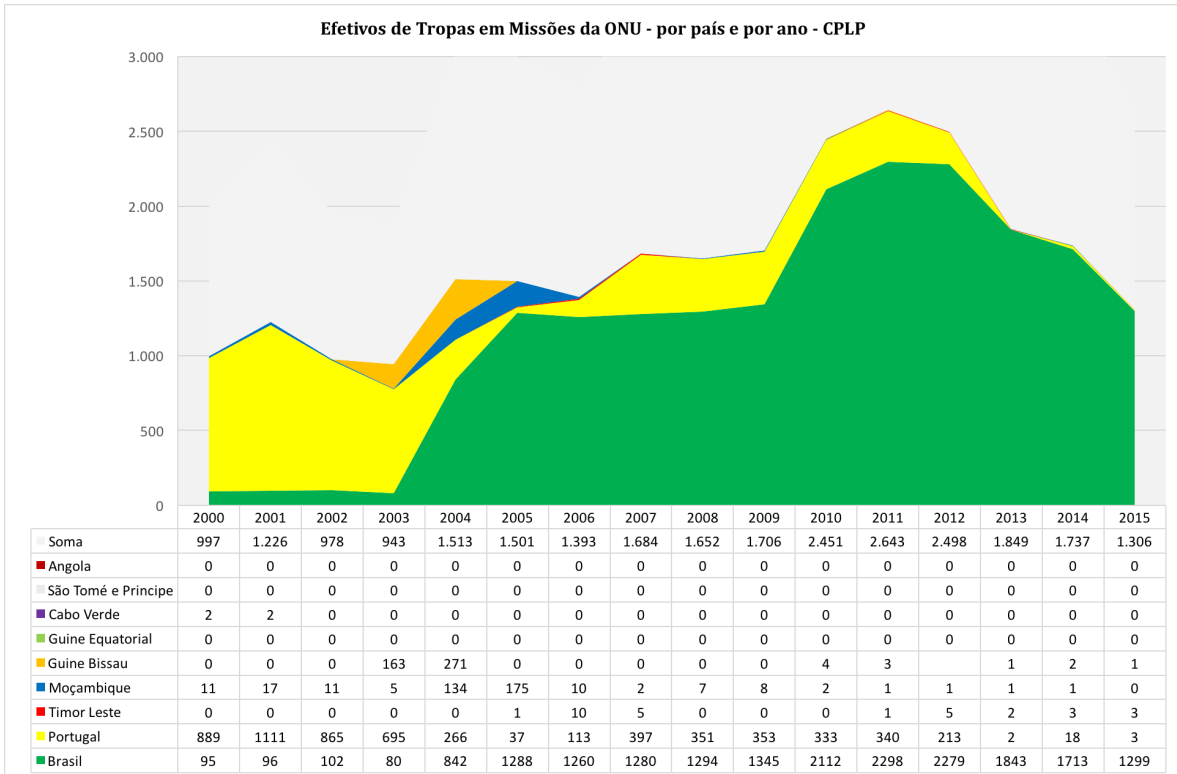


Figura 4 - Efetivos de tropas Países CPLP – ONU
 Fonte: o autor, dados extraídos de (UN Peacekeeping, 2017)

Do quadro verifica-se a inconstância individual em efetivos, o que se traduz, externamente, como um baixo compromisso político dos países com os valores da instituição apoiada. Observa-se, ainda, que os países da CPLP, especialmente Portugal e Brasil, produzem um equilíbrio ao longo dos anos, com a alternância destes. Este aspeto minimiza o impacto da diminuição pontual de tropas e pode alterar a perceção da comunidade internacional, se esta participação for associada ao conjunto, e não individualmente a cada um dos países.

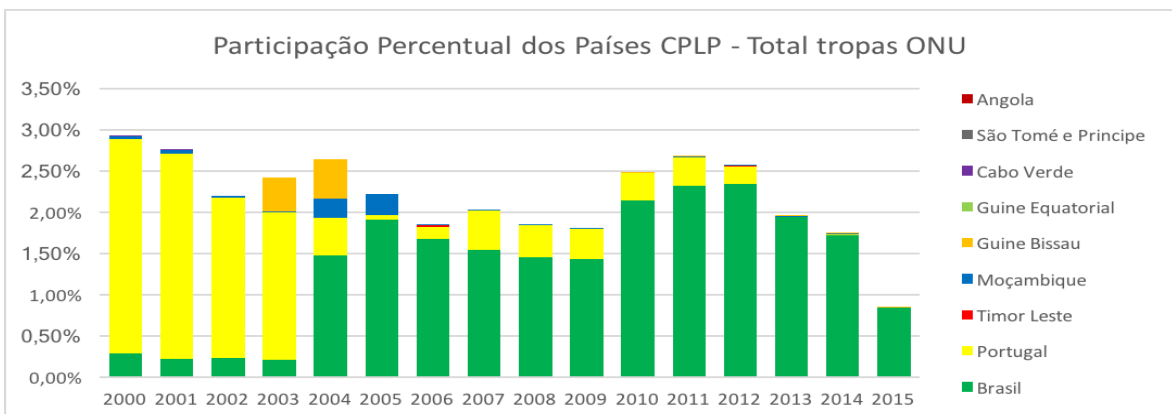


Figura 5 - Contribuição Percentual Países CPLP - Tropas ONU
 Fonte: o autor, dados extraídos de (UN Peacekeeping, 2017)



No entanto, para analisar os números por trás do gráfico, coloca-se a tabela a seguir (com a evolução dos efetivos da ONU, de aproximadamente 34 mil militares em 2000 para 100.000 em 2014 e para 154 mil em 2015). Ver-se-á que a ONU vem a crescer continuamente seu efetivo de tropas desdobradas, o que resulta na diminuição percentual da representatividade dos países da CPLP (e da sua relevância), mesmo sem diminuição de efetivos.

Ano	Brasil	Portugal	Timor Leste	Moçambique	Guine Bissau	Guine Equatorial	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe	Angola	Soma	Total ONU	Percentual CPLP
2000	95	889	0	11	0	0	2	0	0	997	34 064	2,93%
2001	96	1111	0	17	0	0	2	0	0	1 226	44 532	2,75%
2002	102	865	0	11	0	0	0	0	0	978	44 528	2,20%
2003	80	695	0	5	163	0	0	0	0	943	38 956	2,42%
2004	842	266	0	134	271	0	0	0	0	1 513	57 331	2,64%
2005	1288	37	1	175	0	0	0	0	0	1 501	67 693	2,22%
2006	1260	113	10	10	0	0	0	0	0	1 393	75 344	1,85%
2007	1280	397	5	2	0	0	0	0	0	1 684	83 225	2,02%
2008	1294	351	0	7	0	0	0	0	0	1 652	89 480	1,85%
2009	1345	353	0	8	0	0	0	0	0	1 706	94 404	1,81%
2010	2112	333	0	2	4	0	0	0	0	2 451	98 980	2,48%
2011	2298	340	1	1	3	0	0	0	0	2 643	98 952	2,67%
2012	2279	213	5	1		0	0	0	0	2 498	97 572	2,56%
2013	1843	2	2	1	1	0	0	0	0	1 849	95 009	1,95%
2014	1713	18	3	1	2	0	0	0	0	1 737	100 044	1,74%
2015	1299	3	3	0	1	0	0	0	0	1 306	154 508	0,85%
Total	19226	5986	30	386	445	0	4	0	0	26 077	1 274 622	2,05%
Percentual em relação a ONU	1,51%	0,47%	0,00%	0,03%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,05%		

Figura 6 - Efetivos Países CPLP - Tropas ONU

Fonte: o autor, dados extraídos de (UN Peacekeeping, 2017)

Percebe-se que manter a relevância é mais complexo do que simplesmente manter a participação, passa por aumentar o esforço ao longo do tempo. Incrementar o número de participantes exige mais militares em condições de atender os requisitos de preparação e prontidão. Observa-se um risco, pois o envolvimento crescente gera mais responsabilidades, entretanto identifica-se uma oportunidade, com um retorno para o país e suas FFAA em operacionalidade, motivação e preparação dos militares. É um círculo virtuoso, pois além do treino, parte substancial dos recursos para este treino são ressarcidos pela ONU.

A importância desta tradução de relevância em números reside no facto de que postos-chave de coordenação das operações de paz são oferecidos aos países com maior participação (ou com participação mais previsível e constante). Postos de lideranças operacionais e estratégicas no *staff* das missões colocam altos chefes militares em treino constante, melhorando a sua preparação para bem conduzir os destinos das FFAA de seus países. Estes postos têm impacto significativo na condução estratégica das operações, possuem visibilidade sobre seus efeitos e, ao fim e ao cabo, projetam a posição da nação com uma visibilidade difícil de atingir apenas com forças no terreno. Apresentam, pois, impacto nas dimensões militar e político-estratégica.



1.2.3. A CPLP noutras Organizações Internacionais

Outras OI relevantes aos países da CPLP com componentes de defesa a serem considerados:

A União Europeia, da qual Portugal é membro, conduz atualmente 6 missões militares e 10 missões civis por meio da *Common Security and Defense Policy* (CSDP) (Flot, 2017), com o objetivo de gerir crises em países de interesse (de cariz humanitário ou de segurança regional), conforme pode-se observar no quadro a seguir.

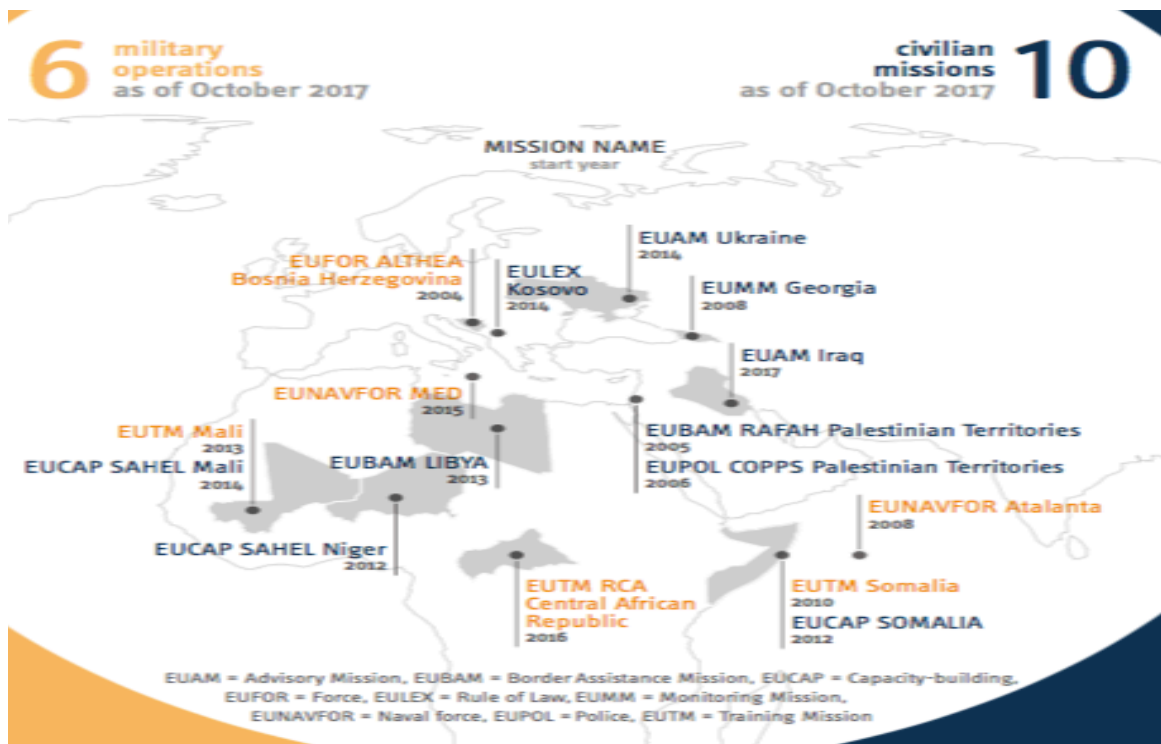


Figura 7 - Missões da CSDP (por ano de início)
Fonte: (Flot, 2017)

Destas, Portugal participa em 3 missões (República Centro Africana, Somália e Mali), o que mostra seu compromisso e esforço empreendido.

Portugal participa ainda na OTAN com elementos destacados em operações no Kosovo, Iraque, Afeganistão e no Mediterrâneo (Operação *Sea Guardian*). (EMGFA, 2017)

A União Africana integra todos os países africanos (da CPLP participam Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe) vem a aumentar a sua participação em operações multinacionais, com a criação da Divisão de Operações de Suporte à Paz (*Peace Support Operations Division – PSOD*) e a estruturação de uma Força Multinacional (*African Standby Force - ASF*), que participa em operações com



mandato próprio ou com mandatos delegados pela ONU e por outras OI, como se mostra na figura a seguir.

African Union Mandated Missions	Deployment timeline
African Union Mission in Burundi (AMIB)	2003 to 2004
African Mission in Sudan I (AMIS I)	2004
African Union Mission in Sudan II (AMIS II)	2004 to 2007
African Union Mission for Support to the Elections in the Comoros (AMISEC)	2006
African Union Mission in Somalia (AMISOM) (2007)	2007 to date
African Union Mission in the Comoros (MAES) (2007)	2007
Africa-led International Support Mission in Mali (AFISMA) (2013)	2013
African led Support Mission to the Central African Republic (MISCA) (2013)	2013 to 2014
United Nations/African Union Hybrid Mission in Darfur (UN-AMID)	
AU - authorized:	
United Nations/African Union Hybrid Mission in Darfur (UNAMID)	2007 to date
Democracy in Comoros	2008
Regional Coordination Initiative against the Lord Resistance Army (RCI-LRA)	2011 to Date
Multinational Joint Taskforce against Boko Haram (MNJTF)	2015 to Date

Figura 8 - Participação da União Africana em Operações d Paz

Fonte: (PSOD, 2016, p. 22)

Na ASF, dois países da CPLP já participaram com tropas: Moçambique, na AMIB, 2003/2004, e a Guiné Equatorial na MISCA 2013/2014.

A Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO, mais conhecida por *ECOWAS*), criada em 1975, tem como participantes Cabo Verde e Guiné Bissau e como parceiros para o desenvolvimento o Brasil (além da China, Alemanha, França Índia e Estados Unidos). No âmbito da Defesa, estabeleceu em 2008 um *framework* de prevenção de conflitos (*ECOWAS Conflict Prevention Framework - ECPF*) para servir de referência aos seus estados-membros no reforço da segurança humana na região. Tem



objetivos de criar capacidade para atuar em prevenção e resolução de conflitos e reconstrução da paz, com mecanismos diplomáticos e de mediação. (ECOWAS, 2017)



Figura 9 - ECOWAS - países participantes
Fonte: (GBissau.com, 2018)

Entretanto, de acordo com o próprio documento, esta implementação carece de abordagem estratégica, dado ter uma coordenação interna fraca e subutilização das capacidades. Esta ambição da ECOWAS mostra-se como um palco interessante para os países da CPLP aumentarem sua influência neste OI, ao cooperarem com a experiência que adquirem em seus treinos e atuações em missões de paz (ECOWAS, 2017).

A CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central, criada em 1983, da qual participam Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, possui o *Mécanisme d'Alerte Rapide en Afrique Centrale* (MARAC), que implementou a Força Multinacional na África Central (*Force Multinationale en Centre Afrique - FOMUC*), força encarregada de cumprir missões de manutenção de paz, de segurança e de assistência humanitária. As directivas foram assinadas em Malabó (Guiné Equatorial) em 2002. Mantém uma missão de manutenção da paz na Rep Centro Africana desde 2002 (CEEAC, 2017).

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community – SADC*), da qual participam Angola e Moçambique, teve papel ativo em operações de paz no seu entorno regional. Ressalte-se a missão de paz na República Democrática do Congo e no Lesoto (1998-1999), onde Angola participou com tropas. Do Plano de Segurança e Defesa da Comunidade (*Strategic Indicative Plan for the Organ on Politics, Defence and Security Cooperation*), vale ressaltar o objetivo 6, de “desenvolver uma capacidade regional para participar de operações de paz, criar um centro de treinamento para operações de paz e promover a interoperabilidade de equipamentos militares”; e o



objetivo 7, de “alargar as capacidades de resposta a desastres e assistência humanitária”. (SADC, 2004). Desde 30 novembro 2017 Angola possui 160 militares em batalhão multinacional na Missão de Paz conduzida pela SADC no Lesoto.

Na América Latina, o Brasil participa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Dentro da OEA, o Brasil participa com frequência de missões de paz e humanitárias, tendo inclusive participado como mediador no conflito Equador-Peru (1995-1998). A participação mais recorrente é na atividade de desminagem. A UNASUL possui um domínio de defesa, com um Conselho de Defesa estabelecido e um Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, onde uma das atribuições é compartilhar conhecimentos na área de Operações de Paz e Humanitárias. (UNASUL, 2008).

Observa-se, em síntese, o posicionamento da CPLP de acordo com a figura a seguir, com a sobreposição de interesses de diversas OI dispersando esforços e recursos.

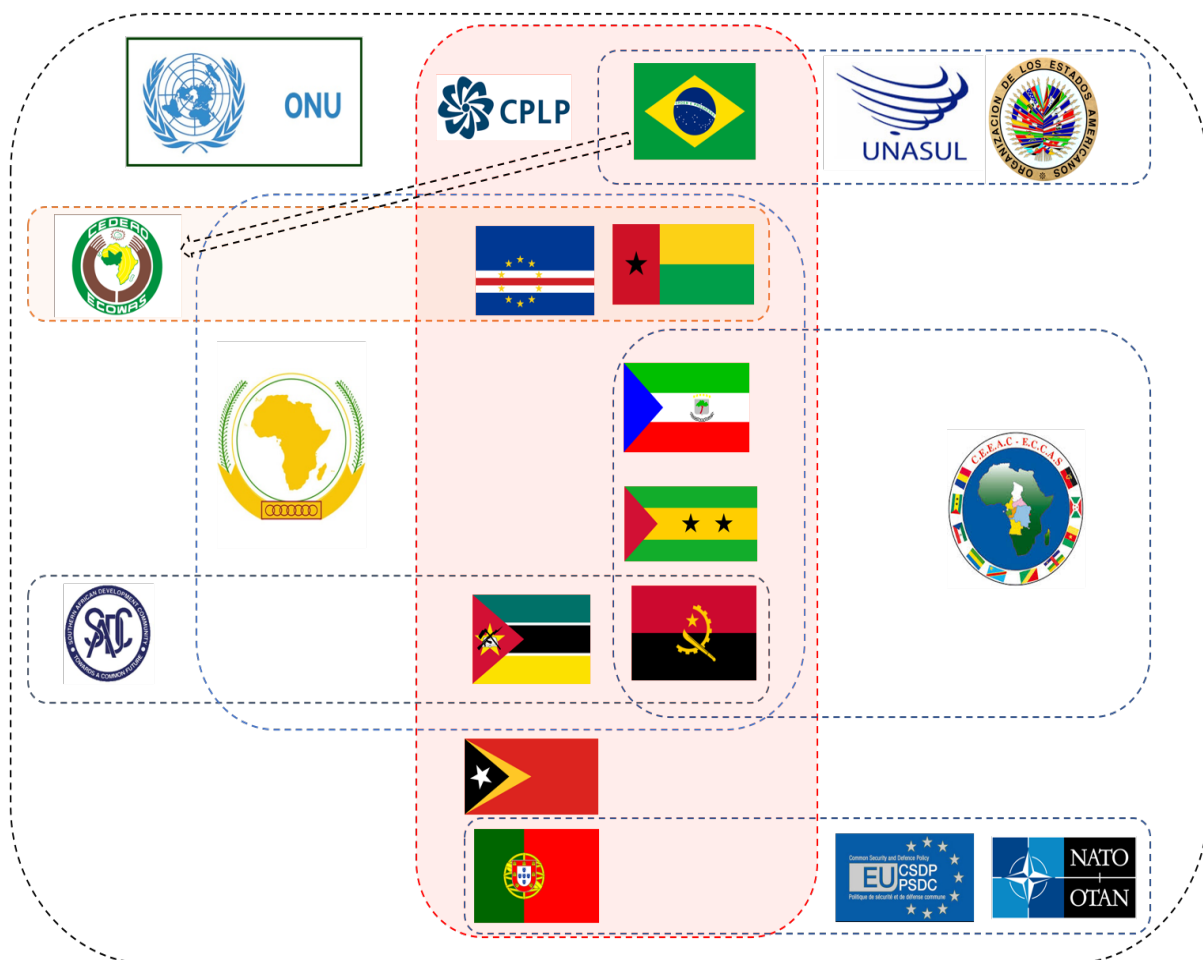


Figura 10 - Participação dos países da CPLP em OI com estruturas de defesa
Fonte: o autor



Outro ponto a ressaltar é o movimento crescente da comunidade internacional em estabelecer ligações mais fortes entre organizações multilaterais, como forma de obter resultados mais rápidos. Prova disso são os recentes memorandos de entendimento realizados entre a CPLP e a ONU, a UE, a União Latina, entre outros. (CPLP, 2000) (CPLP, 2007) (UN, 2017). Estes acordos estão baseados na percepção do menor custo em dialogar entre organizações do que individualmente entre países e na menor resistência que os países apresentam em apoiar uma atividade quando os custos (humanos e materiais) são repartidos.

1.3. Síntese Conclusiva

O mundo encontra-se em período de instabilidade, onde a multipolaridade trouxe à cena diversos atores regionais, com interesses próprios e por vezes conflituosos. O crescimento dos atores regionais dificulta a atuação dos OI, nomeadamente os de maior vulto, como a ONU, e estão a exigir maior comprometimento das organizações regionais, como a CPLP. A tendência para a próxima década é de aumento dos conflitos, e não diminuição. A má administração destes conflitos compromete mais do que os próprios países, mas todo o seu entorno, particularmente pela dificuldade de manter o progresso local sem um sistema comercial estável e crescente, uma vez que comércio depende não apenas da estabilidade interna, mas da estabilidade de onde um país importa, estabilidade de para onde ele exporta e estabilidade das linhas de comunicação entre eles.

Ao longo deste capítulo mostrou-se que, no contexto de suas ZTC, os países da CPLP necessitam atuar de forma preventiva e pró-ativa para evitar instabilidades que prejudicam o desenvolvimento regional. A participação em Operações de Paz e Humanitárias reveste-se de caráter geoestratégico, maior inclusive do que o papel humanitário que de forma geral se atribui a este tipo de atividade, e que irá trazer melhorias concretas para a segurança e também para o desenvolvimento nacional e regional.

A participação dos países da CPLP em operações de paz e humanitárias, no entanto, não é constante. Portugal e Brasil tem uma presença mais expressiva, Angola possui alguma expressão no contexto regional de África. Entretanto, pelo facto desta participação estar dispersa em diversos organismos regionais diferentes, os países da CPLP têm dificuldades em ser significativos nestes fóruns.

Vincular as participações individuais à Comunidade podem ser atalhos ao aumento do prestígio de cada um de seus integrantes e incluir a CPLP no rol das entidades com representatividade mais alargada para defender os interesses comuns, tendo impacto tanto na dimensão militar como na dimensão político-estratégica.



Sintetizando, o comprometimento da CPLP com a solução de problemas securitários e humanitários se traduz em estabilidade regional e melhores possibilidades de progresso para todos os envolvidos, e como tal necessita ser trabalhada não apenas no enfoque da defesa, mas numa visão global dos interesses do país. A CPLP pode, portanto, servir como um espaço de intermediação entre os diversos blocos econômicos.



2. A Defesa na CPLP – Estrutura e Preparação para atuar em Operações de Paz e Humanitárias

2.1. Políticas de Defesa dos países-membros

Observa-se, em todas as políticas de defesa dos países da CPLP, referências ao papel das FFAA no desenvolvimento e na política externa de seus países.

Angola, no seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional, elenca para suas FFAA, além do papel de fiscalização das fronteiras e manutenção da estabilidade interna, o papel de vetor da política externa do Estado para satisfazer compromissos internacionais e fazer face às situações que afetam a segurança regional, continental e internacional. O Ministério da Defesa Nacional é, ainda, o organizador da estrutura da Defesa Civil de Angola nas atividades de proteção da população em situações de catástrofe (Angola, 1993).

A política de defesa nacional brasileira pontua que ser um país pacífico não significa ser passivo e indefeso. Por isso, deve-se investir numa capacidade militar de dissuasão que possibilite reagir não apenas contra ameaças externas convencionais, mas também contra riscos contemporâneos como o terrorismo, o crime organizado transnacional, a pirataria e os ataques cibernéticos. (Brasil, 2012) Em reforço a este ponto, o Brasil investe há muitos anos em sua participação em OI como instrumento de política externa. Em 2017 o Brasil celebrou 70 anos de participação em missões de paz: cerca de 50 mil militares e policiais que participaram de mais de 60% das as operações da ONU. (Hamann, 2016)

Cabo Verde aposta na componente de defesa da CPLP para melhorar a visibilidade e a valorização dos países de língua portuguesa no quadro do sistema da ONU e de outras OI. No conceito estratégico de Defesa e Segurança Nacional incentiva a participação da CPLP nos programas da ONU e da UA ligadas a missões de paz, prevenção e gestão pacífica de conflitos e assistência humanitária. (Cabo Verde, 2011)

A política de Defesa e Segurança de Moçambique ressalta o papel de suas FFAA na contribuição da construção e manutenção de uma ordem internacional estável e pacífica (Moçambique, 1997).

O Conceito Estratégico de Defesa de Portugal cita as FFAA como “elementos essenciais para consolidar Portugal como coprodutor de segurança internacional”. Preconiza os principais riscos e ameaças à segurança nacional, e elenca, entre outros, o terrorismo, a cibercriminalidade, as alterações climáticas, pandemias, incêndios florestais (CEDN, 2013). Prevê ainda “reforçar o Sistema de Proteção Civil, intensificar o aproveitamento de sinergias



operacionais entre as entidades responsáveis pelas áreas da segurança interna, justiça e defesa nacional, para melhorar a eficiência e a eficácia do sistema” (PCM, 2013a, p. 36).

A Lei de Defesa Nacional de Timor Leste atribui a suas FFAA o papel de garantes da soberania e de fonte de dissuasão para resolução de conflitos, além de agentes de Proteção Civil em missões de gestão de crises, de apoio a paz e humanitárias (RDTL, 2010).

2.2. O Domínio da Defesa da CPLP

A CPLP, criada em 1996, institucionalizou o domínio da Defesa em 2006, entendendo este como mais um ambiente de cooperação para consolidar o papel de seus países na comunidade internacional e atingir seus objetivos nacionais.

Ao observar o cenário posto previamente a este capítulo, é importante sublinhar quais as capacidades militares existentes na CPLP para atender os compromissos estratégicos nacionais, individual e coletivamente.

2.2.1. A Estrutura de Defesa dos países da CPLP

As forças armadas dos países da CPLP são diversas, em termos de capacidades e de dimensões. Observa-se na tabela a seguir que nenhum dos países investe um percentual significativo de recursos (em relação ao PIB) e há tendência de queda nestes investimentos na maioria dos países.

Tabela 4 - Gastos e efetivos militares dos países da CPLP.

	Gastos em Defesa			Gastos em Defesa			Gastos em Defesa			População	Forças Armadas (Ativos)	Reservistas Estimados	Paramilitares da Ativa
	US\$ m			per capita (US\$)			% do PIB			em milhares	em milhares	em milhares	em milhares
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2017	2018	2018	2018
Angola	4,441	2,969	3,233	226	147	110	4.31	3.11	2.61	29.310	107	0	10
Brasil	23,659	23,551	29,408	116	114	142	1.31	1.31	1.41	207.353	335	1,34	395
Cabo Verde	10	11	10	18	19	17	0.63	0.64	0.56	560	1,2	0	0
Guine Equatorial	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	778	1,45	0	0
Guinea-Bissau	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1.792	4	0	0
Moçambique	132	106	91	5	4	3	0.89	0.94	0.74	26.573	11	0	0
Portugal	2,502	2,443	2,445	231	225	226	1.26	1.19	1.15	10.839	31	212	44
São Tomé e Príncipe	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	201	0,8	n.d.	n.d.
Timor-Leste	72	26	25	59	21	20	2.33	0.97	0.94	1.291	1,1	0	0

Fonte: adaptado de (IISS, 2018)

Também se observa que os efetivos são proporcionalmente pequenos em relação a população de cada país. Apesar disso, o papel desempenhado pelas FFAA nos países da CPLP não está a diminuir. Pelo contrário, vem a crescer com responsabilidades atribuídas além das tradicionais de defesa externa. Exemplo é o Despacho do MDN de Portugal, de outubro de 2017, que prevê o reforço da participação das FFAA no apoio à proteção civil,



com incremento das capacidades de Apoio Militar de Emergência e passando às FFAA a coordenação das atividades aéreas em situações de incêndios florestais (MDN, 2017). O Brasil também vive esta situação, onde o “apoio à defesa civil” encontra-se definido em lei (BRASIL, 1999) e sua atuação, tanto na resposta a catástrofes, como nos eixos de prevenção às mesmas ocorre com regularidade e envolve expressivos efetivos. Cite-se, como exemplo, as ações de apoio ao deslizamento de terra na região serrana do Rio de Janeiro em 2011, que envolveu 1200 militares, 16 aeronaves e dois hospitais de campanha (EMCFA, 2014).

Angola hoje representa o segundo maior orçamento de defesa da África (menor apenas que África do Sul), possui FFAA numerosas, tem investido em equipamentos (em 2017 recebeu o primeiro dos 12 aviões de combate SU30K adquiridos da Bielorrússia) e tem participado em vários exercícios multinacionais. Ao longo dos últimos anos procura edificar capacidades militares específicas, como em operações especiais (IISS, 2018).

O Brasil, maior força armada entre os países da CPLP, com 335 mil militares, procura desenvolver capacidades próprias de projeção de forças (submarino de propulsão nuclear, aviação de transporte KC390 e capacidades cibernéticas) possui participação ativa tanto em operações de paz como de ajuda humanitária e apoio à defesa civil. Durante 13 anos manteve mais de 1000 militares no Haiti (MINUSTAH) e desde 2011 mantém um contingente no Líbano (UNIFIL) de aproximadamente 300 militares. Além disso mantém 40 militares noutras 8 missões da ONU e duas missões da OEA (COTER, 2017b).

Cabo Verde, com efetivos da ordem de 1200 militares, (Guarda Nacional e Guarda Costeira), destaca entre suas missões, além da defesa do país, a prevenção e combate ao tráfico, ao terrorismo e a participação em operações de ajuda humanitária. Possui ainda presença ativa em exercícios militares conjuntos, não apenas na CPLP, mas também com Espanha, França e EUA (Teixeira, 2013).

As FFAA de Guiné Bissau (Forças Armadas Revolucionárias do Povo – FARP) são com periodicidade chamadas a atuar em atividades humanitárias no seu país e apoiar populações após a ocorrência de catástrofes naturais. Ressalte-se que seu CEMGFA, Tenente General Biagué Na N’Tan, já se manifestou formalmente pelo interesse na integração das FFAA guineenses em missões de paz (FARP, 2015).

As FFAA da Guiné Equatorial são pequenas, (1450 militares - 1100 do exército, 250 da marinha e 100 da força aérea), com limitada capacidade de projeção de poder. Seu principal papel é de segurança interna. Devido às preocupações com a segurança no Golfo



da Guiné, tem investido em equipamentos e infraestrutura navais. A maior cooperação técnico-militar continua a ser com a França (IISS, 2018).

Em Moçambique, as FFAA, apesar de pouco numerosas, são esteio para apoio em catástrofes e enchentes, como ocorreu em 2007, 2013, 2015. (UNBrasil, 2015). Possuem ainda papel recorrente no combate à pirataria, mas em termos de operações militares, limitada capacidade de desdobramento além das fronteiras (IISS, 2018).

As FFAA de São Tomé e Príncipe são pequenas (700 militares do exército e 100 da guarda costeira). Apesar disso, tem um papel social importante, com o serviço militar obrigatório que proporciona a promoção dos valores de nacionalidade e civismo, além da aprendizagem de ofícios que abrem oportunidades de emprego na vida civil (Gabriel, 2013a). Importante ressaltar que a localização geográfica de São Tomé é uma destacada mais-valia à CPLP, podendo constituir-se numa importante base de apoio logístico intermediário a países como Portugal e Brasil para tropas em missões de paz na África Subsaariana.

As FFAA de Timor Leste foram criadas em 2001 e tiveram suas origens nas unidades de guerrilha da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente. Busca manter a operacionalidade tática de infantaria leve e patrulhamento costeiro, ambos suportados pelo apoio de Portugal e Austrália (IISS, 2018). Não possui capacidade de projeção de poder, mas já enviou militares para missões individuais na ONU e em contingentes de Portugal.

2.2.2. A Cooperação em Defesa

Cumprir realçar a centralidade do instrumento da cooperação militar para a CPLP, plasmado na Identidade no Domínio da Defesa, documento dos MDN da comunidade, onde se cita a vantagem da mobilização cooperativa dos países para operacionalizar e otimizar as respostas multilaterais, pois a resposta militar atual pressupõe a capacidade de se evoluir rapidamente num conflito de uma atitude observadora a uma atitude de coerção, com emprego da força em níveis exigentes (CPLP, 2015).

A cooperação em defesa, apesar de só aparecer oficialmente em 2006, sempre fez parte do quotidiano das Forças Armadas destes países, ligados por laços históricos e origens comuns.

Uma das externalidades positivas que a cooperação trouxe é a formação de conhecimento pessoal que cimentou, no ambiente militar, uma característica já presente nos



países da CPLP: as semelhanças culturais. No quadro a seguir, estão listadas as seis dimensões do *Framework* de Hofstede⁹ de análise de semelhanças culturais.

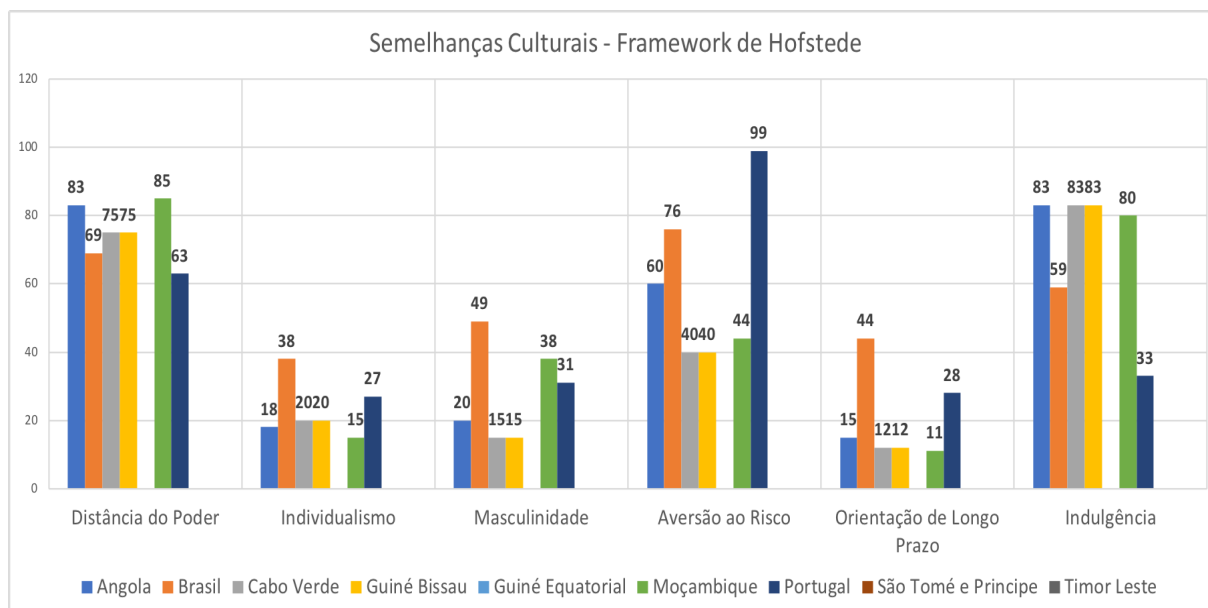


Figura 11 - Framework de Hofstede - Semelhanças Culturais (Guiné Equatorial e Timor Leste não possuem dados)

Fonte: (Hofstede Insights, 2018)

Observa-se, particularmente nos requisitos distância do poder, individualismo e indulgência, valores muito similares na CPLP. A masculinidade, entendida como o nível de competitividade, apresenta valores baixos, o que mostra a preferência pelo diálogo e busca do consenso. Evoca-se ainda a elevada capacidade de adaptação e a “plasticidade amorável¹⁰” destacadas como características do povo português que lhe permitem contactar e lidar facilmente com outros povos (Barrento, 2006, p. 1330).

Ver-se-á adiante neste trabalho que estas características (que podem ser traduzidas por empatia, adaptabilidade, busca de consenso) foram ressaltadas na experiência brasileira no Haiti como fundamentais para o sucesso naquela missão.

Esta analogia de valores, de forma de encarar o mundo e valorização das relações humanas vai além do idioma comum, mostram o que pode ser considerado uma mais-valia da CPLP, pela facilidade de dialogar e trabalhar em conjunto.

⁹ Geert Hofstede realizou extenso trabalho de categorização das dimensões da cultura de um povo, a partir de seis aspetos principais: Distância do poder, masculinidade x feminilidade, aversão ao risco, orientação de longo prazo e indulgência, usado hoje largamente em estudos multiculturais. Estes aspetos consolidam a aproximação ou distanciamento da forma de pensar e enxergar o mundo.

¹⁰ Termo cunhado por Jaime Cortesão, poeta e dramaturgo português (1864-1960), que descreve a capacidade eminentemente compreensiva, tanto para comunicar como para aprender do povo português.



2.2.2.1. Cooperações bilaterais

São as mais antigas e mais consolidadas no âmbito da CPLP.

Angola já desempenhou papel significativo, particularmente em São Tomé e Príncipe, com forças angolanas de estabilização em solo de São Tomé, além do apoio na formação militar (Gabriel, 2013). Também cooperou com a Missão de Angola em Guiné-Bissau (MISSANG), entre 2011 e 2012, no Programa de Reforma das Forças Armadas Guineenses. (Global Security, 2012)

O Brasil formou e aperfeiçoou oficiais angolanos e moçambicanos na sua Academia Militar. A Marinha do Brasil teve papel ativo no mapeamento que sustentou o pedido de extensão da plataforma continental de Angola e no treino dos fuzileiros navais de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde.

Portugal tem o modelo mais consolidado de cooperação, atuando nas áreas de capacitação institucional, ensino, assistência hospitalar e doação de material, além de parcerias na área de segurança marítima e integração em contingentes de operações de paz e humanitárias. Vale destacar o papel de estruturação das Academias Militares de Angola e Moçambique e a formação em escolas militares portuguesas, além das cooperações em Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Como exemplos cita-se os projetos de engenharia militar, que nos últimos 20 anos permitiu a formação de centenas de jovens na construção civil em São Tomé e Príncipe (Gabriel, 2013).

2.2.2.2. Cooperações multilaterais

Na área de cooperações multilaterais, observa-se a necessidade de um longo caminho a percorrer. O destaque vai para os Exercícios “Felino”, analisados no próximo capítulo. Cita-se ainda o Centro de Análise Estratégica (CAE), ambiente de discussão e investigação na área de defesa, os Fóruns de Saúde Militar, as Conferências das Marinhas, as reuniões periódicas de Ministros de Defesa Nacional (MDN), de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e de Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN). Não se deve subestimar a importância destas reuniões pois, mais do que atividades burocráticas, podem se traduzir em aproximação de interesses e objetivos, previsibilidade de canais de comunicação e possibilidade de criação de um arcabouço jurídico e legal conjunto para fazer face aos desafios (Seabra, 2017).

Em 2017 importante passo foi dado, com a criação do Colégio de Defesa, para constituir um fórum especializado de formação e capacitação de militares e civis dos países-membros (CPLP Defesa, 2017).



Cite-se ainda o projeto de criação do mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofe. (CPLP, 2017). Este ponto é fundamental por procurar tratar com antecedência os procedimentos necessários para deslocar tropas de apoio humanitário e pavimentar o caminho para uma resposta atempada, o que se traduz na perceção, por parte da comunidade internacional, do comprometimento da organização.

Há ainda, expressa em duas reuniões de MDN, a intenção (e um rascunho do memorando de entendimento) de criação de um centro de excelência de formação de formadores da CPLP em operações de paz (RMDN/CPLP, 2008) (RMDN/CPLP, 2009). Estas intenções, apesar de ainda não terem se concretizado, são indicadores da vontade de capacitar a CPLP (com a indicação subsidiária da falta de envolvimento político para dinamizar as decisões e concretizá-las).

A partir da consolidação de entrevistas realizadas com o CAE e com os Núcleos Nacionais de Moçambique, Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (tabulada no Apêndice 4) observa-se que a visão de cooperação multilateral não é consensual em relação a sua eficiência, devido à complexidade de implementação por interesses que possam colidir. Entretanto, são vistas como vantajosas do ponto de vista da partilha de custos e para evitar sobreposição de esforços. Apesar da implementação existente hoje ser vista por parte dos entrevistados como insuficiente, não se vislumbram muitas outras formas de cooperação a implementar. Há uma prevalência no sentido de aprofundar a cooperação de ensino, com maior integração entre Academias Militares e universidades. Um ponto a destacar é a visão do diretor do CAE de estimular a criação de uma força militar conjunta permanente, mas que não apresentou eco nos demais NN ouvidos, exceto no de Moçambique.

Não se encontram projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) conjuntos na cooperação. Devido ao potencial comercial da CPLP (ver Apêndice 1), o mercado que se abriria para produtos de defesa, além das próprias FFAA, pode tornar sustentável muitas iniciativas de incremento de tecnologia e modernização militar. Este fato pode ser comprovado pelo projeto KC390, da Força Aérea Brasileira. Apesar de não haver uma cooperação formal entre os centros de pesquisa dos países da CPLP, a EMBRAER, empresa encarregada do projeto, fez parceria com (e inclusive adquiriu parte de) uma empresa portuguesa (OGMA S.A.) para utilizar o potencial industrial e o acesso ao mercado europeu no desenvolvimento da aeronave.

As cooperações multilaterais são, como explicitado, menos abrangentes que as bilaterais, mas devem ser estimuladas, pois têm maior impacto político-estratégico. São mais



complexas de implementar, mas atestam a maturidade da organização. A CPLP deve ser mais do que um espaço multilateral onde se promovem relações bilaterais (Amador, 2017, p. 41).

2.3. A capacidade da CPLP para atuar em Operações de Paz e Humanitárias

2.3.1. Operações de Paz e Humanitárias

As Operações de Paz (*Peacekeeping Operations*) são o instrumento criado pela ONU para intervir em áreas de conflito a partir do princípio da preservação do interesse coletivo (Thakur, 2006, p. 2). Manter a paz e a segurança internacional é um dos três pilares fundamentais da ONU, ao lado da promoção do desenvolvimento e a garantia da observância dos direitos humanos.

Desde 1948, quando foi empregada para “observação da paz” na fronteira árabe-israelense (UNTSO – *UN Truce Supervision Organization*) e em 1949 na fronteira entre Índia e Paquistão (UNMOGIP – *UN Military Group Observer in India and Pakistan*), teve diversos formatos, no que Ramesh Thakur chama de “gerações de operações”, expandindo o nível de participação e os poderes de atuação delegados. Estas “gerações” caracterizaram a transformação do papel desempenhado pela comunidade internacional frente a conflitos regionais, que evoluíram da simples observação da paz para uma interposição de forças entre beligerantes, posteriormente crescendo para um formato de manutenção da paz e, com o fim da guerra fria, com a imposição da paz em vários conflitos. Consequentemente percebeu-se a necessidade de também realizar a reconstrução dos países pós-conflitos, e isto, ainda que não seja atividade propriamente militar, necessita da força armada para assegurar o ambiente seguro e estável que as diversas organizações envolvidas necessitam para poder realizar seu trabalho.

A evolução de papéis descrita acima passou a exigir às tropas executarem funções como desarmamento, desmobilização, reintegração de ex-combatentes, monitoração de direitos humanos, organização e condução de eleições, dentre outras. Hoje já se encontra em andamento a sexta geração das operações de paz (Thakur, 2006, pp. 37-43), complexas, multifacetadas e abrangentes, com componentes civis e militares. Também cresceram em termos de números: são mais de 150.000 militares e policiais de 120 países empregados em 16 missões, envolvendo orçamento de mais de 8 mil milhões de dólares (UNNC, 2017).

Atualmente, o conceito de missão de paz expandiu-se para além da ONU, sendo utilizado como instrumento por diversas OI, pois cada vez mais se percebe a importância da paz para o progresso.



As Operações Humanitárias (ou operações de ajuda humanitária) são aquelas concebidas especificamente para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade. Caracteriza-se por complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta a desastres do governo e de Organizações Não Governamentais (ONG) (C Dout Ex, 2014).

2.3.2. Os Exercícios “Felino”

De todas as cooperações elencadas, por seu estreito relacionamento ao tema proposto, será dado destaque a uma das iniciativas concretizada ainda antes de se criar um domínio de defesa na CPLP: os exercícios denominados “Felino”, cuja inspiração foi a ainda não concretizada possibilidade de formação de um batalhão multinacional para atuar em Operações de Paz e/ou Humanitárias. Este objetivo, como veremos, permeia toda a conceção dos exercícios e treinos, está no foco dos cenários, mas não conseguiu, até os dias atuais, ultrapassar o domínio da defesa e entrar na agenda da dimensão político-estratégica da CPLP. Perceber o porquê deste distanciamento e encontrar ações e atividades que englobem a dimensão política pode ser o gatilho que falta para a concretização desta aspiração de tantos anos.

Foi criado no ano de 2000 e o planeamento deste exercício é bienal: no primeiro ano do ciclo são elaboradas as Especificações do Exercício (ESPEXE) e o mesmo realiza-se na modalidade de Exercício de Estado-Maior. No segundo ano o exercício realiza-se na modalidade de Forças no Terreno, com a adaptação das ESPEXE à realidade do país onde será executado. Ao longo destes 18 anos já se realizaram 17 exercícios, não tendo sido realizado o de 2011.

Em ambos os formatos de Exercício estão previstas duas estruturas básicas: uma para controle, coordenação e direção, denominada DIREX e outra para o planeamento e resposta aos eventos criados pela DIREX, denominada Audiência de Treino, que constitui o Estado-Maior da Força Tarefa Conjunta e Combinada (EM da FTCC). Esta estrutura permite coordenar em alto nível o exercício e partilhar experiências entre os diversos atores (Marinho, 2017).

Desde 2004 foi convencionado que apenas Angola, Brasil e Portugal sediariam exercícios com tropa no terreno, ficando estes países ainda responsáveis por apoiar a realização dos exercícios de estado-maior nos restantes países. O motivo está consolidado no capítulo anterior, onde se observou a grande assimetria de capacidades das FFAA dos



países da CPLP. Esta rotatividade colabora com a redução de custos e perenidade da atividade. O histórico de realização encontra-se na tabela 5.

Tabela 5 - Sede Exercícios Felino

Ano	País	Ano	País
2000	Portugal	2009	Moçambique
2001	Portugal	2010	Angola
2002	Brasil	2012	Moçambique
2003	Moçambique	2013	Brasil
2004	Angola	2014	Timor Leste
2005	Cabo Verde	2015	Portugal
2006	Brasil	2016	Cabo Verde
2007	São Tomé e Príncipe	2017	Brasil
2008	Portugal	2018	São Tomé e Príncipe

Fonte: (Marinho, 2017)

Uma análise das Operações Felino mostra a evolução e alinhamento com cenários mais complexos que simulam os desafios enfrentados em operações de paz e humanitárias. As informações aqui apresentadas sobre os exercícios são compilação e análise dos documentos de planeamento dos mesmos, cedidos pelo Ministério da Defesa do Brasil.

Desde sua primeira edição, o cenário apresenta tropas multinacionais conjuntas, formadas por todos os países da CPLP. A partir de um estudo das ESPEXE, dos cenários e das matrizes de incidentes, procurou-se traçar as evoluções mais relevantes em termos de treino de novas capacidades e busca de relevância militar e politico-estratégica. As principais inovações e contributos estão consolidados nas tabelas a seguir.



Tabela 6 - Inovações e Contributos das Operações Felino 2005 - 2009

	Cenário e Estrutura	Inovações	Contributos
Felino 2005 Exercício de Posto de Comando (Cabo Verde)	- Criação, pela ONU, de uma Missão de Pacificação para interromper uma guerra civil e garantir o processo de independência de país fictício ocupado por potência regional.	- Cenário com semelhanças ao quadro vivido pelo Haiti naquele período e anteriormente em Timor Leste	- Trouxe realismo à discussão, pela possibilidade de identificar lições aprendidas do passado passíveis de ser utilizadas no futuro.
Felino 2007 Exercício de Posto de Comando (São Tomé e Príncipe)	- Participação da CPLP (batalhão multinacional) como mediadora de conflito em país de língua portuguesa em guerra civil, embates entre milícias e com campos de deslocados em países vizinhos.	Problemas Militares Simulados (PMS): - fiscalizar acordo de cessar-fogo; - garantir Ajuda Humanitária a deslocados; - garantir a livre circulação de pessoas e bens; - desarmar, desmobilizar e reintegrar (DDR) milícia; - reorganizar as FFAA; - criar condições para a realização de eleições livres;	- Primeira tentativa de sensibilizar e levantar questões para o papel diplomático e militar que se pode e deve exercer no ambiente lusófono. - PMS alinhados com as funções de sexta geração das missões de paz.
Felino 2009 Exercício de Posto de Comando (Moçambique)	- Criação de uma Força Tarefa (FT) Conjunta e Combinada da CPLP, no nível batalhão	- Em uma FT há estruturas de comando e logísticas mais complexas, exigindo um nível de coordenação mais sofisticado	- O cenário mostra aumento do nível de ambição de treino
		- Previsão de estágio de processo de planeamento operacional e estágio de ações de comando e estado-maior, a serem realizados anteriormente ao exercício	- Apesar de serem atividades internas do país-sede, a inclusão dos estágios e a abertura para outros países demonstram a preocupação com a padronização de procedimentos de planeamento e com formação de lideranças.
		- Criação de estrutura de informações e relações públicas, para garantir a oportuna divulgação do evento não apenas em meios militares	- Acrescenta relevância ao evento no campo político-estratégico

Fonte: (FACV, 2005) (FASTP, 2007) (FAM, 2009)



Tabela 7 - Inovações e Contributos Operações Felino 2010-2013

	Cenário e Estrutura	Inovações	Contributos
Felino 2010 Exercício com Forças no Terreno (Angola)	- Nova Estrutura da Força Tarefa (ver fig 20 – Anexo 1)	- Funções de combate mais complexas (Unidade de Forças Especiais, Unidade de Helicópteros e estrutura de Cooperação Civil Militar (<i>Civil Military Co-Operation - CIMIC</i>))	- Acrescentado novo nível de ambição ao treino
		- Criado grupo com objetivo de harmonizar conceitos e procedimentos entre os países (Grupo de Trabalho Conceitos, Procedimentos Operacionais, Táticas e Técnicas da CPLP) GT-CPTT-CPLP.	- Essencial para elevar o nível de interação entre as lideranças e dar efetividade aos treinos.
		- Conduzida uma fase académica para assegurar uniformidade e interoperabilidade nas operações	
		- Realizado Estágio de Operações de Paz (EOP) para jornalistas angolanos, com assessoria portuguesa	- Maior projeção mediática do exercício (jornalistas acompanharam o exercício)
Felino 2013 Exercício com Forças no Terreno (Brasil)	- Nova estrutura de Força Tarefa (ver figura 21 – Anexo 1)	- Incluiu Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), Grupo Tarefa Aérea, companhia de Engenharia e Unidade Médica. Aumentou a dimensão da componente aérea, com meios de asa fixa	- Aumentou em complexidade de coordenação e controle, estimulando o trabalho de estado-maior e treino das lideranças

Fonte: (FAA, 2010) (Bernardino, 2013, p. 594) (FFE, 2013)



Tabela 8 - Inovações e Contributos Operações Felino 2015-2017

	Cenário e Estrutura	Inovações	Contributos
Felino 2015 Exercício com Forças no Terreno (Portugal)	- Situação de emergência social em país fictício da costa africana. Embates armados nas ruas entre grupos étnicos rivais, atos terroristas, uma grande seca, ações de sabotagem. - Criação de força multinacional para restabelecer a ordem e permitir às organizações de ajuda humanitária atuarem para atender deslocados (70.000)	- Exercício envolveu mais de 500 militares, um batalhão português, uma corveta e uma companhia de fuzileiros da marinha, aeronaves da Força Aérea portuguesa, tropas conjuntas (logística, CIMIC, C2), além da tropa que simulava o oponente.	
		- Manuais da ONU utilizados como referência de doutrina para o Exercício (utilizou-se experimentalmente o <i>UN Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual</i> para apoiar os PMS de Operações Especiais)	- Consolidação da vocação do exercício para atender demandas da ONU, caminhando no sentido de obter validação do mesmo junto ao DPKO
Felino 2017 Exercício com Forças no Terreno (Brasil)	-Força Multinacional de Paz para desmilitarizar fronteiras entre dois países, <i>Buffer Zone</i> , para restabelecer a ordem, proteger civis e manter um corredor logístico para prestar ajuda humanitária	- PMS envolvendo medidas contra dispositivos explosivos improvisados, proteção de infraestruturas críticas, embates com movimentos sociais radicalizados, controle de distúrbios, situações jurídicas, ataques a comboios humanitários, situações de abuso sexual e combate ao tráfico de drogas	- Alternância de cenários, para provocar PMS distintos e estimular o debate

Fonte: (EMGFA Portugal, 2015) (FACV, 2016) (Marinho, 2017) (CCOPAB,2018b)

2.4. Síntese Conclusiva

Observa-se que as FFAA dos países da CPLP são legalmente as guardiãs dos Estados, não apenas frente inimigos estatais externos, mas como instrumentos de soberania, resguardo dos interesses estratégicos do país e do bem-estar de sua população.

Individualmente possuem recursos limitados, efetivos reduzidos em relação as suas populações e capacidades ainda a serem desenvolvidas. Além disso, observa-se uma grande assimetria de capacidades das FFAA dos países da CPLP. Isto lhes confere reduzida capacidade de atuar efetivamente e de forma relevante no contexto das missões de paz e



humanitárias. A cooperação, desta forma, se mostra um recurso para incremento de capacidades e relevância.

As cooperações mais consolidadas estão no nível bilateral, por serem mais facilmente implementadas e necessitarem de menor nível de negociação. Elas, de forma geral, acrescentam valor à criação de capacidades militares e à formação de quadros. Este modelo tem evoluído para cooperações multilaterais e para acordos da comunidade com outros OI, mas ainda carece de muitos passos para se consolidar e isto faz parte do processo de amadurecimento da organização.

As cooperações multilaterais, apesar de ainda em reduzido número já se consolidam em ações de relevo como os Exercícios Felino, os Fóruns e Encontros de Saúde Militar, o recém-criado Colégio de Defesa, a intenção de criar um centro de excelência de formação de formadores na área de operações de paz. Estas ações possuem impacto político-estratégico e projetam a imagem da CPLP como ator no cenário global.

Não se observam projetos de I&D dentro da CPLP, que podem dar sustentabilidade à modernização das FFAA.

Países como Brasil, Portugal e Angola são os que dispõem de melhores condições para conduzir cooperações multilaterais e liderar atividades em seus entornos regionais que interessam a toda CPLP. A falta de uma liderança efetiva destes atores prejudica a CPLP como um todo.

Neste ambiente visualizado, o conhecimento mútuo entre as FFAA dos países e uma bagagem cultural comum privilegiam a atuação conjunta como um fator para minimizar as deficiências e maximizar a participação nas atividades que seus Estados julguem de interesse para atingir os objetivos nacionais.

Observa-se que as atividades de preparação para participação em operações de paz e humanitárias que a CPLP adota, particularmente nas operações Felino, são um excelente fórum de discussão e aperfeiçoamento doutrinário, além de um ambiente de treino e conhecimento mútuo entre as suas FFAA.

Ao longo dos 17 anos de exercícios muito se evoluiu em termos de conceção do exercício. Cenários realistas, treinos regulares, padronização de procedimentos e aprofundamento do conhecimento das capacidades e limitações mútuas. As diversas realidades dos países auxiliam na criação de cenários mais abrangentes e complexos, compatíveis com as situações que podem se apresentar às tropas. São claros os contributos para o aumento da capacidade militar, seja na dimensão militar, seja na político-estratégica.



Não se observam, no entanto, o envolvimento de centros de treino especializados, como o CCOPAB, nem a participação de representantes da ONU ou ONG, como a Cruz Vermelha ou Médicos sem Fronteiras, entidades sempre presentes nos cenários que se estão a simular.



3. Contributos para o fortalecimento da atuação da CPLP em Operações de Paz e Humanitárias

A partir do exposto, observa-se que a CPLP vem trazendo às FFAA de seus países-membros oportunidades de cooperação e evolução doutrinária para participação em operações de paz e humanitárias. Procurar-se-á, neste capítulo, sistematizar os contributos atingidos, os que faltam ser implementados e trazer experiências externas à CPLP que possam servir de modelo ou referência para futuros passos.

Pela relevância e proximidade ao assunto, foi elaborado um estudo de caso (Apêndice 4) com os principais ensinamentos colhidos na experiência brasileira durante os 13 anos de missão no Haiti, que servirão de subsídio às conclusões deste capítulo.

3.1. Um modelo para missões de paz

Para sistematizar os contributos é necessário trazer um referencial do que se espera das FFAA nestas missões. Será utilizado como referência, por sua atualidade e pela experiência prática dos autores, o *framework* de melhorias para tropas que atuam em missões de paz, proposto pelo relatório *Improving Security of UN Peacekeepers*, para analisar as missões da ONU e os problemas que elas enfrentam¹¹ (Cruz, et al., 2017).

A efetividade das missões de paz são alvo de críticas ao longo dos 70 anos que se realizam, e diversas análises foram feitas, tanto internamente às OI, como por painéis independentes. Este relatório, especificamente, foi motivado pelo crescente número de mortes de *peacekeepers* nos últimos anos, como se pode verificar no gráfico a seguir.

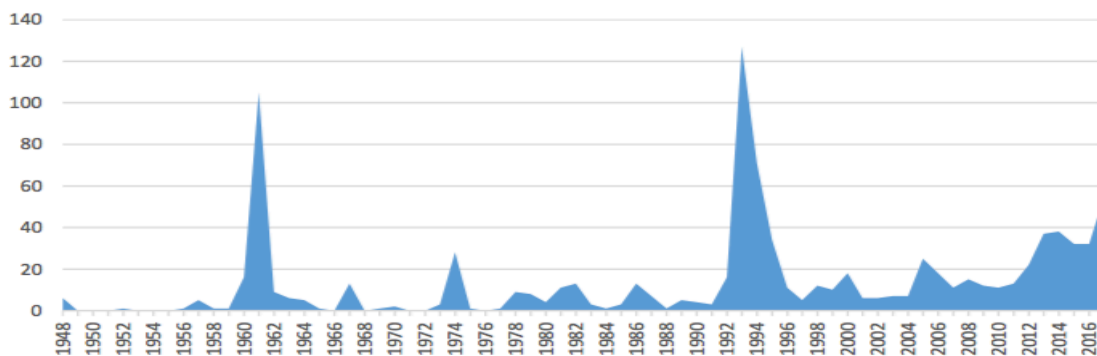


Figura 12 - Operações de Paz - Fatalidades por ano - 1948 a 2017

Fonte: (Cruz, et al., 2017)

O gráfico mostra que ocorreram três momentos de aumento do número de mortes ao longo destes 70 anos. De 1960 a 1962, devido à crise do Suez, que escalou para uma guerra,

¹¹ Relatório intitulado “*Improving Security of United Nations Peacekeepers: We need to change the way we are doing business*”, conduzido pelo General (retirado) Carlos Alberto dos Santos Cruz, *ex-Force Commander* da MINUSTAH e da MONUSCO, e por outros nomes com extensa participação em operações de paz, publicado em 19 de dezembro de 2017.



depois de 1992 a 1996, no massacre de Ruanda e na crise da Somália. Estes dois momentos se caracterizaram por um aumento muito grande de mortes relacionado a factos específicos e que decrescem rapidamente a seguir. O terceiro momento, no entanto, inicia-se em 2011, a incidência de mortes está espalhada por diversas missões, cresce a cada ano e não apresenta uma tendência de queda a curto prazo. Na verdade, se mostra como uma alteração de padrão. A conclusão do relatório é que um capacete azul, por si, não é mais uma proteção ao soldado e que se não houver mudanças no *modus operandi* das operações, pode-se esperar mais baixas em futuras operações. (Cruz, et al., 2017) Um indicador que este diagnóstico está correto observa-se na participação portuguesa na Missão de Paz na República Centro Africana (*Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* - MINUSCA) que apresenta recorrentes episódios de ataque às tropas por grupos armados durante patrulhas. (Rainho, 2018). Nesta mesma missão ocorreu a morte de um soldado e 11 feridos em ataque à base da MINUSCA. (Lusa, 2018)

O *framework* de melhoria proposto no relatório se mostra, portanto, não um acessório desejável, mas um ponto de inflexão necessário para todas as forças que se propõem a participar de operações de paz e humanitárias.

As recomendações estão organizadas a partir de quatro alterações estruturais necessárias, segundo os autores, para atingir a eficácia e está sintetizado na figura a seguir:

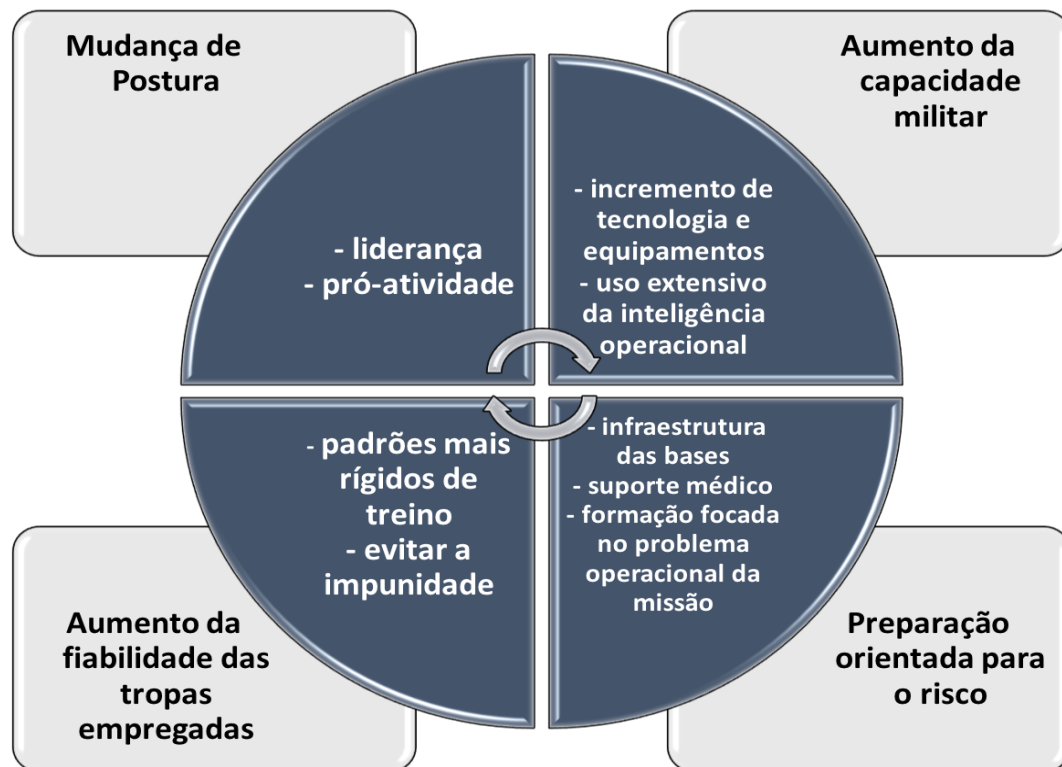


Figura 13 – *Framework* do Relatório *Improving Security Peacekeepers Project*

Fonte: imagem produzida pelo autor a partir dos dados de (Cruz, et al., 2017)



Partindo deste modelo, obtém-se parâmetros tangíveis para verificar se o caminho seguido pela CPLP está de acordo com a visão dos especialistas. Pode-se ainda identificar quais parâmetros carecem de investimento e buscar experiências de sucesso em outros países e organizações, a fim de orientar as atividades futuras de preparação.

3.2. Análise da CPLP face ao *Framework* de Melhoria

3.2.1. Mudança de Postura

A mudança de postura pode ser vista sob vários ângulos, Cruz ressalta particularmente a liderança e a pró-atividade.

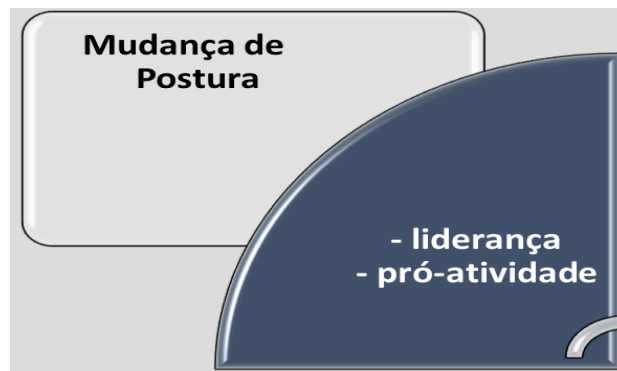


Figura 14 - Mudança de Postura

Fonte: o autor, a partir de (Cruz, et al., 2017)

Liderança é exaustivamente treinada nos exercícios militares, e a existência de exercícios periódicos conduzidos pela CPLP, *per si*, é um contributo à melhoria. A experiência de liderança nos altos níveis decisórios das operações em curso (cite-se a brasileira no Haiti – Apêndice 4 e de Portugal no Afeganistão, RCA e Mali), contribuem para dar aos quadros da CPLP a consistência e a capacidade de liderar esta mudança de postura para gerar a pró-atividade procurada pela comunidade internacional.

A pró-atividade citada por Cruz, no entanto, também reside na capacidade de atuar de forma preventiva e não reativa. A reatividade da ONU reside em grande parte na não existência de tropas permanentes na organização, o que tem como consequência a dependência de outros atores. Mesmo em operações humanitárias verifica-se que não há resposta atempada da comunidade internacional, que na maioria das vezes se preocupa em oferecer água e comida, mas que, para ser eficiente, deve estar preparada para atuar de forma mais ampla, em três campos: humanitário, reconstrução e desenvolvimento da região. (Guani & Lockhart, 2009, pp. 105,106)

Para atuar de forma preventiva, as tropas devem ter um tempo de reação menor, e isto envolve mecanismos de acionamento institucional dos países e a situação de prontidão das tropas. Tratar-se-á especificamente da prontidão no item 3.3.4.



Em relação ao acionamento institucional, ressalte-se como um bom passo dado pela CPLP o projeto de criação do mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofe, já referenciado anteriormente (CPLP, 2017). Padronizar procedimentos e estabelecer regras claras, de forma antecipada, cria o ambiente necessário para a discussão do assunto no nível político-diplomático e elimina entraves para gerar uma resposta pró-ativa e que atenda às necessidades e expectativas da comunidade internacional. Reforça ainda a ideia de que o instrumento militar é um dos meios do país atingir seus objetivos, e que este deve ser acompanhado pelo envolvimento de todos os outros campos do poder (político e diplomático) para atingir seus objetivos.

A mudança de postura passa ainda pela diversificação da visão do instrumento militar e a cooperação necessária de outros atores. Este aspeto não é observado com a ênfase esperada ao longo das atividades das Operações Felino e em outras iniciativas da CPLP. Ao analisar dois estudos: um da Comissão Europeia de Relações Externas¹² e outro de painel independente sobre lições aprendidas em mediação e diálogo na União Europeia¹³, cita-se com ênfase os ganhos em incluir todos os setores da sociedade na mediação e diálogo antes e durante o conflito para mitigar seus efeitos. (RELEX EU, 2008, p. 203). Cita-se ainda a importância da “experiência geográfica” para compreender o ambiente político e socioeconómico da região. (ECDPM, 2012). Neste ponto a experiência geográfica da CPLP pode ser uma grande mais valia, pois a mesma está presente em quatro continentes. Possuir quadros treinados e preparados para mediar conflitos além do instrumento militar, portanto, aumenta a relevância da comunidade. É necessário, pois, incluir de forma institucional nos exercícios representantes de outros setores da sociedade. Isto representa um incremento de capacidade e relevância, tanto na dimensão militar como politico-estratégica.

Um local de identificação de boas práticas, tanto de treino como de montagem de exercícios são os Exercícios de Posto de Comando de Operações de Manutenção da Paz – Américas (PKO-A), conduzidos anualmente há mais de duas décadas pelo Comando Sul dos Estados Unidos da América. Ele provê um fórum para militares, agências governamentais e ONG, além de representantes de OI, inclusive a ONU, que envia altos representantes para participar de debates sobre melhores práticas frente a PMS (US Army, 2011). O Brasil participou em praticamente todas as edições, sendo anfitrião em 2005 e 2011.

¹² From Early Warning to Early Action? – The debate on the enhancement of the EU’s Crisis Response capability continues. European Commission 2008

¹³ Glass Half Full: Study on EU Lessons Learnt in Mediation and Dialogue – ECDPM 2012



Outro local de possível aprendizagem são os exercícios conduzidos pela ASF, como o Amani Africa II - 2015, que envolveu militares, policiais e civis em duas fases, a primeira para desdobrar uma *Rapid Deployment Capability* (RDC) como precursora de uma missão de intervenção em país fictício para cessar hostilidades, seguida de mudança de mandato para uma Missão de Suporte à Paz (*Peace Support Operation*). Realizada em três níveis, estratégico em Adis Ababa (Etiópia), operacional e tático (tropa no terreno) em Lotaha (África do Sul), contou com representantes, além dos países da UA (entre os quais tropas de Angola e Moçambique), da ONU e da NATO (UNOAU, 2015). Não houve, entretanto, representantes da CPLP neste exercício, apesar de haver representantes do Canadá e Inglaterra. Um importante passo na consolidação da CPLP pode ser participar como entidade observadora de atividades como essas. Isto pode incrementar a perceção da comunidade como um organismo com uma vertente de defesa atuante.

Isto se constitui em uma lacuna para a comunidade, tanto em termos de visibilidade, como, e mais importante, com a identificação de boas práticas e acompanhamento do treino de tropas de países que podem ser parceiros em futuras missões.

3.2.2. Aumento da Capacidade Militar

A edificação de capacidades conforme Cruz (2017), passa pela aquisição de equipamentos, mas não é apenas isso. Ela corresponde à criação de todo o ambiente necessário para que ela possa ser implementada, aqui entendido como Doutrina, Organização, Adestramento (treino), Material, Educação e Infraestrutura. (EB, 2014), que perpassa a forma como se emprega.



Figura 15 - Aumento da Capacidade Militar

Fonte: o autor, a partir de (Cruz, et al., 2017)

As Cooperações Técnico Militares já citadas, particularmente as conduzidas por Portugal, são provavelmente a melhor experiência de aumento de capacidade militar que a CPLP apresenta hoje para os estados-membros, não especificamente em Operações de Paz e Humanitárias, mas que contribuem para este fim. Atuam em vários dos fatores da criação



da capacidade, especialmente Doutrina, Organização, Treino e Educação. Há atividades específicas de doação de material, mas que não são relevantes no nível que se está a discutir.

Não apenas a CPLP, mas diversas nações enfrentam o problema de aumentar suas capacidades de projetar forças para atender os compromissos internacionais. Observa-se, ao longo dos anos, a formação de modelos de partilha operacional, ou seja, formação de tropas multinacionais que agregam capacidades de diferentes países num único batalhão. A coerência de doutrinas, a partilha do idioma e a lógica redução de custos associadas tornam este modelo de grande apelo para a CPLP.

De 2004 a 2015, dos quase 120 países que contribuem com tropas em missões de paz, 25% participa em partilha operacional, que varia da completa integração dos seus elementos dentro das subunidades e pelotões (*composite* - composição) à simples justaposição de tropas independentes (*attachment* - anexação) com um comando superior único. Modelos intermediários passam pelo compartilhamento do comando da unidade com subunidades independentes (*co-deployment* - co-desdobramento) e pela adição de capacidades especializadas dentro de unidades (*embedding* - incorporação). Estes modelos estão exemplificados na figura a seguir.

Figure 1. Attachment
Spain, Serbia, and El Salvador in UNIFIL: one-nation command and non-integrated units

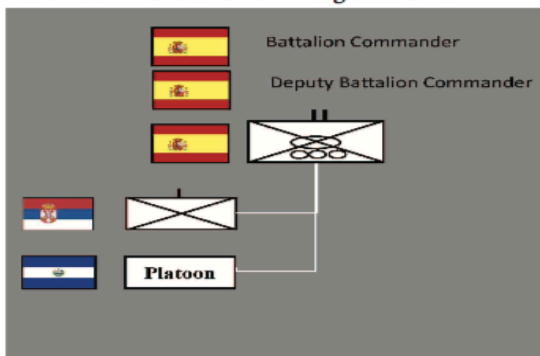


Figure 2. Embedding
Argentina, Chile, and Paraguay in UNFICYP: one-nation command and integrated units

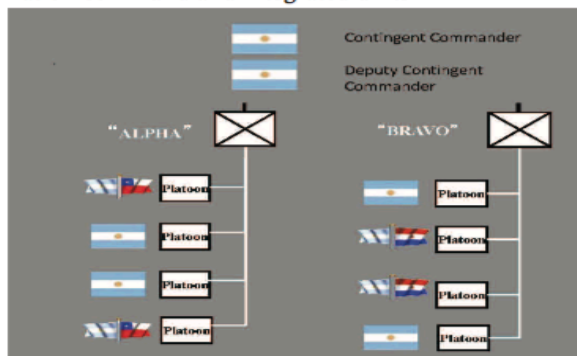


Figure 3. Co-deployment
Finland and Ireland battalion in UNIFIL: integrated command, independent units

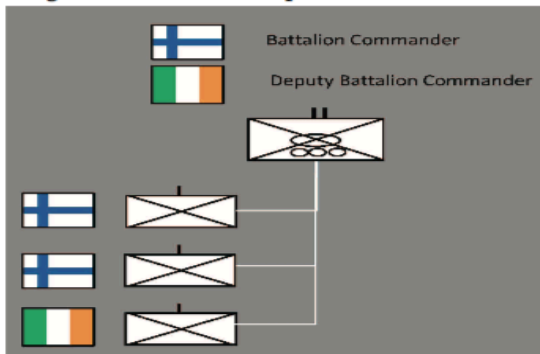


Figure 4. Composite
Slovakia, Hungary, and Serbia in UNFICYP: integrated command, integrated units*

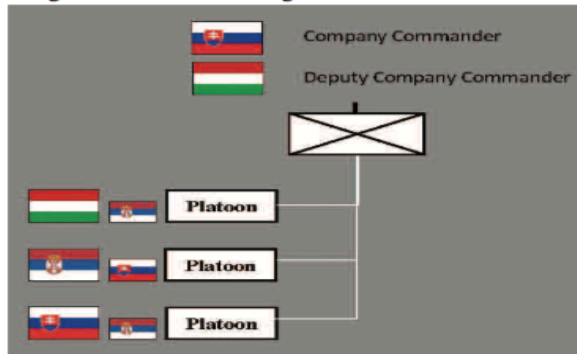


Figura 16 - modelos de partilha operacional
Fonte: (Daniel, et al., 2015)



Entre as vantagens, está o aumento da coesão entre os participantes, o reconhecimento internacional de sua responsabilidade e papel ativo no cenário internacional, além de melhorar a imagem de legitimidade da missão como um todo. (Daniel, et al., 2015). O Brasil já realizou experiências de partilha, incluindo no batalhão de força de paz no Haiti um pelotão paraguaio e posteriormente um pelotão canadense (nenhum da CPLP). Portugal já incluiu em seu contingente na UNIFIL um pelotão de Timor Leste.

Merece ser estudada também a implementação de projetos de I&D de equipamento militar em conjunto. A divisão de custos para atingir os objetivos se associa ao aumento de demanda gerado por futuras aquisições dos demais países da CPLP, o que pode viabilizar o financiamento da pesquisa por indústrias que produzirão os equipamentos.

Outro ponto explorado no Apêndice 3, sobre a experiência brasileira no Haiti diz respeito ao uso do *softpower* como multiplicador da capacidade de combate, com diversos exemplos lá explorados. Esta característica não é única do soldado brasileiro, é reconhecida como virtude de largo emprego através da empatia e plasticidade do soldado lusófono.

O uso de inteligência operacional é uma das lições aprendidas pelo Brasil no Haiti e é exemplificado no Apêndice 3. Dispor de inteligência operacional para identificar e se antecipar a ações hostis é essencial para evitar baixas em operações.

Olhando em uma perspectiva estratégica, a própria dispersão dos países da CPLP por quatro continentes permite que as informações relativas e determinado evento sejam avaliadas a partir de uma visão regional, trazendo importantes contributos para o entendimento do problema em questão. (Marinho, 2017)

3.2.3. Preparação Orientada para o Risco

Este aspeto do relatório de Cruz traz observações bastante direcionadas e na maior parte das vezes não treinada de forma consistente nos exercícios Felino.

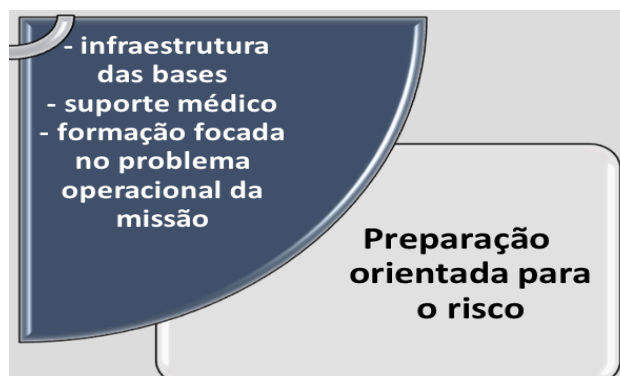


Figura 17 - Preparação Orientada para o Risco

Fonte: o autor, a partir de (Cruz, et al., 2017)



Em relação à infraestrutura das bases montadas para atender as forças projetadas, o incremento da logística é fator fundamental para garantir a sustentabilidade dos contingentes. A criação de fóruns específicos para este fim pode ser uma mais-valia para a CPLP, ao estimular o debate e consolidar lições aprendidas em operações como o Haiti, onde se criou uma estrutura quinzenal de apoio às tropas desdobradas, e na República Centro Africana, onde Portugal mantém uma força projetada. Este debate pode incluir planeamentos e acordos prévios de bases avançadas em países da CPLP, em função da localização da missão, nomeadamente Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, no caso de operações em África.

No suporte médico observa-se que os países da CPLP normalmente atuam com suporte básico próprio e se valem de suportes médicos avançados de tropas de outros países. É uma vulnerabilidade. Os fóruns e encontros de saúde militar são uma excelente iniciativa de discussão e promoção da evolução deste quadro e de projeção da CPLP como protagonista em área de extrema relevância para operações de paz e humanitárias. Os diversos países da CPLP encontram problemas de retenção de seus militares de saúde, e a estruturação de centros de excelência em áreas de interesse da ONU podem trazer recursos e oportunidades de envolvimento de diversos atores, além da comunidade médica. Um primeiro passo, já dado, é o projeto brasileiro de criação de um Centro Conjunto de Medicina Operativa das FFAA para treino conjunto e interagências de profissionais de saúde para atendimento pré-hospitalar, com a oferta de participação aos países da CPLP (FSM/CPLP, 2016). Outro é a estruturação de programas de intercâmbio para formação e investigação em saúde militar. O IV Fórum de Saúde Militar de 2017 elencou, de entre outras as áreas de cooperação, a proposta de criação de cursos conduzidos por diferentes países em medicina de catástrofe, medicina tropical, prevenção de epidemias e apoio de saúde em operações (FSM/CPLP, 2017), todas áreas de interesse e projeção estratégica da CPLP. Particularmente na área de doenças tropicais, o Brasil dispõe de dois centros reconhecidos mundialmente pelas pesquisas conduzidas nesta área, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal da Bahia, além de outros centros de expressão, como a Universidade Federal de Manaus. Trazer estes centros para integrar cooperações mais alargadas da CPLP podem influenciar no aumento do prestígio da organização no cenário internacional.

Cruz (2017) referencia a necessidade de evitar formar batalhões genéricos, com capacidades por vezes desnecessárias na missão específica. A preparação realizada pelas Operações Felino, focada em Problemas Militares Simulados (PMS) e a crescente especialização das tropas dos países da CPLP, auxiliam na tarefa de melhor perceber as



necessidades de cada missão e orientar a constituição da tropa. Cite-se ainda o OBANGAME, exercício conduzido pelo Comando Africano dos EUA, dedicado ao combate à pirataria e ao terrorismo. Participaram, na edição de 2018, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe (individualmente, mas não como CPLP) (AFRICOM, 2018). Atividade específica de treino direcionado às necessidades de uma missão.

3.2.4. Aumento da Fiabilidade das Tropas Empregadas

A fiabilidade neste modelo assenta-se em duas premissas. Padrões mais rígidos de treino e evitar a impunidade.

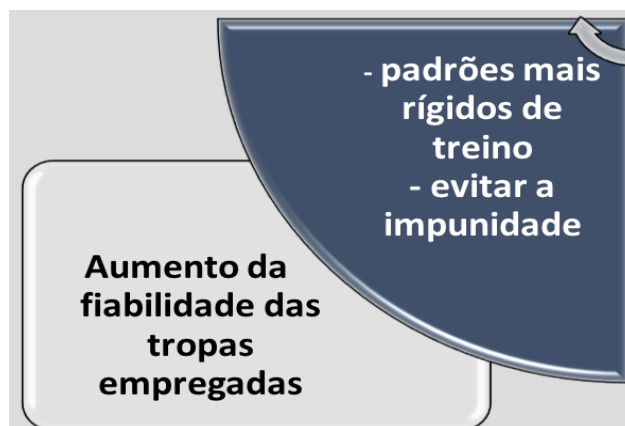


Figura 18 - Aumento da Fiabilidade
Fonte: o autor, a partir de (Cruz, et al., 2017)

O Departamento de Operações de Paz (*Department of Peacekeeping Operations - DPKO*) apresenta, em suas lições aprendidas, cenários de exercícios que, de forma geral, necessitam de melhor preparação das tropas que hoje participam de missões. São eles: autodefesa; autodefesa preventiva; proteção de civis; prover condições de segurança para atividades humanitárias; proteção; neutralização de grupos armados; gestão da ordem pública; atuação contra “crianças-soldados” (UN/DPKO, 2017).

Ao comparar estes cenários com os treinos realizados nas Operações Felino, observamos que, desde 2007 a maior parte deles já se encontra incorporada nos seus PMS. A matriz de sincronização dos PMS de 2015, por exemplo, apresenta situações em todos estes ambientes, exceto a atuação contra “crianças-soldados” (FACV, 2016).

A complexidade atual, no entanto, requer esforço coletivo para permitir atingir os padrões desejáveis de prontidão e preparação. Por isso, desde janeiro de 2016 a ONU solicita que os estados-membros emitam uma certificação para os treinos de pré-projeção. O próprio DPKO e o Departamento de Suporte em Campo (*Department of Field Support - DFS*) está



a aumentar o tamanho de seus times de campo para dar suporte a estes treinos (UN, 2015, p. 21). Envolver o DPKO nos exercícios Felino pode trazer vantagens significativas ao treino. Este envolvimento pode ser gradual. Numa primeira fase, pode-se solicitar ao DPKO a validação do treino como forma de motivação da tropa que está a participar. Isto é possível ao realizar exercícios que incluam material do *pre-deployment training* – PDT no conjunto do exercício Felino. Os procedimentos para validação não são complexos e possuem um guia simples para sua efetivação (UN/DPKO, 2009).

Numa pesquisa realizada pelo DPKO com 5850 membros de 17 missões de paz distintas em 2008, foi elencado pelos participantes os treinos mais relevantes para o contingente militar que não fazem parte de capacidades militares típicas: comunicação *cross-cultural*, técnicas de resolução de conflitos, técnicas de negociação, o papel da ONU e características do mandato da missão (UN/DPKO, 2008). Destes apontamentos, surge a oportunidade de criar PMS que envolvam estes assuntos, uma vez que ainda não se encontram de forma específica nos planeamentos dos exercícios Felino. O CCOPAB possui módulos de treino específicos para estes assuntos (CCOPAB, 2018a).

Ainda neste aspeto, ressaltem-se as lições aprendidas pelos militares brasileiros, que apontam a necessidade de manter um treinamento especializado em seu Centro de Capacitação, vocacionado para treinar para o pior cenário, como forma de estar preparado para as situações que se apresentam.

O outro aspeto é evitar a impunidade, o que pode ter vários entendimentos. O enfoque apresentado por Cruz (2017) está relacionado ao trabalho com autoridades locais para evitar a impunidade daqueles que ataquem tropas da ONU. Este assunto deve ser incluído na agenda da CPLP e das lideranças políticas dos estados-membros como ponto para discussão nos fóruns internacionais. No domínio militar, a impunidade tem que ser trabalhada do ponto de vista de regras claras sobre o que legalmente pode e deve ser feito e envolve a definição dos documentos de legitimação da missão como o Mandato, o Acordo do Estatuto da Força (*Status of Force Agreement* - SOFA), o Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding* – MOU) e as Regras de Empenhamento (*Rules of Engagement* – ROE). As Operações Felino trabalham PMS envolvendo a legalidade do uso da força e a aplicação do direito internacional, que inclui a discussão dos acordos formais para definição da jurisdição penal no caso de ilícitos cometidos (onde o militar será julgado). Este assunto, no entanto, tem crescido em importância nos últimos anos. Cabe, pois, incrementar esta atividade e explorar o conhecimento existente. Portugal e Brasil possuem militares com experiência na



área, fruto da participação, em seus contingentes em operações de paz, de assessores jurídicos. Portugal, por sua presença na OTAN possui acesso e experiência em legislação bastante desenvolvida e detalhada na estruturação de ROE¹⁴ e pode trazer contributos a CPLP nesta área. Esta discussão, no entanto, ultrapassa o limite do domínio militar, precisa ser enquadrado pelo domínio político-estratégico, com preparação de pessoal na área diplomática que discutirá os acordos, mandatos e tratados.

3.3. Síntese Conclusiva

A CPLP tem atuado em sua vertente de Defesa na promoção de melhorias e aumento de capacidades operativas, mas ainda há muito a ser feito. Existem diversos estudos sobre as formas de implementar estas melhorias. Os aspetos analisados neste trabalho procuram identificar o que está a ser feito comparado com o que se espera de uma força militar na visão de especialistas. Ressalta ainda que se necessita mais que capacidade militar. A conjuntura mundial exige que este problema tenha um envolvimento das nações para buscar efetiva e atempada da solução.

Os aspetos que merecem destaque do exposto neste capítulo são a evidente evolução da preparação para atuar em Operações de Paz e Humanitárias ao longo da trajetória da CPLP. Seja na dimensão militar, seja na dimensão político-estratégica, há bons exemplos de contributos no aumento da capacidade militar, da fiabilidade da tropa, na preparação realizada e na postura, tanto em termos de liderança como de pró-atividade. Estes aspetos foram descritos neste capítulo e serão consolidados no capítulo de conclusão dentro do modelo de análise aqui proposto.

¹⁴ Nomeadamente, manuais como o MC 362/1 da OTAN, o *NATO Legal Deskbook* (ed 2010), o *ROE Handbook for Judges Avocates* do *Center for Law and Military Operations* (CLAMO)



Conclusões

É essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica do país para preservar a soberania e os interesses nacionais. A soberania nacional requer forças armadas com estatura operacional correspondente à inserção geopolítica da nação, ou seja, que estas tenham condições de atuar de forma a respaldar as decisões e os interesses do Estado. Desta forma devem, além de estar aptas a agir, serem reconhecidas internacionalmente por suas capacidades.

No âmbito dos OI, a relevância e o prestígio são fatores de dissuasão. Pertencer a uma organização reconhecida por sua capacidade, determinação e que sinalize coerentemente sua vontade agrega valor aos seus estados-membros e se constitui em fator de segurança para a sua área de influência.

A participação em Operações de Paz são um vetor de projeção e aumento de prestígio das nações. Importante ressaltar que a atuação não se limita apenas a uma atividade militar, possui motivações geoestratégicas concretas para os países da CPLP, onde a eficácia destas participações trará benefícios aos países além da segurança. Correspondem a um instrumento de garantia da estabilidade regional, que não se foca apenas na componente militar e na estrutura de defesa, mas no equilíbrio que permite a paz, pavimenta o desenvolvimento e garante o progresso. A participação em Operações Humanitárias, por sua vez, são respostas de Estado a problemas emergenciais que denotam o comprometimento e a solidariedade entre as nações, o que as torna ainda eficaz instrumento político para aumento da relevância e do prestígio internacional dos países.

Estas operações, no entanto, a cada dia se tornam mais complexas e exigentes. Institutos que se dedicam a estudar o assunto trazem luz a diversos aspetos da dificuldade de atuar em ambientes tão diferentes, com problemas complexos, tropas multiculturais e ainda a necessidade de serem vistos como imparciais e efetivos. Estes desafios, inclusive, mudam ao longo do tempo, motivo pelo qual as missões tem mudado drasticamente. Soluções do passado não necessariamente serão eficazes nas próximas missões. Uma das grandes preocupações atuais reside no aumento da violência dos conflitos, em virtude da possível impotência das tropas de paz de fazer face a estes desafios.

Sumário com as grandes linhas do procedimento metodológico seguido

O presente trabalho desenvolveu-se com base nos princípios da investigação aplicada, com o objetivo identificar os contributos que a CPLP tem trazido para a operacionalidade



das FFAA de cada estado-membro, seguido do desejável aumento do peso político das nações constituintes da CPLP em seus cenários locais e regionais em relação a participação em operações de paz e humanitárias.

O raciocínio de base neste trabalho privilegiou o processo indutivo, tendo-se adotado uma estratégia predominantemente qualitativa. A recolha de dados foi efetuada recorrendo à entrevista, à observação não-participante e à análise documental. Os dados coletados foram enquadrados em um modelo de análise para responder às perguntas formuladas para direcionar a pesquisa.

Avaliação dos resultados obtidos

A pesquisa se propôs a responder em que medida a CPLP contribui para a capacidade das FFAA de seus estados membro atuarem em operações de paz e humanitárias. Para responder a esta pergunta, criou-se um modelo de análise baseado nos domínios militar e político-estratégico, em tona das variáveis capacidade, custo e relevância.

Com o desenrolar do trabalho, identificaram-se contributos, mas também lacunas. Lacunas estas que a própria pesquisa permitiu preencher com sugestões a partir de atividades que alguns de seus países-membros já estão a conduzir e outras que se observam no cenário internacional e se mostram viáveis para o futuro dentro das potencialidades e limitações da CPLP. Para consolidar os contributos e lacunas, optou-se por montar um quadro que integrasse o modelo de análise com o *framework* de melhoria, como forma de agregar as duas macroestruturas que serviram de base para este trabalho, conforme representado na figura 19.

Dimensão Militar ou Político-Estratégica				
Framework		Indicadores		
		capacidade	custo	relevância
Atitude (Mudança de Postura)	liderança			
	Pró-atividade			
Capacidade Militar	tecnologia e equipamentos			
	Intlg Operacional			
Confiabilidade	Padrões mais rígidos de treino			
	Evitar impunidade			
Treino (Preparação orientada para o risco)	Infraestrutura das bases			
	Suporte médico			
	Formação focada no problema operacional da missão			

Figura 19 – Consolidação Modelo de Análise e Framework de Melhoria



Desta forma, ao responder às três perguntas derivadas, caracterizou-se o cenário que a CPLP encontra, a aderência das atividades desenvolvidas ao cenário que se apresenta e os contributos que se observa no cenário internacional, foi possível responder à questão central e dimensionar o caminho já percorrido, além de apontar rotas de futuro.

Contributos para o conhecimento

Ao analisar as atividades e iniciativas da CPLP no âmbito de preparação e treino para participação e operações de paz e humanitárias, identificou-se um caminho percorrido que possui méritos e algumas lacunas que precisam ser preenchidas se a comunidade deseja ter voz ativa nos diversos fóruns internacionais, pois como foi analisado, em termos numéricos a participação é ainda tímida e inconstante, de forma que não pode prescindir de ser relevante e assertiva.

A diversidade e heterogeneidade dos países da CPLP, em que pese se constituir um elemento dificultador do estabelecimento de cooperações multilaterais mostrou-se, ao longo da análise uma mais valia, pois acabam por auxiliar a criação de cenários mais abrangentes e complexos, compatíveis com as situações que podem se apresentar às tropas em um mundo em constante mudança.

Nas tabelas a seguir foram consolidados os principais tópicos abordados ao longo do trabalho, com os contributos enquadrados dentro do modelo de análise proposto e de acordo com *framework* de melhoria utilizado como referência. Foi realçado em cinza os contributos que já se encontram institucionalizados da CPLP, em verde os contributos que alguns membros da CPLP já podem oferecer como mais-valias para implementar de forma mais ampla e em vermelho as propostas de melhorias que se observam em outras FFAA/OI e que podem se configurar como caminhos de evolução. Existem lacunas não preenchidas, por não se visualizar, neste trabalho, soluções viáveis para a CPLP avançar nestes aspetos no contexto de suas limitações e constrangimentos atuais e de futuro próximo.



Tabela 9 - Modelo de Análise - Dimensão Militar 1/2

Dimensão Militar – 1/2				
Framework		Indicadores		
		capacidade	custo	relevância
Atitude Mudança de Postura	liderança	Reuniões periódicas de MDN, CEMGFA e DPDN dos estados-membros da CPLP	Rotação dos exercícios Felino pelos estados-membros	Experiência de liderança nos altos níveis decisórios de operações em curso
		Exercícios de Posto de Comando - Operações Felino		
		GT-CPTT-CPLP		
	Pró-atividade	Operações de treino regulares (anuais)	Vincular participações individuais em Operações Paz e Humanitárias à CPLP	Incluir nos exercícios representantes de outros setores da sociedade Participar de Exercícios conduzidos por outros OI (PKO, ASF, OBANGAME) Vincular participações individuais em Operações de Paz e Humanitárias à CPLP
Capacidade (Capacidade Militar)	Tecnologia e equipamentos	Exercícios de Forças no Terreno - Operações Felino	Rotação das Op Felino pelos estados-membros	Projetos de I&D no âmbito da CPLP
		Cooperação Bilateral	Cooperação Bilateral	
		Projetos de I&D no âmbito da CPLP	Formação de tropas multinacionais (diferentes países em batalhão único) Projetos de I&D no âmbito da CPLP	
	Inteligência operacional	Experiência Haiti - inteligência operacional, operações especiais e operações de informações - multiplicadores do poder de combate		



Tabela 10 - Modelo de Análise - Dimensão Militar 2/2

Dimensão Militar – 2/2				
Framework		Indicadores		
		capacidade	custo	relevância
Fiabilidade	Padrões mais rígidos de treino	Operações Felino já incorporam cenários propostos pelo DPKO para melhor preparação das tropas	Cooperações Técnicas Militares	Certificação DPKO para os treinos
		Integração de atividades CIMIC e com jornalistas	Intenção de criação de Centro de Excelência de Formação de Formadores da CPLP	
		Treino vocacionado para a pior hipótese	Inclusão do CCOPAB no treino	Envolver o DPKO nos exercícios Felino
		Engajar o DPKO nos exercícios Felino		
		Treinos em comunicação cross-cultural, técnicas de resolução de conflitos, técnicas de negociação		
	Inclusão do CCOPAB no treino			
Evitar impunidade	Incremento de atividades e cursos de direito aplicado às operações			
Treino (Preparação orientada para o risco)	Infraestrutura das bases	Implementar fóruns de logística militar	Estudar aproveitamento de bases dos países da CPLP (suporte logístico avançado)	
	Suporte médico	Fóruns e Encontros de Saúde Militar	Criação de cursos e estágios na área de medicina militar	Projecto Centro Conjunto de Medicina Operativa das FFAA
	Formação focada no problema operacional da missão	Treinamentos Operações Felino focados em PMS	Treinamentos Operações Felino focados em PMS Inclusão do CCOPAB no treino	



Tabela 11 - Modelo de Análise - Dimensão Político-Estratégica

Dimensão Político Estratégica			
<i>Framework</i>		Indicadores	
		capacidade	relevância
Aitude (Mudança de Postura)	liderança	Formação de atores não militares nos assuntos de Operações de Paz e Humanitárias	Experiência de liderança nos altos níveis decisórios de operações de paz e em OI Acordos entre OI Criação do Colégio de Defesa
	Pro-atividade	Incluir, de forma institucional nos exercícios, representantes de outros setores da sociedade	Projecto de criação do mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofe CPLP apresentar-se como espaço de intermediação em sua área de influência
Capacidade (Capacidade Militar)	Tecnologia e equipamentos	Formação de tropas multinacionais (diferentes países em batalhão único)	Formação de tropas multinacionais (diferentes países em batalhão único)
		Projetos de I&D no âmbito da CPLP	Projetos de I&D no âmbito da CPLP Vincular as participações individuais em Operações de Paz e Humanitárias à CPLP
	Inteligência operacional	Compartilhamento de inteligência operacional regional	Uso do <i>softpower</i> como instrumento de projeção da capacidade e vontade da comunidade
Fiabilidade	Padrões mais rígidos de treino		<i>Softpower</i> como instrumento de projeção da capacidade militar
	Evitar impunidade	Incrementar preparação de pessoal para definição dos termos de Mandatos, SOFA, MOU e ROE.	CPLP trazer à discussão da impunidade contra tropas de operações de paz nos fóruns internacionais
Treino (Preparação orientada para o risco)	Infraestrutura das bases	Acordos a nível político de coordenação logística em operações de paz e humanitárias	
	Suporte médico	Projecto Centro Conjunto de Medicina Operativa das FFAA	Evolução para se tornar centro de excelência em doenças tropicais
	Formação focada no problema operacional da missão	Integração de atividades CIMIC e com jornalistas	



Limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras

A diversidade geográfica da CPLP, por englobar países de quatro continentes distintos, acaba por se tornar uma limitação para o pesquisador formar uma visão global e realmente fidedigna da perceção, dos interesses e desafios de seus membros. Aprofundar esta visão passa por conhecer as realidades *in loco*, para buscar adaptar e ajustar as recomendações à realidade estratégica de cada um dos membros.

Identificou-se um caminho para fortalecer o papel da CPLP e de seus estados membros através de boas práticas e lições aprendidas em atividades de preparação para operações de paz e humanitárias. Este caminho passa por atividades já consolidadas, que trouxeram contributos, outras em curso e algumas que se mostram como caminhos viáveis. Abre-se um campo para futuras pesquisas na mensuração do contributo que estas atividades trazem à CPLP, bem como na procura por novas atividades e complementação dos espaços em branco das tabelas, onde esta pesquisa não chegou a respostas satisfatórias.



Bibliografia

- AFRICOM, 2018. *United States Africa Command*. [Em linha] Disponível em: <http://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express> [Acedido em 10 março 2018].
- Além-Mar, 2011. [Em linha] Disponível em: http://www.alem-mar.org/cgi-bin/bo/viewnews.cgi?id=EFEuAZFpAVIQKsQLce&style=países&tmpl=conteudos_full [Acedido em 10 janeiro 2018].
- Alves, A., 2014. *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. 1a Edição ed. s.l.:Leya.
- Amador, P. B., 2017. *Evolução da Componente de Defesa - Palestra.*, XV Seminário Internacional Político Estratégico do CAE/CPLP. Lisboa, 10 out. 2017.
- Amador, P.A.B., 2018. *Cooperação Técnico Militar no Seio da CPLP* [Entrevista] [Entrevistado por Freitas, C.A.A.]. Lisboa (24 jan. 2018).
- Angola, 1993. *Lei nr 2/93 26 Mar - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Luanda: Diário da República de Angola.
- AR, 2005. *Constituição da República portuguesa (VII revisão)*. Lisboa: Assembleia da República.
- AR, 2014. *Lei da Defesa Nacional. Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto*. Alterou a Lei Orgânica n.º 1-B/2009: Lisboa: Assembleia da República
- Armed Conflict Location & Event Data Project, 2017. *ACLED*. [Em linha] Disponível em: <https://www.acleddata.com/visuals/maps/dynamic-maps/> [Acedido em 12 11 2017].
- Barrento, A. E. Q. M., 2006. As Forças Armadas como Instrumento da Acção do Estado. *Revista Militar*, Dez, pp. 1325-1333.
- Bernardino, L. M. B., 2013. *A posição de Angola na arquitectura de paz e segurança africana*. Coimbra: Edições Almedina.
- Bondoso, A., 2013. *Lusofonia e CPLP - Desafios na Globalização*. 1a edição ed. Porto: Edições Esgotadas.
- Boniface, P. & Vadrine, H., 2016. *Atlas des Crises et des Conflits*. Malakoff: Armand Colin.
- Branco, C. M., 2009. A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios. *E-Cadernos Ces*, Volume 6, pp. 86-116.
- BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília(DF): Diário Oficial.
- Brasil, 2012. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.



- BRASIL, 2015. *Instruções para emprego das forças armadas em apoio à defesa civil 2015*. Brasília: Ministério da Defesa.
- Bryman, A., 2012. *Social research methods*. 4a Edição ed. New York: Oxford University Press.
- C Dout Ex, 2014. *Operações de Ajuda Humanitária*. Brasília: Estado Maior do Exército Brasileiro.
- Cabo Verde, 2011. *Res nr 5/2011 - Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional*. s.l.:Boletim Oficial do Governo de Cabo Verde.
- CAE CPLP, 2015. *Identidade da CPLP no domínio da defesa*, São Tomé e Príncipe: s.n.
- Carvalho, L.D., 2018. *Cooperação Técnico Militar no Seio da CPLP* [Entrevista] [Entrevistado por Freitas, C.A.A.]. Lisboa (08 fev. 2018).
- CCOPAB, 2018a. *Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil*. [Em linha] Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/cursos-e-estagios> [Acedido em 15 02 2018].
- CCOPAB, 2018b. *Lições Aprendidas Exercício Felino 2017*, Rio de Janeiro:CCOPAB.
- CEEAC, 2017. *Comunidade Económica dos Países da África Central*. [Em linha] Disponível em: <http://www.ceeac-eccas.org/index.php/fr/> [Acesso em 12 dezembro 2017].
- CIA, 2018. *The World Factbook*. [Em linha] Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html> [Acedido em 29 janeiro 2018].
- Collaço, G. M., 2009. *Albergue Português*. [Em linha] Disponível em: <http://albergueportugues.blogspot.pt/2009/05/posicao-estrategica-de-cabo-verde.html> [Acedido em 12 dezembro 2017].
- Correia, P. P., 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia - Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*. 2a Edição ed. Coimbra: Edições Almedina SA.
- Costa, W. M. d., 2009. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. *L'Espace Politique*, Volume 7.
- COTER, 2017a. *Brasil no Haiti - um caso de sucesso - 2004-2017*. Brasília: COTER - 3a Subchefia - Divisão de Missão de Paz.
- COTER, 2017b. *Divisão de Missão de Paz*. [Em linha] Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/missao-individual-divmispaz> [Acedido em 17 03 2018].
- CPLP, 1996. *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: s.n.



- CPLP, 2000. *Acordo de Cooperação União Latina e CPLP*. Paris: s.n.
- CPLP, 2006. *Protocolo Cooperação CPLP Domínio Defesa*. Cidade da Praia: s.n.
- CPLP, 2007. *Memorandum de Entendimento CPLP - UE*. Lisboa: s.n.
- CPLP, 2014. *Estratégia a Médio Prazo da CE-CPLP 2015-2020*. Lisboa: CE-CPLP.
- CPLP, 2015. *Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*. São Tomé: CAE-CPLP.
- CPLP, 2017a. *19a Reunião de Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas*, Lisboa: CPLP.
- CPLP, 2017b. *Colégio de Defesa da CPLP - Termo de Referência*. s.l.:CPLP.
- Cruz, C. A. d. S., Philips, W. R. & Cusimano, S., 2017. *Improving Security of United Nations Peacekeepers: We need to change the way we are doing business*, s.l.: The Improving Security Peacekeeping Project.
- Daniel, D. C. F., Williams, P. D. & Smith, A. C., 2015. Deploying Combined Teams: Lessons Learned from Operational Partnerships in UN Peacekeeping. *Providing for Peacekeeping*, 08, Volume 12.
- Djidjéré, D., 2012. Democracia e Cadeia de Comando: Uma Nova Governação no Sector da Segurança em África. *Centro de Estudos Estratégicos em África*, 11, Volume 08, pp. 1-7.
- EB, 2014a. *EB20-MF-10.102 - Doutrina Militar Terrestre*. Brasília: Exército Brasileiro.
- EB, 2014b. *Nota de Coordenação Doutrinária - Operações de Ajuda Humanitária*, Brasília: Exército Brasileiro.
- ECDPM, 2012. *Glass Half Full: Study on EU Lessons Learnt in Mediation and Dialogue*, Maastricht: European Centre for Development Policy Management.
- ECOWAS, 2017. *Economic Community of West African Countries*. [Em linha] Disponível em: <http://www.ecowas.int> [Acedido em 12 12 2017].
- EMCFA, 2014. *Emprego das Forças Armadas na Defesa Civil*. Brasília: EMCFA.
- EMGFA Portugal, 2015. *Especificações do Exercício Felino 2015*. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas.
- EMGFA, 2017. *Estado Maior General das Forças Armadas*. [Em linha] Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/estrangeiro/otan-ue-onu> [Acedido em 25 novembro 2017].
- Exército Brasileiro, 2018. *COTER*. [Em linha] Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br> [Acedido em 17 03 2018].
- FAA, 2010. *Planejamento do Exercício Felino 10*. s.l.:Forças Armadas de Angola.



- FACV, 2005. *Apresentação Exercício Felino 2005*. Cidade da Praia: Forças Armadas de Cabo Verde.
- FACV, 2016. *Matriz de Sincronização Felino 2016*, Cabo Verde: Forças Armadas de Cabo Verde.
- FAM, 2009. *Especificações de Exercício Felino 09*, Maputo: Forças Armadas de Moçambique.
- FARP, 2015. Esquecer o Passado. *O Defensor*, Issue 22, p. 16.
- FASTP, 2007. *Cenário Felino 2007*. Cidade da Praia: Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.
- Fernandes, L. L., 2015. Em torno do papel das organizações multilaterais: a propósito do contributo de Paul Reuter. *Janus Anuário*, pp. 106-107.
- FFE, 2013. *Plano do Exercício (PLANEX) Felino 2013*. Rio de Janeiro: Força de Fuzileiros da Esquadra da Marinha do Brasil.
- FFP, 2017. *Fund For Peace*. [Em linha] Disponível em: <http://fundforpeace.org> [Acedido em 18 jan 2018].
- Flot, D., 2017. *European Security and Defense - The Basics*. Paris: European Union Institute For Security Studies.
- FMI, 2017. *FMI Data Mapper*. [Em linha] Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/> [Acedido em 11 01 2018].
- Forman, J. M. & Welch, C., 1998. *Civil-Military Relations : Usaid ' S Role*, Washington: USAID.
- FSM/CPLP, 2016. *Relatório do III Fórum de Saúde Militar da CPLP*, Lisboa: CPLP.
- FSM/CPLP, 2017. *Relatório do IV Fórum de Saúde Militar da CPLP*, Lisboa: CPLP.
- Gabriel, B., 2013. As novas Forças Armadas de São Tomé e Príncipe. *Janus.Net e-journal of International Relations*, pp. 98-99.
- Gabriel, B., 2013a. São Tomé e Príncipe e as Forças Armadas: da independência à actualidade. *Janus.Net e-journal of International Relations*, pp. 96-97.
- GBissau.com, 2018. *GBissau.com*. [Em linha] Disponível em: <http://www.gbissau.com> [Acedido em 17 02 2018].
- Global Security, 2012. *Global Security.org*. [Em linha] Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/int/missang-gb.htm> [Acedido em 17 03 2018].
- Gonçalves, M.M., 2018. *Cooperação Técnico Militar no Seio da CPLP* [Entrevista]



- [Entrevistado por Freitas, C.A.A.]. Lisboa (06 mar. 2018).
- Guani, A. & Lockhart, C., 2009. *Fixing Failed States*. 2a Edição ed. New York: Oxford University Press.
- Hamann, E. P., 2016. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz: a consolidação de um novo perfil?. *Cadernos de Adenauer*, Volume 4, pp. 95-110.
- Harland, D. 2015, Trecho de Entrevista cit. por COTER, 2017b
- Harris, A. H. B., 2016. *Address to the Lowy Institute for International Policy*. Sydney: s.n.
- Hofstede Insights, 2018. *Compare Countries*. [Em linha] Disponível em: <https://www.hofstede-insights.com/product/compare-countries/> [Acedido em 14 janeiro 2018].
- IESM, 2015a. *Trabalhos de Investigação (NEP / ACA - 010)*. Lisboa: IESM.
- IESM, 2015b. *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM (NEP / ACA - 018)*. Lisboa: IESM.
- IISS, 2018. *The Military Balance*, Londres: International Institute for Strategic Studies.
- INE, 2015. *CPLP em Números 2015*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- ISS, 2017. *African Futures: Horizon 2025*, Paris: ISS.
- IUM, 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. Caderno N.º 8*. Lisboa: IESM.
- Kardan, A., Bailey, S., Solorzano, A. & Fidalgo, L., 2016. *Investigação de Sistemas de Proteção Social de Resposta a Impactos - Estudo de caso - Moçambique*, Oxford: s.n.
- Laidi, Z., 2017. *Towards a Post-Hegemonic World: The Multipolar Threat to the Multilateral Order*, Paris: Centre d'Etudes Européennes.
- Lusa, 2018. Um capacete azul morto e 11 feridos na Rep Centro-Africana. *O Observador*, Seção Mundo [Em linha] Disponível em: <https://observador.pt/2018/04/03/um-capacete-azul-morto-e-11-feridos-na-republica-centro-africana/> [Acedido em 03 abril 2018].
- Lusotopia, 2017. *Lusotopia*. [Em linha] Disponível em: <http://www.filorbis.pt/lusotopia/indexCPLP.html> [Acedido em 10 01 2017].
- Magagula, M.J., 2018. *Cooperação Técnico Militar no Seio da CPLP* [Entrevista] [Entrevistado por Freitas, C.A.A.]. Lisboa (05 fev. 2018).
- Marchueta, M. R. & Fontes, J., 2001. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Fundamentos Político-Diplomáticos*. 1a Edição ed. s.l.:Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente.
- Marinho, C. W., 2017. *Os Exercícios da Série Felino* [Entrevista] (11 12 2017).



- MDN, 2017. *Reforço da participação da FFAA no apoio à proteção civil*. Despacho do Ministro da Defesa de 31 de outubro: MDN.
- Miyamoto, S., 2009. O Brasil e a comunidade dos países de língua Portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52(2), pp. 22-42.
- Moçambique, 1997. *Lei n.º 17/97*. Maputo: Assembleia da República de Moçambique.
- Mourão, G.M., 2018. A Cooperação Militar no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (30 de janeiro de 2018).
- Mullenbach, M. J., 2013. Third-Party Peacekeeping in Intrastate Disputes, 1946-2012: A New Data Set. *The MidSouth Political Science Review*, Dezembro, Volume 14, pp. 103-133.
- Nogueira, J. M. F., 2005. *Pensar a Segurança e Defesa*. 1ª Edição ed. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- ONU, 2000. *Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects*, s.l.: s.n.
- Osborne, M. E., 2013. *Southeast Asia: An Introductory History*. s.l.: Allen & Unwin.
- OTAN, 2015. *Framework for Future Alliance Operations*, s.l.: s.n.
- Paterson, P. & Flynn, R., 2013. Borders Disputes in Latin America. *Regional Insights*, 09, Issue 2, p. 8.
- Pigozzo, H. & Horing, J. d. S., 2015. Atores Militares Não Estatais no Saara-Sahel. *UFRGS Model United Nations*, Volume 3, pp. 199-237.
- Pinto, M. d. C., 2005. Tendências nos Conflitos de Fraca Intensidade. *Nação e Defesa*, Volume 112, pp. 17-32.
- Portugal, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Governo de Portugal.
- PSOD, 2016. *The Peace Support Operations Division*. Addis Ababa.: African Union Commission.
- Quaresma, R.E.S., 2018. *Cooperação Técnico Militar no Seio da CPLP* [Entrevista] [Entrevistado por Freitas, C.A.A.]. Lisboa (15 fev. 2018).
- Quivy, R., e Campenhoudt, L.V., 2013. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 6ª edição ed. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Rainho, P., 2018. Militares portugueses atacados na República Centro Africana. *O Observador*, Seção Mundo (01-04-2018).
- RDTL, 2010. *Lei do Parlamento 3-2010 - Lei de Defesa Nacional*. Dili: Jornal da República Democrática de Timor Leste.



- RELEX EU, 2008. *From Early Warning to Early Action? The Debate on the Enhancement of the EU's Crisis Response Capability Continues*, Brussels: European Commission External Relations Directorate-General.
- Rengger, N. & Campbel, J., 1995. *Treaties and Alliances of the World*. 6a Edição ed. London: Cartermill International Limited.
- Ribeiro, H., 2008. *Dicionário de Termos e Citações de interesse Político e Estratégico. Contributo*. Lisboa: Grávida.
- Ribeiro, M.A., 2018. *Cooperação Técnico Militar no Seio da CPLP* [Entrevista] [Entrevistado por Freitas, C.A.A.]. Lisboa (06 fev. 2018).
- RMDN/CPLP, 2008. *Reunião de Ministros da Defesa Nacional*, Dili: CPLP.
- RMDN/CPLP, 2009. *X Reunião de Ministros de Defesa Nacional da CPLP*, Luanda: CPLP.
- Ruiz, I., 2013. *Approaching to the East*. [Em linha] Disponível em: <http://approachingtotheeast.blogspot.tw> [Acedido em 27 01 2018].
- SADC, 2004. *Strategic Indicative Plan for the Organ on Politics, Defence and Security Cooperation*. s.l.:Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.
- Sampaio, L. d. A., 2018. *Portugal no Contexto da Estratégia Marítima da Aliança*. Lisboa: s.n.
- Santa Bárbara, M.J.,2015. *Projeção do Poder com softpower: a convergência entre a atuação do Exército Brasileiro e a Política Externa do Brasil para a África (2003-2015)*. 254p.: Dissertação Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Rio de Janeiro: UFF
- Seabra, P., 2018. *Cooperação Técnico Militar no Seio da CPLP* [Entrevista] [Entrevistado por Freitas, C.A.A.] Lisboa (14 fev 2018).
- Silva, D. D. d., 2015. *O Atlântico de Língua Portuguesa em Perspectiva Comparada de Segurança e Defesa - Dos Documentos Políticos às Elaboraões Estratégicas.*: - Tese de Doutorado em História Comparada. Rio de Janeiro: UFRJ
- SIPRI, 2015. *The Future Peace Operations Landscape*, Stockholm: SIPRI.
- Teixeira, A. R., 2013. A Segurança Sub-Regional Africana: o caso de Cabo Verde. *Janus.Net e-journal of International Relations*, pp. 94-95.
- Sterian, M. G., 2013. The Role of International Organizations in the Global Economic Governance - Assessment. *Romanian Economic Business Review*, dezembro, pp. 308-316.
- Thakur, R., 2006. *The United Nations, Peace and Security - From Collective Security to the Responsibility to Protect*. 1a Edição ed. Cambridge: Cambridge University Press.



The World Bank, 2017. *World Development Indicators: Military expenditures and arms transfers*. [Em linha] Disponível em: <http://wdi.worldbank.org/table/5.7#> [Acedido em 17 12 2017].

UN Peacekeeping, 2017. *United Nations Peacekeeping*. [Em linha] Disponível em: http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/global_contribution.shtml [Acedido em 15 09 2017].

UN/DPKO, 2008. *Report on the Strategic Peacekeeping Training Needs Assessment*, New York: United Nations.

UN/DPKO, 2009. *Standard Operating Procedure - Training Recognition*. New York: DFS/DPKP.

UN/DPKO, 2014. *Design, Delivery and Evaluation of Training*. New York: UN/DPKO/DFS.

UN/DPKO, 2017. *Use of Force by Military Components in UN Peacekeeping Operations*. s.l.:UN/DPKO.

UN, 2015. *The Future of United Nations Peace Operations: implementation of the recommendations of the High-Level Independent Panel on Peace Operations*, s.l.: United Nations.

UN, 2017. *Cooperation Between UN and CPLP*. New York: United Nations.

UNASUL, 2008. *Decisão para Estabelecimento do Conselho de Defesa Sulamericano*. Salvador: União das Nações Sulamericanas.

UNBrasil, 2015. *United Nations Brasil - Apoio a Desabrigados em Moçambique*. [Em linha] Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mocambique-30-milhoes-de-dolares-sao-necessarios-para-ajudar-vitimas-de-enchentes-diz-onu/> [Acedido em 20 Nov 2017].

UNDP, 2016. *Human Development Reports*. s.l.:United Nations Development Programme.

UNEP, 2010. *Afrique - Atlas de l'Eau*. Nairobi: Division of Early Warning and Assessment (DEWA).

UNHCR, 2017. *Mozambique Refugee Situation*, Geneva: United Nations High Commission for Refugee.

União Africana, 2017. *AMISOM - African Union Mission In Somalia | Peacekeeping Mission | Somalia*. [Em linha] Disponível em: <http://amisom-au.org/> [Acedido em 05 11 2017].



UNNC, 2017. *United Nations News Centre - Peacekeeping Missions*. [Em linha] Disponível em: http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=52912#.WfraeNvBL_S [Acedido em 02 11 2017].

UNOAU, 2015. *Exercise Amani Africa II*. Lohatla: United Nations Office to the African Union.

UNSC, 2004. *Resolution 1542 (2004)*. New York: Conselho de Segurança das Nações Unidas.

US Army, 2011. *US Army*. [Em linha] Disponível em: https://www.army.mil/article/55982/us_army_south_and_peacekeeping_operations_americanas [Acedido em 04 janeiro 2018].

WFP, 2017. *WFP Angola Situation Report*, New York: UN-World Food Programme.

WHO, 2018. *Weekly Bulletin on Outbreaks and Other Emergencies*, Brazzaville: World Health Organization.

Wight, M., 2002. *A Política do Poder*. Brasília: Universidade de Brasília.

Yabi, G. O., 2016. *I Conferenza Ministeriale Peace and Security in Africa*, Roma: s.n.



Anexo A – Estrutura de Forças-Tarefa do Exercícios Felino

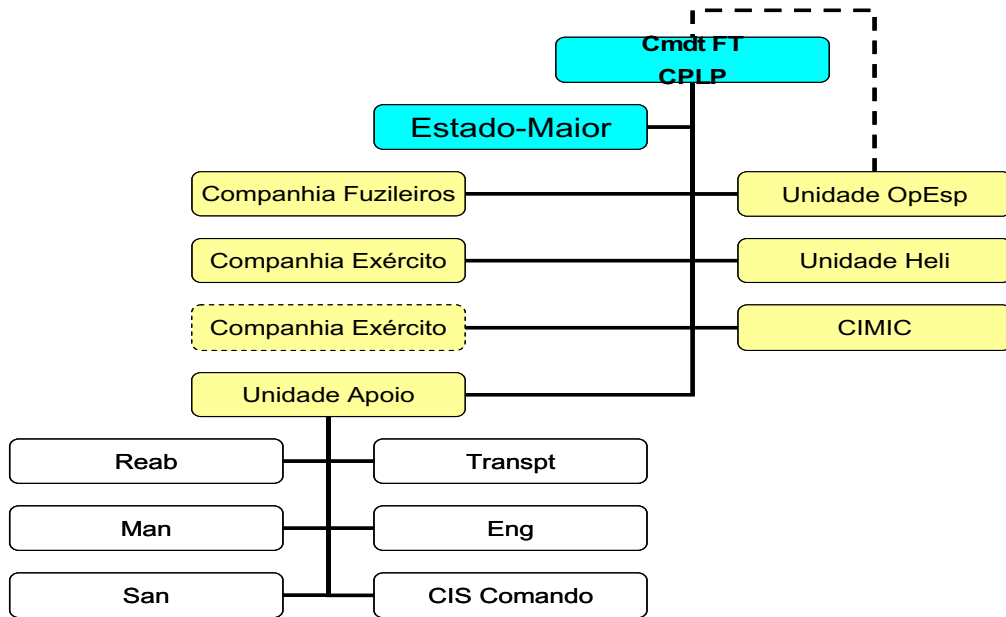


Figura 20 - Estrutura da FTCPLP – Felino 2010
Fonte: (FAA, 2010)

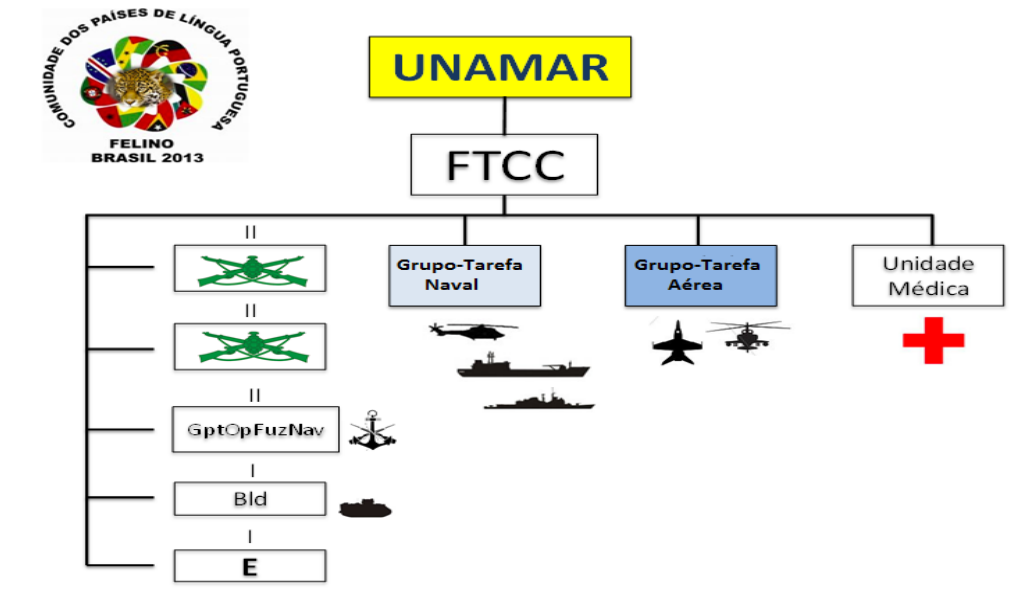


Figura 21 - FTCC CPLP – Felino 2013
Fonte: (FFE, 2013)



Apêndice 1 – Corpo de Definições e Conceitos

Capacidade Militar - Conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade. (EB, 2014)

Cooperação – Atuação de pessoas ou de organizações com interesses ou ideais comuns e que visam os mesmos objetivos. (Ribeiro, 2008)

CPLP - A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi criada a 17 de Julho de 1996, com o objetivo de projetar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico (CPLP, 1996). À época, reuniu Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Seis anos mais tarde, em 20 de Maio de 2002, após sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade. Em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito. Estas nove nações, apesar de situadas em 4 distintos continentes, possuem como vínculo comum o idioma. O facto de estarem espalhados por quatro continentes apresenta uma peculiaridade importante com enorme potencial também para a defesa: seu acesso privilegiado em diferentes comunidades económicas regionais, que abrangem 86 países e cerca de 30 % da população mundial. (CPLP, 2014).

Esta abrangência pode ser observada no quadro a seguir.

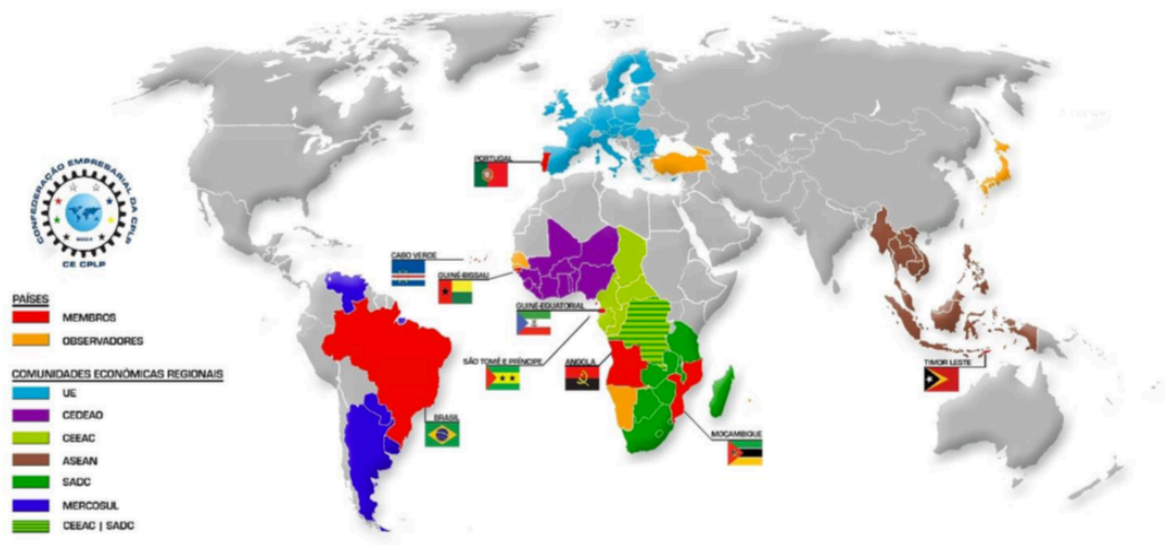


Figura 22 - CPLP e Comunidades Económicas Regionais que seus membros fazem parte
Fonte: (CPLP, 2014)

Isto abre espaço, por exemplo, para, quanto mais próxima a doutrina e o preparo das forças armadas, desenvolver em conjunto a indústria de defesa, estabelecer parcerias de aquisição de equipamentos e armamentos com melhores condições para todos os seus integrantes, entre outras.

Por seus estados membros englobarem mais de 230 milhões de pessoas, a CPLP tem condições de uma atuação conjunta cada vez mais alargada, significativa e influente, tanto no âmbito da União Europeia como de outros fóruns internacionais. (Nogueira, 2005)

Inicialmente focada em outros domínios de atuação, a partir de 2006, a vertente defesa foi incorporada à Comunidade, com os objetivos de criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos na área de Defesa, promover uma política comum de cooperação na área e *contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas, com vistas ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP.* (CPLP, 2006) (*grifo nosso*).

Defesa - Usando a definição expressa em documentos da CPLP, que refletem o entendimento comum desta comunidade em relação a estes conceitos, Defesa é normalmente interpretada como o conjunto de medidas, principalmente de caráter militar, mas também políticas, económicas, sociais e culturais, que permitam reforçar as potencialidades de uma entidade e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a sua segurança.

Dissuasão - é a manutenção da paz (ou do status quo) sem necessidade de combater. Evita-se o confronto pela perceção dos envolvidos da capacidade do oponente. O Almirante Harris, Apd 1-2



ex-comandante do Comando do Pacífico dos Estados Unidos resumiu de forma bastante elucidativa este conceito: **Dissuasão = Capacidade x Determinação x Sinalização**. A fórmula indica que para haver dissuasão é necessário haver poder (e não apenas militar, mas poder nacional, diplomático e econômico), a determinação de usá-lo e a sinalização desta disposição, por palavras e atos. Como uma multiplicação, se qualquer destes fatores for zero, o resultado final é zero. (Harris, 2016)

Estratégia Nacional de Defesa (END) - é um documento que estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise. Apesar de ter o foco mais voltado para a aplicação militar (podendo ser considerado um documento um nível abaixo do anterior), vários dos países da CPLP consolidam tanto a política como a estratégia em um mesmo documento.

Política Nacional de Defesa (PND) - é o documento de mais alto nível do planeamento de defesa. Estabelece objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos sectores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional em prol da defesa nacional. (Brasil, 2012). Apesar de esta definição ser do governo brasileiro, pode ser usada de forma ampla, pois basicamente atende aos pressupostos da grande maioria das democracias atuais. Por vezes estes documentos podem apresentar pequenas variações de nome, mas sua essência é identificar os grandes objetivos de defesa, análises dos ambientes interno e externo e a estratégia que o país adotará para atingir estes objetivos.

Prestígio - Edward Carr definiu “prestígio internacional” como o reconhecimento da força de uma nação por parte de outros povos. Com o reconhecimento, uma nação é em geral capaz de atingir seus objetivos sem ter que usar sua força. (Wight, 2002, pp. 88-89). Isto lhe dá melhores condições de influenciar e agir com liberdade de ação em busca da concretização de seus objetivos nacionais permanentes.

Segurança - pode ser entendida como uma condição a atingir, implicando a preservação dos valores centrais que uma entidade quer promover. (CAE CPLP, 2015). Neste sentido, segurança precisa ser vista através da ótica de evolução dos conflitos que se observa, onde a agressão entre Estados tem vindo a diminuir em termos de quantidade, com um quadro de



ameaças que vão além dos aspetos militares e trazem novas perspetivas: segurança humana, segurança societal (ou identitária), segurança ambiental, segurança coletiva e segurança cooperativa. (Silva, 2015)

Softpower - Termo definido por Joseph Nye, como a habilidade de influenciar indiretamente o comportamento ou o interesse por meio de poderes intangíveis, culturais ou ideológicos. Segundo ele, o sucesso do *softpower* depende grandemente da reputação do autor. (Joseph S Nye, 1990)



Não se pode esquecer ainda o impacto das crises migratórias, fruto dos conflitos na Síria e Líbia principalmente, observado na figura 3, que apresenta um panorama do período de 2015-2016. Pontilhado em verde, as maiores rotas de migração, circulado em azul a quantidade de náufragos mortos no Mediterrâneo (2015 e 2016), em amarelo os locais de bloqueio/contenção de migrantes. Tudo isto vem acontecendo em um período onde ocorre um aumento do desemprego na região (ressaltado em tons de vermelho, por taxa)

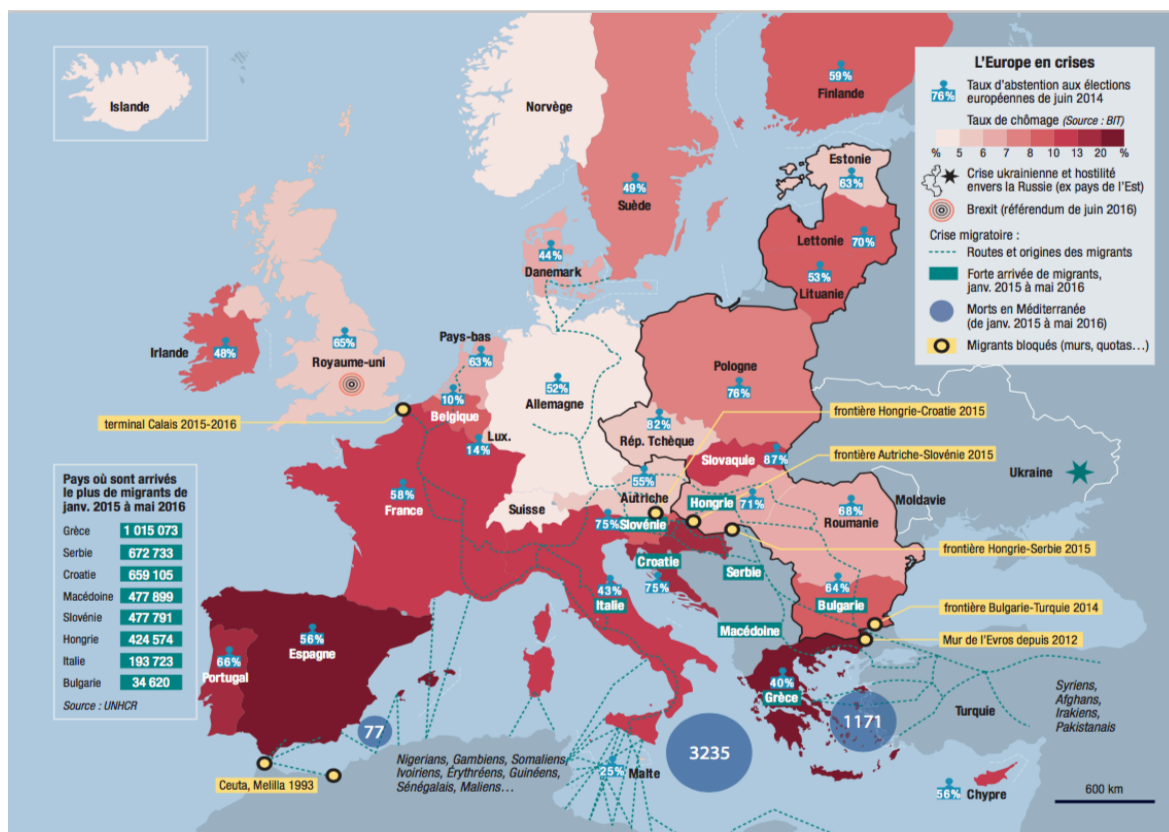


Figura 24 - Crises Europeias – desemprego (*chômage*), refugiados (rotas nas linhas pontilhadas), náufragos mortos no Mediterrâneo, imigrantes bloqueados em fronteiras
Fonte: (Boniface & Vedrine, 2016)

2. Zona de Tensões e Conflito África

A ZTC da África é a região no mundo de tensão mais permanente, ainda à margem do mundo econômico, com 34 países entre os 48 piores índices de desenvolvimento humano. (ISS, 2017). As projeções realizadas para a região mostram que ela não crescerá como um bloco, pois seus 54 países são muito diversos. Desta forma, haverá clusters em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e estabilidade política, o que pode gerar ainda mais instabilidade regional. Devido a estes contrastes, conta com maioria das operações de paz da ONU, conforme se observa no mapa a seguir.

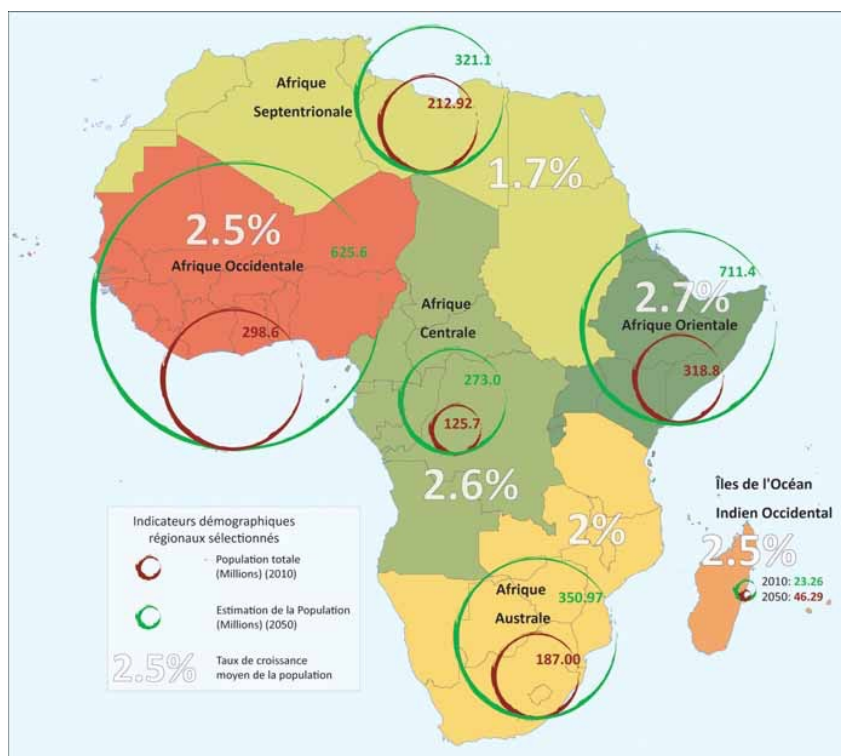


Figura 26 - Indicadores Demográficos da África em 2010 por região e previsão populacional para 2050

Fonte: (UNEP, 2010)

Neste contexto, e por ser um continente com realidades muito distintas, cumpre destacar mais alguns aspetos dos países componentes da CPLP e seu entorno regional, para perceber as motivações dos mesmos a participar de operações de paz e humanitárias:

Angola

Possui uma situação geográfica favorável no Atlântico Sul, com acesso livre ao comércio internacional e serve de porta para diversos países interiores de África Austral. Possui enormes reservas de recursos naturais, o que lhe dá um potencial de crescimento muito promissor. Não existem conflitos religiosos relevantes, nem divisões tribais ou linguísticas que gerem tensões significativas. Este quadro lhe confere uma unidade política que pode se tornar progresso económico em um horizonte próximo, o que se verifica pelos números dos últimos anos: 1,6% de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, mas com uma inflação ainda preocupante, perto dos 20% anuais. (FMI, 2017). Entretanto, faz fronteira com uma das regiões mais instáveis do mundo, a África Central. Para citar apenas um, a República Democrática do Congo é uma fonte de preocupação com as levas de refugiados que chegam particularmente na região de Dundo, provenientes de Kasai. Ver figura 6. (32980 refugiados entre abril e agosto de 2017) (WFP, 2017)

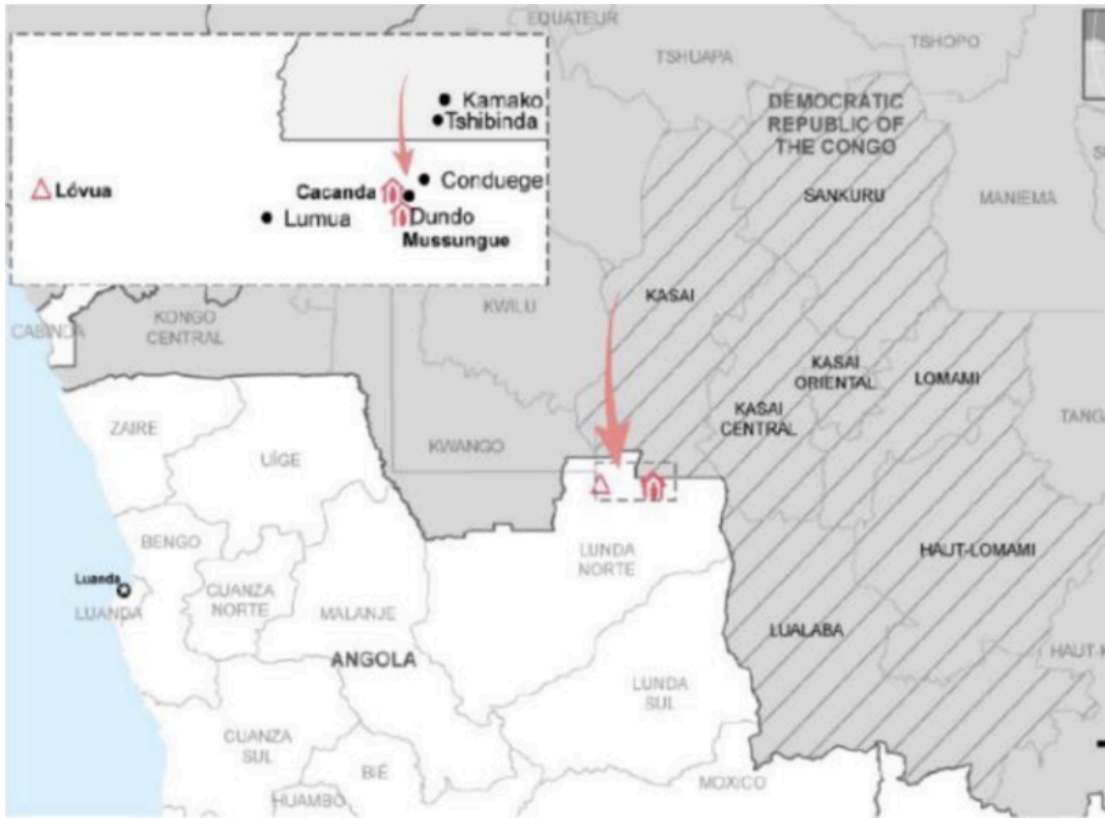


Figura 27 - Refugiados provenientes do Congo

Fonte: (WFP, 2017)

Cabo Verde

Conjunto de dez ilhas e cinco ilhéus, na região ocidental da África, na costa de Senegal e da Guiné-Bissau, com uma área total de 4.033 km². Tem um percurso histórico muito ligado a Guiné-Bissau, na luta comum pela independência. Tem atualmente uma situação econômica de relativa estabilidade, com um crescimento de seu PIB desde 2016 em torno de 4% e uma inflação anual da ordem de 1,5 % (FMI, 2017).

Sua localização geográfica é privilegiada, constituindo-se em cruzamento de algumas das principais rotas de navegação aérea e marítima do atlântico.

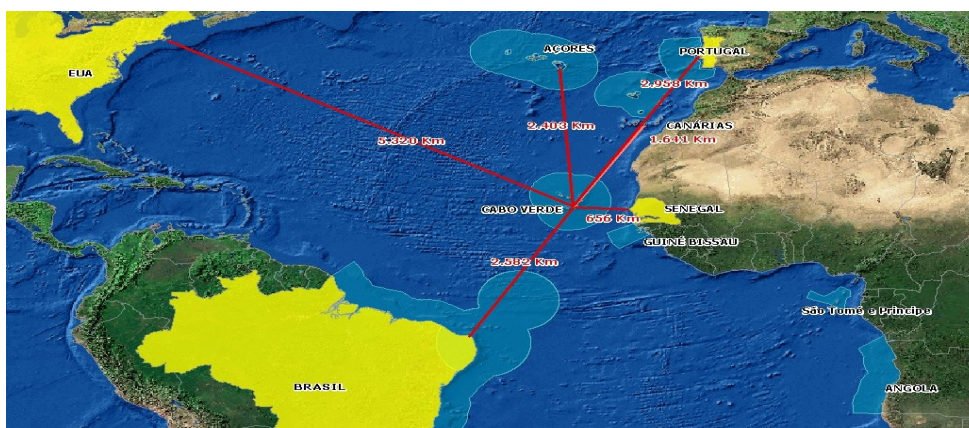


Figura 28 - Localização Geográfica de Cabo Verde

Fonte: (Collaço, 2009)



Guine Equatorial

País com 28 mil km², antiga colônia espanhola, na década de 1990 passou por um aumento exponencial de seu PIB com a descoberta de petróleo e gás natural. No entanto, a queda do preço destes produtos a partir de 2011 teve um efeito negativo na economia do país, com uma queda de quase 8% em seu PIB no ano de 2017. (FMI, 2017) Possui 60% de sua população abaixo da linha da pobreza, é um país predominantemente católico, e tem crescente preocupação pelo aumento de ações do grupo Boko Haram¹⁵ nos vizinhos Nigéria e Camarões.



Figura 29 - Mapa Guiné Equatorial

Fonte: (Além Mar, 2011)

Guine Bissau

A Guiné Bissau situa-se na Costa Ocidental de África, no golfo da Guiné. Tem fronteira, a norte, com o Senegal, a este e sudeste com a República da Guiné. Além do território continental, o país possui ainda cerca de 40 ilhas (arquipélago dos Bijagós). Aproximadamente metade de sua população é muçulmana, 20% é católica. Até o final da década de 1990 o país convivia com altas taxas de inflação (50 a 80% ao ano). Apesar da inflação estar controlada, o PIB do país não apresenta melhoria consistente, e 65% de sua população encontra-se abaixo da linha da pobreza. (FMI, 2017) Enfrenta instabilidades institucionais desde 2012, com a deposição do governo e assunção de um governo militar, que acaba por se afastar da CPLP e se isolar. (Bondoso, 2013, pp. 135-139)

¹⁵ Boko Haram: grupo fundamentalista, cujo objetivo é substituir o governo da Nigéria e criar um Califado islâmico sob a Sharia (lei islâmica) na África, eliminando toda atividade associada à sociedade ocidental, incluindo o voto, as escolas seculares e roupas ocidentais. Reivindicou vários ataques a bomba a igrejas cristãs nos últimos anos na Nigéria, Camarões, Chade e Níger. (CIA, 2018)



Moçambique

Moçambique está situado em posição estratégica de África, sendo porta ao Oceano Índico para diversos países interiores africanos, como Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Botswana. O islamismo e o cristianismo convivem no país, mas nem sempre sem tensões.

De 1976 a 1992 Moçambique viveu uma guerra civil com grande impacto para sua economia. Em 1992 foi assinado o acordo de paz entre os grupos armados Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). (Pigozzo & Horing, 2015), e entre Dez de 1992 e Dez de 1994 houve uma Missão de Paz da ONU em seu território, do qual participaram com tropas o Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal. (UN Peacekeeping, 2017) que pôs fim aos confrontos. Desde 2013, porém, houve o ressurgimento da violência entre as forças de segurança do país e o braço armado do RENAMO, principalmente na província de Sofala, fruto da grande crise económica em 2008. Atualmente, o governo procura evitar a escalada da violência no país. Apesar disso, inicia-se um período económico relativamente favorável, com um crescimento do PIB da ordem de 5% e uma inflação anual de 8% em 2017. (FMI, 2017) Este aspeto não altera a situação de Moçambique ser um dos países mais pobres do mundo, IDH classificado em 180 entre os 188 países do mundo e viver emergências sanitárias, como a de cólera, que somente de agosto a dezembro de 2017 reportou mais de 1200 casos. (WHO, 2018) Na última década os principais impactos são climáticos, com inundações e ciclones anuais que atingem até 500.000 pessoas todos os anos. (Kardan, et al., 2016). O entorno de Moçambique também tem proximidade com países instáveis da Africa Central, e ele mesmo gera instabilidade pelo fluxo de refugiados seus em direção ao Malawi (3455 refugiados entre janeiro e dezembro de 2017) e a Zimbabwe (700 refugiados entre janeiro e dezembro de 2017). (UNHCR, 2017)

São Tomé e Príncipe

Conjunto de ilhas no litoral da Guiné Equatorial, com uma população de 213 mil habitantes, proclamou sua independência em 1975. Os primeiros anos pós-independência foram conturbados política e economicamente, havendo necessidade da presença de tropas angolanas no país. Viveu problemas de altas taxas de inflação na década de 1990 (chegando aos 70% anuais). A pesca é a principal atividade económica do país e, com a descoberta de petróleo em seu mar adjacente, atualmente vive um período de relativa estabilidade económica, com taxas de inflação da ordem de 5% e um crescimento anual do PIB também



da ordem de 5% (FMI, 2017). A descoberta de petróleo, no entanto, acaba por ser um fator de instabilidade, pelo facto de seus vizinhos contestarem a zona económica exclusiva que São Tomé reivindica. (figura a seguir). Seu índice de desenvolvimento humano é considerado médio assemelhando-se ao da Guiné Equatorial e do Timor Leste, mas grande parte de sua população ainda vive na linha da pobreza.

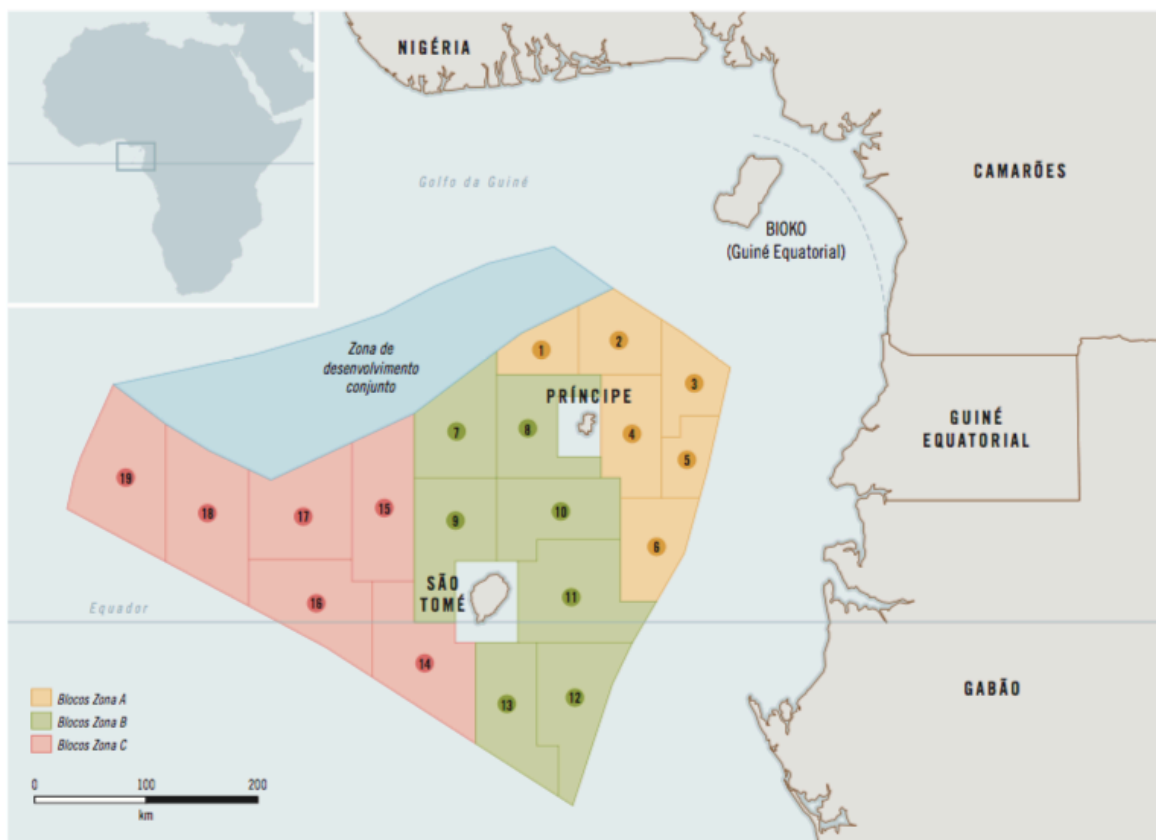


Figura 30 – Entorno regional e Zona Económica Exclusiva - São Tomé e Príncipe
Fonte: (Gabriel, 2013a)

Consolidando a ZTC África, as figuras a seguir representam a densidade e localização dos conflitos armados em África ao longo de duas décadas. São um retrato dos anos de 1997 (quadro mais a esquerda), 2006 (quadro central) e 2016 (quadro à direita). O objetivo principal de apresentar este gráfico é para extrair das imagens a percepção que os conflitos



têm uma tendência de aumento, ao invés de diminuição, e que os mesmos estão nas vizinhanças dos países africanos da CPLP.

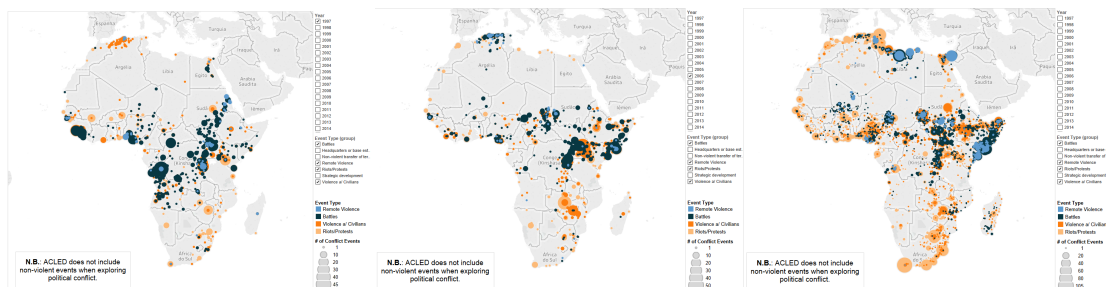


Figura 31 - Conflitos em África - Evolução 1997-2006-2016
Fonte: (Armed Conflict Location & Event Data Project, 2017)

Apresenta-se também a projeção de envolvidos nos conflitos armados em África em meio século, com o fim de consolidar a ideia de que os conflitos podem até mudar de origem ou motivação, mas continuarão a impactar severamente este continente.

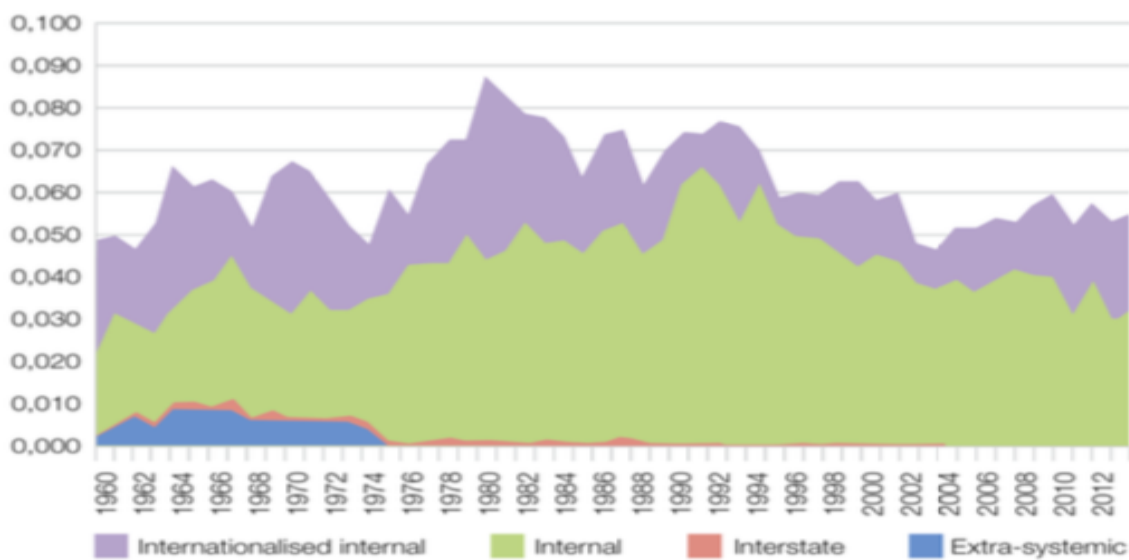


Figura 32 - Nr de Conflitos Armados em África - 1960-2014 (por tipo e por milhão de pessoas)
Fonte: (Yabi, 2016, p. 5)

3. Zona de Tensões e Conflito América Latina

A ZTC América Latina, onde se insere o Brasil possui disputas de fronteiras históricas (nomeadamente Venezuela-Guiana, Equador-Peru, Peru-Chile, Chile-Argentina, Colômbia-Nicarágua) (Paterson & Flynn, 2013), mas todas relativamente pacificadas e arbitradas, não se apresentando como tensões relevantes atualmente. Apresenta, no entanto, tensões geradas por grupos armados (Colômbia - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC-



em processo de paz conduzido internamente, Sendero Luminoso no Peru, em processo de enfraquecimento), governos desestabilizados (Venezuela, atualmente com a maior inflação do mundo e tensões geradas pela emigração a ocorrer para países vizinhos), crimes transnacionais (com os maiores produtores mundiais de cocaína e maconha). Estes outros fatores periodicamente fazem ressurgir a discussão de algumas das disputas fronteiriças. Uma visão gráfica destes aspetos é mostrada na figura a seguir.



Figura 33 - Conflitos e Tensões em América do Sul

Fonte: (Costa, 2009)

Apesar de ser gerenciado há décadas por vias diplomáticas, estas tensões dificultam o crescimento da região. O próprio Brasil se tornou fonte de instabilidade na região por problemas políticos e econômicos que está há atravessar desde 2014. O quadro a seguir, retirado de estudo do Instituto *Fund For Peace* (FFP) elenca 12 indicadores de



instabilidade¹⁶, onde a subida no gráfico apresenta a piora do índice. Da leitura da imagem observa-se a piora dos indicadores econômicos e sociais do Brasil na última década.

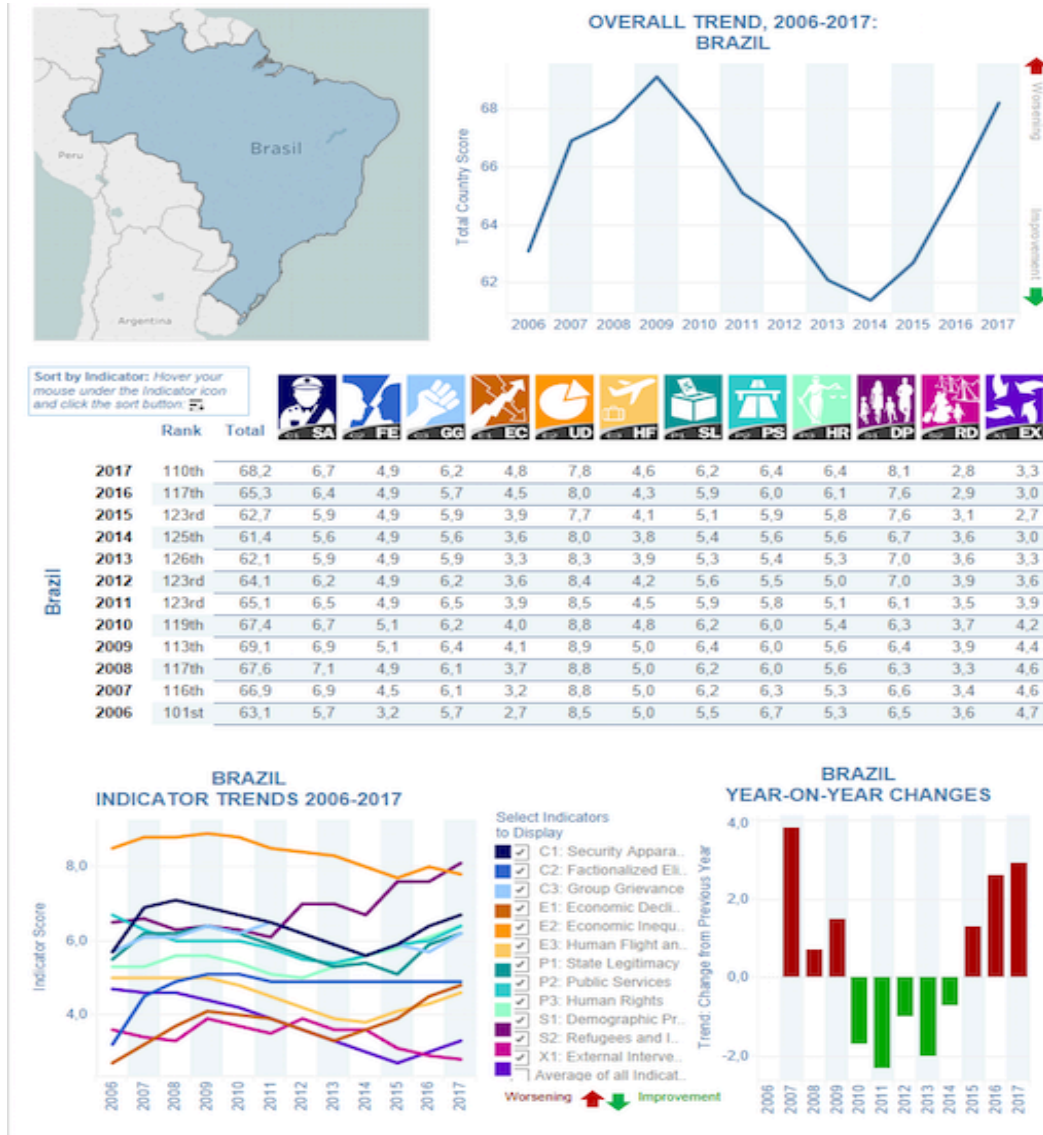


Figura 34 - Índices de Instabilidade - situação Brasil - 2006-2017

Fonte: (FFP, 2017)

4. Zona de Tensões e Conflito do Sudeste Asiático

A ZTC do Sudeste Asiático, onde se insere o Timor Leste, é composta por países que se originaram de um processo de descolonização ocorrido durante e após a 2ª Guerra

¹⁶ Indicadores que relacionam as ameaças de segurança ao Estado (c1), fragmentação das instituições (c2), divisões da sociedade (c3), declínio econômico (e1), desigualdade social (e2), fuga de cérebros (e3), legitimidade do Estado (p1), nível dos serviços públicos (p2), respeito aos direitos humanos (p3), pressões demográficas (s1), existência de refugiados (s2) e intervenção externa (x1). Para maiores detalhes dos indicadores, ver <http://fundforpeace.org/fsi/indicators/>



Mundial. Eram colônias francesas, holandesas, inglesas, portuguesas, espanholas, conforme se pode observar na figura a seguir.



Figura 35 - colonização sudeste asiático

Fonte: (Ruiz, 2013)

Uma colcha de retalhos com fronteiras definidas sem o devido respeito aos povos que ali viviam. Após atravessar períodos de instabilidade nas décadas de 1950 a 1980, a região apresentava relativa estabilidade, que vem sendo comprometida pela crescente tensão entre as Coreias e outras relacionadas aos interesses da China, Índia e Japão que vêm aumentando gradativamente sua participação e interesse regional.

O Timor Leste, composto pela parte oriental da ilha de Timor, o enclave de Oe-Cusse na parte ocidental da ilha, o ilhéu de Jaco e a ilha de Atauro, possui uma sobreposição de povos, em sua maioria asiáticos, mas também papuas, melanésios, portugueses, angolanos e moçambicanos. Apesar da maioria da população falar o *Tetum*, após a sua independência em 2002, optou por tornar o português sua língua oficial e de unidade nacional. Vive relativa estabilidade, com uma taxa de inflação de 1% e o crescimento do PIB de 6% em 2017 (FMI, 2017). Vem elevando seus indicadores, sendo hoje considerado um país com IDH médio (0,605). Apesar disso, ainda possui mais de 30% de sua população abaixo da linha da pobreza (UNDP, 2016).



Apêndice 3 - Consolidação Entrevistas

Entrevistas realizadas no período de outubro 2017 a janeiro de 2018 ao Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP e aos representantes dos núcleos nacionais (NN) do CAE de cada um dos países integrantes, sob o enfoque da cooperação técnico militar na CPLP, conduzida pelo Coronel Cláudio Alexandre de Almeida Freitas no âmbito de seu trabalho de investigação individual para o Instituto Universitário Militar, por meio de questionários enviados por e-mail.

Dos nove países integrantes da CPLP, 5 responderam, além do CAE. Foi incluída ainda a entrevista com o professor doutor Pedro Seabra, investigador de pós-doutoramento em relações internacionais do Instituto Universitário de Lisboa

Do excerto das respostas foi consolidado, para fins deste trabalho tendo em vista a similaridade de propósitos de pesquisa e com o conhecimento do investigador, o contributo e a relevância dos instrumentos de cooperação multilaterais da CPLP, as ameaças e desafios encontrados pela organização no presente e no futuro.

Entrevistados:

Entidade	Cargo	Nome
Centro de Análise Estratégica CPLP	Director	Tenente General Luís Diogo de Carvalho
Núcleo Nacional CAE Brasil	Representante NN	Coronel Aviador Marcos Antônio Ribeiro
Núcleo Nacional CAE Moçambique	Representante NN e Docente de História Militar	CMG Marcos João Magagula
Núcleo Nacional CAE Portugal	Representante NN	Major Bretes Amador
Núcleo Nacional CAE São Tomé e Príncipe	Representante vNN e Adjunto da Direção dos Estudos de Planeamento e Formação Representante	Capitão Riquito Espírito Santo Quaresma
Núcleo Nacional CAE Timor Leste	Representante NN e Diretor Nacional de Planeamento e Política Internacional do Ministério da Defesa e Segurança	Martinho Maia Gonçalves
	Especialista – Investigador de Pós-Doutoramento em Relações Internacionais	Pedro Seabra



Questões

1 – Impressão em relação à Cooperação Multilateral Existente

Inexistente	Suficiente	Insuficiente	Possível
1	3	2	1

2 - Vantagens da Cooperação Multilateral

Partilhar informações	Partilhar custos	Evitar sobreposição de esforços	Criar canais de comunicação previsíveis e regulares
3	4	2	3

3 - Desvantagens da Cooperação Multilateral

complexidade	Necessidade de gerenciar interesses que colidem	Acusações de tentativas de colonialismo	Não vê vantagens
4	3	2	1

4 - Ameaças que se apresentam a CPLP

Terrorismo	Migrações	Ciberataques	Crime Organizado Internacional
5	5	4	6
Situação política de alguns dos estados-membros da CPLP (nomeadamente Guiné-Bissau e Moçambique)	Desvalorização da Língua Portuguesa (e consequente ocupação do espaço lusófono por outras potências)	Falta de liderança forte na organização por parte dos países com maior capacidade	Extravasamento das tensões em países limítrofes aos Estados-Membros (RCA e Congo)
3	3	2	4

5 - Desafios que se apresentam a CPLP

Acompanhamento da Tecnologia	Resposta atempada aos problemas que surgem	Distância geográfica	Evolução do CAE
3	4	5	2

6 - Propostas de novos tipos de cooperação multilateral

Aprofundar a cooperação no ensino	Ligação direta de Academias Militares e Universidades	Implantar a Resolução 1325 da ONU (Mulheres, Paz e Segurança)	Força Militar Conjunta Permanente
4	5	1	2



Apêndice 4 - O Brasil e a Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti – MINUSTAH

Pelo facto desta missão ser o Estudo de Caso deste trabalho, considerado exemplo de sucesso do emprego das FFAA em Operações de Paz e Humanitárias, e pela atualidade do assunto, será explorada a experiência brasileira no Haiti durante 13 anos, para buscar trazer boas práticas e lições aprendidas a partir da posição de liderança exercida. A missão no Haiti não foi a primeira do Brasil, mas tem aspetos bastante peculiares que merecem ser destacados, seja pelo protagonismo alcançado, seja pelos resultados obtidos.

1.1. Contextualização

O Haiti, país mais pobre das Américas, tem um longo histórico de problemas, golpes de estado e intervenções. Por ali passaram alguns dos piores ditadores conhecidos, como François Duvalier, o PapaDoc e seu filho, Jean Claude Duvalier, o BabyDoc, que governaram o país com mão de ferro de 1957 a 1986. Desde o início do século XX, seis missões da ONU foram instaladas no país, sendo a quinta, a MINUSTAH, a que será discutida neste trabalho. Iniciou em maio de 2004 e encerrou-se em outubro de 2017. Recebeu um mandato multidimensional ambicioso, com encargos de criar um ambiente seguro e estável, reformar a policia nacional haitiana, supervisionar o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) das forças armadas haitianas, apoiar a restauração da lei, da segurança publica e do sistema penitenciário, proteger o pessoal nas Nações Unidas, proteger civis, supervisionar as eleições e promover os direitos humanos. (UNSC, 2004).

Além disso, em função do grande terremoto que atingiu o país em 2010, a missão acabou por tornar-se uma grande operação de ajuda humanitária.

O Brasil enviou tropas desde o primeiro dia da missão, e ao longo dos 13 anos da missão, o *Force Commander* (comandante de todas as tropas dos países contribuintes) foi um general brasileiro.

A participação efetiva e comprometida em missão com tantos encargos e a diversidade de atribuições que se sucederam ao longo de todo este período acabam por trazer valiosos ensinamentos na forma de condução de operações de paz e humanitárias.

1.2. Razões do Sucesso

Em recente relatório que analisou a participação brasileira, o Comando de Operações Terrestres do exército brasileiro elencou algumas das razões que levaram ao sucesso da missão. Destes, julga-se relevante destacar os seguintes: (COTER, 2017a)

- treino vocacionado para a pior hipótese (pior cenário);



- capacidade de pronta resposta obtida por permanente estado de prontidão de parcela significativa da tropa e através do treino exaustivo direcionado ao uso de blindados, aeronaves e patrulhas móveis;

- emprego da massa sempre, para dissuadir qualquer ameaça e evitar confrontos desnecessários;

- uso intensivo da inteligência operacional, aquisição de material específico, desenvolvimento de software de Comando e Controle para manter o comandante atualizado das ações em tempo real, uso de destacamentos de operações especiais e de operações de informações como multiplicadores do poder de combate;

- estrutura de C2 própria, muito superior à exigida pela ONU, com o objetivo de dar consciência situacional em todos os níveis e ainda proporcionar segurança a tropa, além de garantir o acesso à comunicação com a família;

- ênfase em ações humanitárias e ações de engenharia;

- eficiência do apoio logístico;

- CCOPAB como centro de excelência de difusão de melhores praticas e certificação do treinamento;

Além destes aspetos, surgem ainda outros não relacionados com a capacidade militar específica, mas que merecem ser destacados por apresentarem um trunfo que pode ser explorado também pela CPLP:

- perceção e sensibilização dos problemas sociais envolvidos

- uso intensivo do *softpower* (capacidade de resolver problemas via negociação e melhoria das condições de vida da população). Neste quesito, temos variados exemplos. A decisão de manter os efetivos de uma companhia (120 militares) permanentemente dentro das áreas de maior conflito, para ganhar a confiança da população (pois o modelo de patrulhas periódicas não surtia efeito – a população não se sentia suficientemente protegida para denunciar os rebeldes e as forças adversas). Este modelo reverteu a perceção da população e os resultados se fizeram sentir na pacificação das áreas mais perigosas de Porto Príncipe. Pode-se citar ainda o “Jogo da Paz” (30 de agosto de 2004), quando o Brasil trouxe a seleção brasileira do futebol para jogar com a seleção haitiana, momento que atraiu a atenção do mundo para a situação do Haiti. Outro exemplo digno de nota foi a decisão dos militares brasileiros, já em processo de rotação de contingente para retorno ao Brasil de adiarem o retorno para auxiliar a população por ocasião do Furacão Mathews (2016). Exemplos como esse mostram ao país hospedeiro da missão o comprometimento do



peacekeeper, e geram uma empatia que potencializa o trabalho de pacificação. Não foi utilizado apenas no Haiti, já é reconhecido como característica do soldado brasileiro, como na citação a seguir referente a atuação em África: “o *softpower* potencializa a projeção de influência da diplomacia brasileira e alinha o papel do Exército com os princípios da política externa do país”. (Santa Barbara, 2015). E também pode-se citar as palavras do Diretor para Europa e América Latina do Escritório de Operações do DPKO sobre o assunto: “O BRABAT (Batalhão Brasileiro) é um tipo especial de tropa, difícil de encontrar em missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade e, ao mesmo tempo pelo relacionamento cordial com a população. Trata-se de uma tropa que inspira grande confiança a quem a conhece ou tem contato com ela.” (Harland, 2015 cit. por COTER,2017a)

A título de identificação do retorno que a participação neste tipo de missão pode trazer a uma força armada, elencou-se:

- ampliação da capacidade de coordenação de operações conjuntas e interagências
- aumento da projeção da imagem internacional do Brasil de garante da paz e da segurança mundial
- incremento da participação de oficiais de alta patente em posições chave em operações de paz em campo e no quartel general da ONU em Nova Iorque
- aprimoramento da capacidade de apoio logístico extra-territorial
- melhoria do equipamento individual e coletivo, através das inovações a partir da constatação em situação real do desempenho dos mesmos
- melhoria da motivação da tropa